

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 020/2026
Data: 03/02/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
CRUZEIROS LEVARÃO MAIS DE 125 MIL PESSOAS AO PORTO DE SANTOS EM FEVEREIRO COM O CARNAVAL.....	4
LIVRO SOBRE O PORTO DE SANTOS ENCERRA SÉRIE COMEMORATIVA DOS 130 ANOS DE A TRIBUNA.....	5
PORTO DE SANTOS PODE TRIPLICAR DE TAMANHO COM EXPANSÃO DA POLIGONAL PARA GUARUJÁ, SÃO VICENTE E CUBATÃO; ENTENDA.....	7
PORTO DE SÃO SEBASTIÃO AMPLIA OPERAÇÕES, TEM RECEITA RECORDE E CONSOLIDA RETOMADA NO LITORAL DE SÃO PAULO	8
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	9
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ABRE VAGAS PARA O CURSO DE INTRODUÇÃO À AVIAÇÃO	9
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	10
CNH DO BRASIL: 298 MIL BRASILEIROS JÁ CONQUISTARAM A PRIMEIRA CARTEIRA DE MOTORISTA PELA PLATAFORMA	10
BAHIA LIDERA ADEÇÃO ÀS NOVAS REGRAS DA CNH DO BRASIL.....	11
PORTAL PORTO GENTE	12
APÓS DISPUTA COM MANAUS, ITAJAÍ (SC) FECHA 2025 COMO LÍDER DAS IMPORTAÇÕES NO BRASIL.....	12
WILSON SONS LANÇA REBOCADOR DA NOVA SÉRIE PARA ATENDER DEMANDA DE NAVIOS NEW PANAMAX.....	13
AEROPORTOS REGIONAIS DO SUDESTE RECEBERÃO R\$ 310 MILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL ...	14
BE NEWS – BRASIL EXPORT	15
EDITORIAL – A CONSOLIDAÇÃO DAS PPPs	15
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - O ANO DA CULTURA BRASIL-CHINA E A CENTRALIDADE DA SEGURANÇA (JURÍDICA) PARA OS CHINESES NO BRASIL.....	16
POLÍTICA - MOTTA PROMETE ACELERAR PEC DA SEGURANÇA E FIM DA ESCALA 6X1	17
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	19
<i>Novo cenário</i>	19
<i>Posição estratégica</i>	19
<i>Pacto contra o feminicídio</i>	19
POLÍTICA - CPI DO INSS APELA A TOFFOLI POR COMPARECIMENTO DE VORCARO.....	19
POLÍTICA - DEPUTADO PROTOCOLA PEDIDO DE CPI DO BANCO MASTER.....	20
POLÍTICA - MENSAGEM DE LULA AO CONGRESSO: “BRASIL MAIS FORTE DO QUE NUNCA”	21
POLÍTICA - SENADO DEVE RECEBER INDICAÇÃO DE MESSIAS AO STF SÓ DEPOIS DO CARNAVAL.....	22
POLÍTICA - TCU PODE BARRAR R\$ 1 MI À ESCOLA DE SAMBA QUE VAI HOMENAGEAR LULA	23
POLÍTICA- PABLO MARÇAL É CONDENADO A PAGAR R\$ 100 MIL A BOULOS.....	25
TRANSPORTES - PORTOS - TARCÍSIO ACOMPANHA OBRAS DO NOVO ACESSO AO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO	25
REGIÃO SUDESTE - APS COBRA CONTRATO PARA REPASSE DE RECURSOS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ	26
TRANSPORTES - PORTOS - TCU VISITA PORTO DE PARANAGUÁ E ACOMPANHA OBRAS DO MOEGÃO	27
TRANSPORTES – NAVEGAÇÃO - CABOTAGEM AMPLIA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA DA REGIÃO NORTE	28
SEM CATEGORIA - RODOVIAS LIDERAM INVESTIMENTOS VIA PPPs EM 2025, COM R\$ 73,8 BI	29
TRANSPORTES – RODOVIAS - SÃO PAULO ASSINA CONCESSÃO DO LOTE RODOVIÁRIO PARANAPANEMA	30
OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA – SUPERANDO O IMOBILISMO: INFRAESTRUTURA COMO PAUTA ELEITORAL	31
PETRÓLEO E GÁS - BRASIL FECHA 2025 COM MAIOR PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS DA HISTÓRIA	32
PETRÓLEO E GÁS - ETANOL SOBE EM 14 ESTADOS E PERDE COMPETITIVIDADE FRENTE À GASOLINA	34
MINERAÇÃO - CME AUMENTA MARGENS DE OURO, PRATA, PLATINA E PALÁDIO.....	34
INDÚSTRIA – ENERGIA - SP PROPÕE ZPE PARA REVERTER CRISE DO POLO INDUSTRIAL DE CUBATÃO	35
ENERGIA - CERQUEIRA VALÉRIO DEIXA SECRETARIA-EXECUTIVA DO MME	36
MEIO AMBIENTE - TRATADO DO ALTO-MAR MUDA A GOVERNANÇA GLOBAL SOBRE OS OCEANOS	37
FINANÇAS - MELLO JÁ CRITICOU USO EXCLUSIVO DE POLÍTICA MONETÁRIA PARA CRESCIMENTO.....	39
FINANÇAS - DESEMPENHO E FINANÇAS DA PEQUENA INDÚSTRIA PIORARAM EM 2025, DIZ CNI	40
FINANÇAS - DÓLAR TEM LEVE ALTA COM DINÂMICA GLOBAL E RECUO DO PETRÓLEO.....	40
FINANÇAS - COM NY, IBOVESPA GANHA FORÇA E SOBE 0,79%, AOS 182,7 MIL PONTOS	42
COMUNICAÇÃO & MARKETING - OPINIÃO – PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: QUANDO A IMAGEM SE TORNA PARTE DA ESTRATÉGIA DE LIDERANÇA	42
JUSTIÇA - “MOMENTOS DE ADVERSIDADE EXIGEM MAIS DO QUE DISCURSOS”, DIZ FACHIN	44
JUSTIÇA - CONFIANÇA NO STF DEVERÁ SER RECOMPENSADA, AFIRMA GONET.....	45
JUSTIÇA - CARMEN LÚCIA SERÁ RELATORA DA PROPOSTA DO CÓDIGO DE ÉTICA	46



JUSTIÇA - LULA ELOGIA ATUAÇÃO DO STF NA DEFESA DA DEMOCRACIA	47
JUSTIÇA - MORAES NEGA TRABALHO A CORONEL CONDENADO NO 8/1	48
JUSTIÇA - MINISTRO AUTORIZA ROBERTO JEFFERSON A CUMPRIR PENA EM PRISÃO DOMICILIAR	49
INTERNACIONAL - TRUMP NÃO DESISTIU DA GROENLÂNDIA, DIZ PRIMEIRO-MINISTRO	50
INTERNACIONAL - AGENTES DO ICE SÃO IDENTIFICADOS COMO RESPONSÁVEIS PELA MORTE DE ALEX PRET	51
JORNAL O GLOBO – RJ.....	52
PAES SE REÚNE COM LULA E GOVERNO REVOGA DESPACHO QUE ABRIU ESPAÇO PARA EXPANSÃO DO SANTOS DUMONT	52
CASO MASTER: RENAN DIZ QUE COMISSÃO DO SENADO VAI PEDIR ACESSO A DOCUMENTOS SIGILOSOS.....	53
BRB DIZ QUE AUDITORIA INTERNA ENCONTROU 'ACHADOS RELEVANTES' ENCAMINHADOS À PF E AFIRMA QUE PERMANECE SÓLIDO	54
INDÚSTRIA PATINA E CRESCE 0,6% EM 2025, COM FÔLEGO DA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO	54
GOVERNO ENVIARÁ NOVO PROJETO SOBRE FIM DA ESCALA 6X1 APÓS O CARNAVAL, DIZ LÍDER DO PT NA CÂMARA	56
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	57
LATAM PLANEJA RECEBER 41 AVIÕES EM 2026, PREPARA ESTREIA DE JATOS EMBRAER E NOVAS ROTAS NO BRASIL	57
PREVISÃO É VOTAR ACORDO MERCOSUL-UE NO PLENÁRIO DA CÂMARA NA ÚLTIMA SEMANA DO MÊS, DIZ ALCKMIN.....	58
BRB APONTA 'ACHADOS RELEVANTES' E PF ABRE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR GESTÃO FRAUDULENTA	60
PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI 1,2% EM DEZEMBRO E REGISTRA 2º TRIMESTRE SEGUIDO DE QUEDA	61
VALOR ECONÔMICO (SP).....	63
FITCH CORTA NOTAS DE CRÉDITO DA CSN DE 'BB' PARA 'BB-' E COLOCA EMPRESA EM OBSERVAÇÃO NEGATIVA.....	63
O CUSTO AMBIENTAL DAS RODOVIAS NO BRASIL	64
MINAS AJUSTA MODELO DE PRIVATIZAÇÃO DA COPASA	65
MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS CONFIRMA QUE REVOGARÁ FLEXIBILIZAÇÃO DE RESTRIÇÕES NO SANTOS DUMONT	67
CHINA ALERTA PANAMÁ SOBRE "PESADOS CUSTOS" A PAGAR APÓS ANULAÇÃO DO CONTRATO DA CK HUTCHISON.....	68
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	69
MAERSK E A HAPAG-LLOYD FARÃO ROTAS ESCOLTADAS PELO MAR VERMELHO.....	69
ARTIGO - QUANDO O RELÓGIO DO NAVIO VIRA CUSTO LOGÍSTICO	70
LUIZ SALDANHA, WELLINGTON PEREIRA E VINICIUS ESTRELA - BSCA	74
MINERAÇÃO ATINGE 55% DE PARTICIPAÇÃO NO SALDO COMERCIAL, COM R\$ 300 BILHÕES DE FATURAMENTO	74
MULTILOG REGISTRA AUMENTO DE 11,6% NA MOVIMENTAÇÃO DE CAMINHÕES EM SEUS PORTOS DE FRONTEIRA EM 2025 ...	75
SHELL ANUNCIA PARCERIA COM KUFPEC, EMPRESA DO KUWAIT, EM PROJETO NA BACIA DE SANTOS.....	76
MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA	76
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	76



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

CRUZEIROS LEVARÃO MAIS DE 125 MIL PESSOAS AO PORTO DE SANTOS EM FEVEREIRO COM O CARNAVAL

Terminal de passageiros do Porto de Santos terá 24 escalas de oito navios até o fim do mês

Por Bárbara Farias 3 de fevereiro de 2026



fevereiro.

On the 15th and 22nd, the terminal will record three simultaneous dockings (Sílvia Luiz/AT)

Mais de 127,5 mil cruzeiristas deverão circular pelo Terminal Marítimo de Passageiros Giusfredo Santini, no Porto de Santos, este mês. O Carnaval deverá atrair um número significativo de viajantes, segundo expectativa do Concais, responsável pelo terminal. Oito navios, entre regulares e em trânsito, farão 24 escalas até o dia 28 de

O complexo portuário santista receberá os transatlânticos MSC Preziosa, MSC Sinfonia, MSC Seaview e Costa Diadema, de linhas regulares, e MS Seven Seas Splendor (Regent Seven Seas Cruises), Aidamar (Aida), Pacific World (Peace Boat) e Azamara Quest (Azamara Cruises), em trânsito (sem check-in e check-out de passageiros no terminal).

Segundo o Concais, a estimativa para o mês é de 54.236 embarques de passageiros, 54.236 desembarques e 19.057 em trânsito (sendo aproximadamente 8,5 mil estrangeiros). Para nesta terça-feira (3), estão previstas as chegadas do MSC Sinfonia e do Azamara Quest, às 8 horas. O Sinfonia deverá partir às 16 horas e o Azamara, às 18 horas.

Já o navio Pacific World atracará no Porto no próximo dia 13, às 8 horas, com partida prevista para o dia seguinte, às 19 horas. “Esse navio é exclusivamente de trânsito, com passageiros estrangeiros, podendo aproveitar as duas datas para conhecer e movimentar a economia santista”, informou a arrendatária.

O terminal registrará escalas simultâneas de dois navios nesta terça-feira (3), no próximo domingo, além dos dias 13 e 14. Já nos dias 15 e 22, haverá três atracações simultâneas, sendo duas embarcações de escala regular e um de trânsito, em ambas as datas.

“Estamos muito otimistas com o movimento de fevereiro. O Carnaval também promete trazer muitas famílias e grupos de amigos ao nosso terminal, e estamos preparados para oferecer um ambiente festivo, seguro e acolhedor para todos os passageiros”, afirmou o gerente de Operações do Concais, Javier Carnevale.

Ele faz um balanço da temporada iniciada no dia 26 de outubro em Santos. “Tem sido extremamente positivo. O movimento está superando nossas expectativas iniciais, com um fluxo constante de passageiros. Estamos satisfeitos com os resultados e confiantes de que consolidará esta temporada como uma das melhores dos últimos anos”, declarou.

Programação de navios – fevereiro

Dia 3

- MSC Sinfonia – chegada às 8h | saída às 16h
- Azamara Quest (Azamara) – chegada às 8h | saída às 18h



- **Dia 6**
- MSC Sinfonia – chegada às 8h | saída às 16h
- **Dia 7**
- MSC Seaview – chegada às 8h | saída às 17h
- **Dia 8**
- MSC Preziosa – chegada às 8h | saída às 17h
- Costa Diadema – chegada às 8h | saída às 17h
- **Dia 10**
- MSC Sinfonia – chegada às 8h | saída às 16h
- **Dia 13**
- MSC Sinfonia – chegada às 8h | saída às 16h
- Pacific World (Peace Boat) – chegada às 8h | saída não informada
- **Dia 14**
- Pacific World (Peace Boat) – chegada não informada | saída às 19h
- MSC Seaview – chegada às 8h | saída às 17h
- **Dia 15**
- MSC Preziosa – chegada às 8h | saída às 17h
- Costa Diadema – chegada às 8h | saída às 17h
- Aidamar (Aida) – chegada às 8h | saída às 19h
- **Dia 17**
- MSC Sinfonia – chegada às 8h | saída às 16h
- **Dia 20**
- MSC Sinfonia – chegada às 8h | saída às 16h
- **Dia 21**
- MSC Seaview – chegada às 8h | saída às 17h
- **Dia 22**
- Costa Diadema – chegada às 8h | saída às 17h
- MSC Preziosa – chegada às 8h | saída às 17h
- MS Seven Seas Splendor (Regent Seven Seas Cruises) – chegada às 8h | saída às 18h
- **Dia 24**
- MSC Sinfonia – chegada às 8h | saída às 16h
- **Dia 27**
- MSC Sinfonia – chegada às 8h | saída às 16h
- **Dia 28**
- MSC Seaview – chegada às 8h | saída às 17h

Programação sujeita a alterações. Fonte: Concais

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/02/2026

LIVRO SOBRE O PORTO DE SANTOS ENCERRA SÉRIE COMEMORATIVA DOS 130 ANOS DE A TRIBUNA

Publicação reúne 130 fotografias históricas do cais santista e será lançada na sede do jornal em Santos

Por Anderson Firmino 3 de fevereiro de 2026



Imagens do acervo de A Tribuna que ajudam a contar a história do maior complexo do Hemisfério Sul foram reunidos em publicação Editora Leopoldianum, da UniSantos (Sílvia Luiz/AT)

Na semana em que completou 134 anos, o maior porto do Hemisfério Sul ganha um presente especial: o livro 130 Anos em Fatos e Fotos - Porto de Santos. O evento de lançamento, apenas para convidados, será nesta terça-feira (3), a partir das 18

horas, na sede do Grupo A Tribuna, em Santos.

A obra é da Editora Leopoldianum, da Universidade Católica de Santos (UniSantos), e foi viabilizada via Programa Municipal de Incentivo Fiscal de Apoio à Cultura (Promicult), da Prefeitura de Santos, que incentiva trabalhos culturais na Cidade a partir da renúncia fiscal de impostos municipais. O patrocínio é da empresa portuária DP World.

O livro é o terceiro e último da série comemorativa pelos 130 anos de A Tribuna. O primeiro foi lançado em março de 2024, com 130 fotos gerais do acervo do jornal, de toda a Baixada Santista. O segundo foi lançado em dezembro do mesmo ano, focado no Santos Futebol Clube, também com 130 fotos. E o terceiro retrata o Porto de Santos, de diferentes épocas de sua trajetória, com o mesmo número de fotografias. A curadoria ficou a cargo da jornalista Lyne Santos e do repórter-fotográfico de A Tribuna Sílvio Luiz.



A nova obra foi viabilizada via Promicult (Alexsander Ferraz/AT)

“Esse livro fecha um ciclo que a gente lançou lá em março de 2024 e coincidiu com um trabalho de digitalização do nosso acervo fotográfico. Ainda não temos tudo digitalizado, mas uma boa parte já está disponível. Isso facilita a pesquisa”, conta a gerente de Projetos e Relações Institucionais do Grupo A Tribuna, Arminda Augusto.



Ela lembra que os livros não são vendidos, mas distribuídos no limite da tiragem — o material também será disponibilizado na próxima semana no formato PDF, com acesso gratuito no site de A Tribuna. “Uma vez descoberta essa forma de valorizar nosso acervo, a ideia é todo ano ter um livro publicado, valorizando e dando visibilidade para ele”, acrescenta Arminda.

Mudanças nos navios de cruzeiros ao longo de décadas foram acompanhadas pelo jornal (Alexsander Ferraz/AT)

Material rico

A gerente de Projetos e Relações Institucionais do Grupo A Tribuna reforça o compromisso com o Porto, representado em iniciativas como a editoria Porto & Mar, há mais de 70 anos acompanhando a rotina do setor.



“O Porto já tem um destaque especial no Grupo A Tribuna. Só que, quando a gente olha pelo retrovisor, vê como chegamos aqui. E as fotos permitem fazer essa leitura. Se hoje tem porta-contêineres e todo um maquinário, quando revisitamos fotos do passado é que percebemos que já passamos por muita coisa”.

Vista área do complexo portuário santista em 1971 faz parte dos registros históricos (Cândido Gonzalez/Acervo/AT)

Ela destaca no livro registros da atuação dos ensacadores de grãos e dos primeiros navios de cruzeiro no cais santista, como o Eugenio C. “Nas fotos, vemos as malas, o vestuário, a forma de embarcar no navio. É uma revisita muito interessante e que tenho certeza que o público vai gostar bastante. Quem não viveu, vai ter a oportunidade de saber o que foi o nosso passado até chegarmos aqui”, finaliza.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 03/02/2026

PORTO DE SANTOS PODE TRIPLICAR DE TAMANHO COM EXPANSÃO DA POLIGONAL PARA GUARUJÁ, SÃO VICENTE E CUBATÃO; ENTENDA

Pleito da Autoridade Portuária de Santos aguarda aval do Ministério de Portos e Aeroportos e prevê expansão do complexo para quatro cidades da Baixada Santista.

Por Ted Sartori 3 de fevereiro de 2026



Área do Porto tem hoje 7,8 milhões de m², mas pode quase triplicar espaço, chegando a 20,4 milhões de m² (Alexsander Ferraz/AT)

O crescimento do Porto de Santos passa diretamente pela expansão da poligonal (área oficial). Hoje, ela tem 7,8 milhões de metros quadrados (m²). Uma possível autorização integral por parte do Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) ao pleito da Autoridade Portuária de

Santos (APS) fará com que o complexo santista amplie a poligonal para 20,4 milhões de m², quase triplicando o espaço.

“Fomos ousados no tamanho que o Porto de Santos precisa e merece”, afirma o presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini. “São áreas em quatro cidades - Santos, São Vicente, Cubatão e Guarujá - que vão permitir a condução de um planejamento portuário eficiente e assertivo. Estamos tendo a responsabilidade de preparar o Porto de Santos para os próximos 20 anos”, emenda.

Áreas

A área mais visada do plano de expansão do Porto é a Vila dos Criadores, na Alemoa, em Santos, de 420 mil m². Contudo, trata-se de um terreno contaminado pelo antigo lixão e ocupado por cerca de 5 mil pessoas. Localizada junto ao Rio Casqueiro, no limite entre Santos e Cubatão, a área está envolvida em um imbróglcio jurídico que se arrasta há 23 anos. O Ecopátio, que fica em Cubatão, também havia sido alvo da solicitação de inclusão.

Em janeiro do ano passado, a Prefeitura de São Vicente ofertou à APS um espaço verde localizado na Área Continental, de 6,2 milhões de m². A região equivale a 574 campos de futebol e fica entre o Conjunto Residencial Humaitá e a margem do Rio Santana, próximo ao km 280 da Rodovia Padre Manuel da Nóbrega.

O Município também ofereceu o Porto de Naus, ruína histórica situada sobre uma área de 850 mil metros quadrados, onde foi construído o primeiro trapiche alfandegado do Brasil e, depois, um engenho de açúcar, próximo à Ponte Pênsil. O objetivo é ter novos acessos hidroviários nessas regiões.

A expectativa de Anderson Pomini é de que o MPor autorize primeiramente parte do que foi solicitado pela APS para inclusão na poligonal do Porto, que seria a Vila dos Criadores e algumas áreas de São Vicente.

O presidente da APS argumentou que a Secretaria Nacional de Portos (SNP) havia pedido mais prazo por conta de muitos estudos sobre os quesitos técnicos apresentados pelo Porto de Santos (justificativas, acesso, se tem área pública ou privada, se haverá necessidade de indenização ou não). Porém, lembrou o gestor do Porto, algumas áreas que foram analisadas já estão 100% prontas para que sejam incluídas na poligonal.

“Esta proposta foi construída a partir de demandas e informações manifestadas junto à APS nos últimos cinco anos. O mercado sinaliza suas necessidades a partir do contexto de crescimento da economia e do comércio exterior. Temos que respeitar a legislação ambiental, ouvir as cidades e propor caminhos para que o Porto de Santos atenda ao crescimento do Brasil nas próximas décadas”, argumenta o presidente da APS.

Prazo e muito cuidado

O secretário nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila, lembra que, de forma geral, poligonal é sempre um tema sensível justamente por impactar diversos assuntos e, por consequência, tem de ser tratado com muito cuidado e debate.

“Nós estamos fazendo uma revisão final junto ao ministro (de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho) do que vai ser essa proposta final de ajuste da poligonal. Isso deve provavelmente acontecer agora em fevereiro, mas não é algo que necessite ou que tenha obrigatoriamente um dia e um mês específico para ser deliberado. Será assim que o processo estiver concluso, com a maturidade necessária e com todas as análises devidamente feitas”, afirma.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/02/2026

PORTO DE SÃO SEBASTIÃO AMPLIA OPERAÇÕES, TEM RECEITA RECORDE E CONSOLIDA RETOMADA NO LITORAL DE SÃO PAULO

Complexo do Litoral Norte consolida retomada, reforça vantagem logística e amplia relevância estratégica em São Paulo

Por A Tribuna.com.br 3 de fevereiro de 2026



O projeto prevê capacidade anual de até 4,3 milhões de toneladas, incluindo 1,3 milhão de contêineres (Foto: Divulgação/Semil)

O Porto de São Sebastião, no Litoral Norte, sempre foi destaque pela profundidade natural do canal de navegação, que possui de 25 a 42 metros em alguns pontos (o de Santos tem entre 14 e 15). Nos últimos anos, porém, a trajetória de alta na receita e a ampliação das operações chamam a atenção.

O complexo, que completou 71 anos no dia 20 de janeiro, vive um cenário marcado pela retomada da movimentação de cargas e fortalecimento da relevância estratégica para o estado de São Paulo.

O porto encerrou 2025 com receita recorde de R\$ 75 milhões, crescimento de 29% em relação a 2024, alcançando o melhor resultado financeiro e operacional dos últimos cinco anos. O desempenho consolida uma fase de inflexão após longo período de estagnação.

Inaugurado em janeiro de 1955 como alternativa estratégica ao eixo Santos-Capital, o porto só atingiu operação plena em 1963. Ao longo de mais de sete décadas, sua trajetória foi marcada por ciclos de expansão, readequações e desafios operacionais.

A história, no entanto, antecede sua inauguração. Em 1934, a União autorizou o Estado de São Paulo a construir e explorar o terminal, em um contexto de expansão da infraestrutura portuária nacional.

Vantagens

Entre os principais diferenciais do Porto de São Sebastião está o canal natural profundo, que permite a atracação de navios de grande calado sem necessidade de dragagens frequentes — uma vantagem competitiva rara no sistema portuário brasileiro.

A logística de acesso também passou por uma transformação estrutural. Com a entrada em operação do Contorno Sul da Rodovia dos Tamoios, o tempo médio de deslocamento entre Caraguatatuba e o porto foi reduzido de cerca de 45 minutos para apenas 16 minutos, eliminando gargalos históricos no escoamento de cargas no Litoral Norte.



Em 2024 e 2025, a movimentação de cargas superou em mais de 50% a média anual registrada até 2023. No biênio, foram 2,96 milhões de toneladas movimentadas — 1,53 milhão em 2024 e 1,44 milhão em 2025 — patamar superior ao de período equivalente nos quatro anos anteriores.

Em 2025, as principais mercadorias movimentadas foram açúcar (473,9 mil toneladas), barrilha (380,9 mil toneladas), malte e cevada (209 mil toneladas) e coque de petróleo (105 mil toneladas). Após cerca de 25 anos, o porto voltou a operar a movimentação de trigo — retomada considerada simbólica pela atual administração.

Administrado pela Companhia Docas de São Sebastião (CDSS), vinculada à Secretaria Estadual de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística (Semil), o local passa por um processo de reorganização administrativa baseado em previsibilidade operacional, eficiência logística e reinvestimento da receita.

“A recuperação não é pontual, ela está ligada a decisões estruturais que reposicionam o Porto no sistema logístico paulista”, afirma o diretor-presidente da CDSS, Ernesto Sampaio.

Investimentos privados

Segundo a Companhia Docas de São Sebastião, está previsto para o segundo semestre de 2026 o leilão do SSB01, conduzido pelo Governo Federal.

Trata-se de um terminal multipropósito que prevê R\$ 2,5 bilhões em investimentos privados em uma área de 426 mil metros quadrados (m²), com a construção de um píer e dois novos berços de atracação. A ampliação pode elevar em até 187% a capacidade operacional, com potencial para atingir a movimentação de 4,3 milhões de toneladas de grãos por ano, além de 1,3 milhão de contêineres.

Esse projeto está previsto pelo Ministério de Portos e Aeroportos para o ano passado, depois passou para o primeiro semestre deste ano. E agora tem novo prazo.

Como parte da preparação para o aumento da movimentação, o Porto colocou em operação dois pátios de triagem com cerca de 300 vagas para caminhões, iniciativa que contribui para a redução do trânsito no entorno urbano e para a melhoria das condições de trabalho dos motoristas.

A agenda ambiental também ganhou protagonismo. O desempenho rendeu 96,31 pontos no Índice de Desempenho Ambiental da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), além do 7º Prêmio Antaq, na categoria Desenvolvimento Ambiental.

No eixo ESG, o Porto de São Sebastião conquistou o segundo lugar na categoria Desempenho ESG – Portos Públicos, no XII Congresso Internacional de Desempenho Portuário (Cidesport).

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/02/2026



Presidência da República



Portos e Aeroportos

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS ABRE VAGAS PARA O CURSO DE INTRODUÇÃO À AVIAÇÃO

Capacitação é voltada a profissionais e interessados do setor, inscrições podem ser feitas até setembro de 2026

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) abriu, na última segunda-feira (2), as inscrições para o curso online e gratuito de Introdução à Aviação voltado à capacitação sobre a indústria aeronáutica brasileira. O curso compõe o Programa de Treinamento para Profissionais de Aeroportos (Treinar).

A formação será 100% online com carga horária total de 20 horas, distribuídas em quatro módulos. O conteúdo aborda temas como história da aviação, aeronaves, aeroportos e perspectivas futuras do setor, incluindo o desenvolvimento aeroespacial.



Inscrições abertas para o curso de Introdução à Aviação. - Foto: Jefferson Ferreira/MPor

Podem se inscrever, profissionais ligados à operação e gestão de aeródromos públicos, servidores e empregados públicos, colaboradores terceirizados do MPor, integrantes de órgãos federais, profissionais ligados as Empresas de Serviços Auxiliares ao Transporte Aéreo (ESATAs), entidades parceiras do Programa Asas para Todos, e demais interessados no setor de aviação civil.

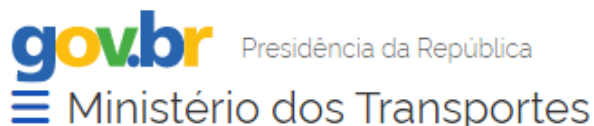
As inscrições são gratuitas e devem ser realizadas exclusivamente pela internet, na página de formação e capacitação do Secretária Nacional de Aviação Civil, no período de 2 de fevereiro a 30 de setembro de 2026, ou até o preenchimento total das vagas. A classificação será feita por ordem de inscrição, conforme o público-alvo previsto no edital.

Ao final de cada módulo, os participantes realizam avaliações do tipo “quiz”. Para obter o certificado é necessário alcançar pelo menos 70% de aproveitamento em cada etapa.

O curso é coordenado pela SAC/MPor e ministrado pela Embry-Riddle Brasil Educação Aeronáutica, subsidiária da Embry-Riddle Aeronautical University, referência mundial no ensino em aviação.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

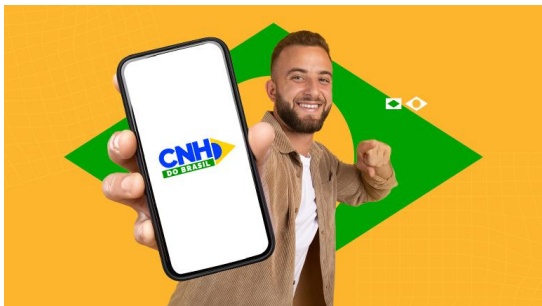
Data: 03/02/2026



GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF

CNH DO BRASIL: 298 MIL BRASILEIROS JÁ CONQUISTARAM A PRIMEIRA CARTEIRA DE MOTORISTA PELA PLATAFORMA

Programa reduz custos e amplia o direito de dirigir em todo o território nacional



Mais de 3 milhões de brasileiros iniciaram o processo de habilitação pelo aplicativo da CNH do Brasil. - Foto: Priscilla Couto/MT

A busca pela primeira habilitação no Brasil deu um salto de 360% em apenas um ano. Dados da Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) mostram que o número de novos registros disparou: passou de 369,2 mil, em janeiro de 2025, para 1,7 milhão em janeiro de 2026. O motor dessa mudança é o programa CNH do Brasil, que já acumula 3 milhões de pedidos e 298,5 mil documentos emitidos.

Com a plataforma, o acesso ao serviço ficou mais simples, barato, democrático e rápido, e os dados mais recentes confirmam o aumento da procura em todas as regiões. A CNH do Brasil consolidou-se como o principal caminho para a habilitação desde o lançamento em dezembro. No mesmo período, os pedidos feitos diretamente pelos Detrans chegam a aproximadamente 194 mil.

Entre os estados com maior número de emissões, São Paulo lidera o ranking nacional, com 76.521 mil habilitações expedidas, seguido por Minas Gerais, com 23.548, e pelo Rio de Janeiro, com 23.301.



A iniciativa soma ainda 24.754 cursos práticos realizados por instrutores autônomos. Com a atualização da norma do Conselho Nacional de Trânsito (Contran), os profissionais passaram a atuar de forma independente, sem vínculo com as autoescolas. A medida amplia a oferta do serviço, estimula a concorrência e contribui para condições mais acessíveis ao cidadão, além de permitir que o candidato escolha a opção que melhor se adequa à sua realidade, seja pelo custo, pela disponibilidade ou pela confiança no profissional.

Crescimento expressivo em cada etapa do processo

O número de pessoas que já concluíram os cursos teóricos passou de 196.707 para 824.494, alta de 319%, enquanto os exames teóricos tiveram aumento de 32%, indo de 171.232 para 225.462.

Já os cursos práticos cresceram 22%, saindo de 328 mil para mais de 400 mil, e os exames práticos registraram aumento de 11%, com mais de 323 mil aplicações em janeiro de 2026, frente a 291 mil no mesmo período do ano anterior

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 03/02/2026

BAHIA LIDERA ADESÃO ÀS NOVAS REGRAS DA CNH DO BRASIL

Senatran vistoriou, nesta segunda-feira (2), o Detran-BA para acompanhar implementação do programa



Senatran monitora a implementação do programa CNH do Brasil no Detran-BA. - Foto: Itailuan dos Anjos/ASCOM Detran-BA

A Secretaria Nacional de Trânsito (Senatran) realizou, nesta segunda-feira (2), visita técnica ao Departamento Estadual de Trânsito da Bahia (Detran-BA), em Salvador (BA), para verificar a implementação do programa CNH do Brasil. A iniciativa conta com o apoio da Controladoria-Geral da União (CGU) e busca assegurar que as alterações sejam aplicadas de forma padronizada em todo o país.

Durante a visita, o secretário nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, percorreu a rotina administrativa e operacional do órgão. O estado da Bahia está entre os primeiros a anunciar mudanças no processo para tirar a carteira de motorista.

“Sabemos quais são os desafios de cada Departamento de Trânsito para implementar uma política pública tão robusta. Mas esse é o nosso papel como gestores públicos: atender ao cidadão, é isso que importa”, explicou.

Mudanças na CNH do Brasil

Entre as mudanças está a retirada da baliza como etapa obrigatória do exame prático. O Manual Brasileiro de Exames de Direção Veicular, publicado neste domingo (1º), passa a valer em todos os Detrans do país e define os procedimentos para a aplicação das novas regras, com foco na segurança no trânsito.

“As alterações aproximam as provas teóricas e práticas da realidade do trânsito brasileiro”, afirmou o secretário nacional de Trânsito.

Na Bahia, há 274.751 pedidos de primeira habilitação e 209.688 inscrições no curso de condutores. Em todo o país, os requerimentos para tirar a CNH já passam de 3 milhões.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF

Data: 03/02/2026



PORTAL PORTO GENTE

APÓS DISPUTA COM MANAUS, ITAJAÍ (SC) FECHA 2025 COMO LÍDER DAS IMPORTAÇÕES NO BRASIL

Importações impulsionam economia e mercado imobiliário de Itajaí



PORTO DE ITAJAÍ

Com US\$ 16,3 bilhões em itens importados ao longo de 2025, Itajaí manteve volumes elevados de movimentação com a atividade portuária. Além disso, a logística sustenta uma base diversificada, que inclui serviços especializados, indústria, comércio exterior e turismo náutico. O cenário atrai investimentos e aquece o mercado imobiliário da cidade.

A cidade de Itajaí (SC) encerrou 2025 na liderança nacional das importações, com US\$ 16.313.630.811 em itens importados ao longo do ano, crescimento de 2,6% em relação a 2024, quando já ocupava a primeira posição. No decorrer do ano, houve uma breve alteração no ranking, quando Manaus (AM) assumiu o topo, mas no fechamento anual Itajaí retomou a liderança.

Atualmente, a cidade figura entre os principais pontos de entrada de cargas do país, com uma base econômica que reúne atividade portuária, serviços especializados, indústria, logística e turismo náutico.

Os efeitos do avanço econômico já aparecem na dinâmica urbana de Itajaí, como é o caso da construção civil e do setor imobiliário. Em 2025, a cidade comercializou 1.475 unidades residenciais, com Valor Geral de Vendas (VGV) de R\$ 1.969.584.447, segundo dados da DWV, plataforma de conexão entre incorporadoras e imobiliárias.

“O porto mantém um papel central na economia local, ao atrair empresas e ampliar as operações logísticas. Esse movimento se desdobra em geração de empregos, expansão do setor de serviços e maior interesse por investimentos imobiliários, o que ajuda a explicar a trajetória consistente de crescimento de Itajaí, que hoje é a quarta no metro quadrado brasileiro”, afirma Lucas Saes, diretor administrativo da Saes Empreendimentos.

Com o avanço da atividade econômica e o desenvolvimento urbano de Itajaí, projetos residenciais em áreas bem conectadas passaram a ganhar destaque. É o caso do Arbo 1755, empreendimento da Saes Empreendimentos focado em bem-estar e praticidade para atender famílias, estudantes universitários e profissionais da indústria e de serviços.

Localizado na região central, o empreendimento está a poucos minutos da universidade, das áreas de trabalho, industriais, turísticas e portuárias. Em construção na Rua Heitor Liberato, uma das vias estruturantes da cidade, o Arbo 1755 reúne unidades de 62 a 76 metros quadrados, com plantas de um dormitório e uma suíte ou duas suítes.

O projeto inclui áreas comuns voltadas ao uso cotidiano, como coworking, academia, espaços gourmet e rooftop, além de soluções sustentáveis, como reaproveitamento de água da chuva e iluminação em LED nas áreas compartilhadas.

"A dinâmica econômica de Itajaí mantém o mercado de locação ativo e reduz a vacância. Empreendimentos com localização central, plantas funcionais e serviços integrados tendem a apresentar melhor desempenho, porque atendem tanto quem busca morar perto do trabalho quanto investidores que analisam liquidez e retorno no longo prazo", conclui.

Sobre a Saes Empreendimentos

Com mais de 50 anos de atuação e mais de 1 milhão de m² construídos, a Saes Empreendimentos é uma empresa catarinense de referência na construção civil, reconhecida pela solidez, inovação e qualidade técnica. O portfólio reúne empreendimentos residenciais em Itajaí, Camboriú, Itapema e Gaspar, além do complexo logístico Ciway 470, em Navegantes. Em 2025, o grupo avançou na expansão regional com projetos no Rio Grande do Sul (Gramado), alinhando arquitetura autoral, sustentabilidade e valorização urbana.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 03/02/2026

WILSON SONS LANÇA REBOCADOR DA NOVA SÉRIE PARA ATENDER DEMANDA DE NAVIOS NEW PANAMAX

Batismo do WS Halcyon reforça frota de apoio portuário



WS Halcyon: novo rebocador foi batizado no Rio de Janeiro

Com mais de 188 anos de experiência, a Wilson Sons realizou nesta quinta-feira (29/01), no Rio de Janeiro, a cerimônia de lançamento do rebocador WS Halcyon, o primeiro da nova série de três embarcações com grande potência.

Construído no estaleiro da companhia, no Guarujá (SP), o WS Halcyon é da classe 2312 (23 metros de comprimento e 12 metros de largura), com propulsão azimutal e tração estática (bollard pull) de 70 toneladas capazes de apoiar os maiores navios do mundo em manobras de atracação e desatracação nos principais portos do País. Versátil, a embarcação possui ainda sistema de combate a incêndio com capacidade de 2.400.000 litros por hora de água (FiFi 1).

O CEO da Wilson Sons, Arnaldo Calbucci, destaca que as novas embarcações fazem parte da estratégia de renovação da frota da companhia, composta por mais de 80 rebocadores, reforçando o compromisso da empresa com a modernização das operações.

"Com o batismo do WS Halcyon e o novo ciclo de construção de rebocadores, reafirmamos nosso compromisso com operações portuárias de excelência, com foco na segurança, eficiência e sustentabilidade, contribuindo para o desenvolvimento do setor e do País", afirma Calbucci.

Outros dois rebocadores da classe 2312 estão sendo construídos no estaleiro da Wilson Sons, com entrega prevista até meados de 2026.

Para Márcio Castro, diretor-executivo da unidade de Rebocadores, o investimento fortalece o papel da empresa na cadeia logística nacional.

"Nosso foco é garantir operações seguras, eficientes e confiáveis, contribuindo diretamente para o fluxo do comércio exterior e para o desenvolvimento da infraestrutura portuária brasileira", destaca.

Com a nova série, a Wilson Sons alcançará a marca de 155 embarcações construídas em seu estaleiro, que possui mais de 80 anos de trajetória.

Leia mais: Wilson Sons inaugurou nova estrutura do Centro de Treinamento com simulador de manobras e da Central de Operações de Rebocadores. <https://wilsonsons.com.br/pt-br/release/wilson-sons-inaugura-nova-estrutura-do-centro-de-treinamento-comsimulador-de-manobras-e-da-central-de-operacoes-de-rebocadores/>

Sobre a Wilson Sons

Reconhecida pela sua ampla experiência de mais de 188 anos, a Wilson Sons tem abrangência nacional e oferece soluções completas para mais de 5 mil clientes, incluindo armadores, importadores e exportadores, indústria de energia offshore, projetos de energia renovável, setor do agronegócio, além de outros participantes em diversos segmentos da economia.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 03/02/2026

AEROPORTOS REGIONAIS DO SUDESTE RECEBERÃO R\$ 310 MILHÕES PARA MODERNIZAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

Investimentos reforçam aeroportos regionais do Sudeste



Aeroporto de Campos dos Goytacazes (RJ) – Foto: Grupo Infra

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) destinará, no ciclo de 2026-2027, R\$ 310,1 milhões em investimentos para fortalecer a infraestrutura dos aeroportos regionais do Sudeste, principal polo econômico e aéreo do país. Os recursos integram a carteira pública de investimentos em aeroportos regionais da pasta e reforçam o papel estratégico da aviação regional na integração entre grandes centros urbanos, polos industriais e cidades do interior.

O Sudeste concentra parte significativa do fluxo aéreo brasileiro e exerce papel central na movimentação de passageiros, cargas e negócios. Nesse contexto, os investimentos do MPor buscam reduzir gargalos históricos, aumentar a segurança operacional e preparar aeroportos regionais para acompanhar o crescimento da demanda e a diversificação das operações.

“O Sudeste é o principal motor econômico do país, e fortalecer seus aeroportos regionais significa aproximar o interior dos grandes centros, estimular investimentos e ampliar oportunidades. A aviação regional é essencial para garantir crescimento com integração e competitividade”, explicou o ministro Sílvio Costa Filho.

Projetos previstos

Os investimentos incluem a elaboração de estudos e projetos básicos nos aeroportos de Angra dos Reis (RJ), Campos dos Goytacazes (RJ), Salinas (MG), Varginha (MG) e Patos de Minas (MG), com aporte de R\$ 13 milhões. Essa etapa é fundamental para estruturar intervenções mais eficientes, alinhadas às características operacionais de cada terminal, e garantir maior agilidade na execução das obras.

Outro destaque é a instalação de estações meteorológicas, com investimento de R\$ 33,6 milhões, nos aeroportos de Pará de Minas, Pouso Alegre, Teófilo Otoni e Ubaporanga, em Minas Gerais, além de Americana (SP), Paraty (RJ) e Piracicaba (SP). A ampliação da cobertura meteorológica contribui diretamente para a regularidade dos voos e para a confiabilidade do planejamento aéreo, especialmente em uma região com alta densidade de tráfego.



A carteira prevê ainda obras e melhorias de infraestrutura aeroportuária em Varginha (MG) e no eixo Rio Claro–Piracicaba (SP), onde está prevista a implantação de um novo aeroporto, ampliando a capacidade regional e criando condições para novos fluxos de passageiros e cargas.

“Estamos atuando em frentes estruturantes: planejamento, infraestrutura e dados. Estudos bem elaborados, estações meteorológicas modernas e obras direcionadas aumentam a segurança operacional e a eficiência da malha aérea regional, especialmente em uma região com elevada complexidade operacional como o Sudeste”, destacou o secretário nacional de Aviação Civil, Daniel Longo.

Fonte: Portal Porto Gente

Data: 03/02/2026



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – A CONSOLIDAÇÃO DAS PPPS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O encerramento do ano de 2025 marca o apogeu das parcerias público-privadas (PPPs) como o motor indutor da modernização da infraestrutura nacional. Com um volume recorde de investimentos contratados superior a R\$ 100 bilhões, o modelo de cooperação entre o Estado e a iniciativa privada deixou de ser uma alternativa acessória para se consolidar como a estratégia central de desenvolvimento. A predominância do setor de rodovias, que abocanhou R\$ 73,8 bilhões do montante total, revela um esforço pragmático do poder público para desonerar o erário e transferir para o setor privado a responsabilidade pela expansão e pela segurança dos corredores vitais ao escoamento da produção industrial e agropecuária.

A solidez dos indicadores apresentados demonstra que os investidores estrangeiros e nacionais recuperaram a confiança nos marcos regulatórios brasileiros. Além do vultoso aporte nas estradas, o avanço em setores como saneamento (R\$ 27,2 bilhões) e mobilidade urbana (R\$ 14,4 bilhões) indica que a melhoria da qualidade de vida e a eficiência das metrópoles estão sendo pautadas por contratos de longo prazo, dotados de metas de desempenho rigorosas e previsibilidade jurídica.

É fundamental destacar que, embora os setores portuário e aeroportuário apresentem volumes nominais menores em comparação às rodovias, o impacto qualitativo dessas parcerias é imensurável para a competitividade externa. Os R\$ 3,5 bilhões contratados em portos sinalizam um movimento irreversível de atualização tecnológica e expansão de terminais, essencial para que o Brasil suporte o fluxo de exportações em patamares recordes. Da mesma forma, o investimento de R\$ 730 milhões em aeroportos regionais ataca a histórica falta de capilaridade da malha aérea, integrando cidades do interior às cadeias produtivas globais e estimulando o desenvolvimento regional fora do eixo das grandes capitais.

A defesa do modelo de PPPs deve ser pautada pela busca incessante da eficiência e do baixo custo logístico. Ao delegar a operação de ativos estratégicos a parceiros privados, o poder público garante que a infraestrutura receba investimentos contínuos em manutenção e inovação, algo frequentemente negligenciado em gestões diretas sujeitas a contingenciamentos orçamentários. O sucesso de 2025 prova que o País encontrou o equilíbrio necessário para atrair capital para projetos complexos, transformando gargalos históricos em vantagens competitivas.

O protagonismo das rodovias como principal destino dos recursos reflete a urgência em reduzir o custo-país por meio de uma malha viária confiável. No entanto, a integração intermodal deve ser a próxima fronteira. O amadurecimento das parcerias no saneamento e na mobilidade urbana complementa o cenário de um Brasil que busca a modernidade sistêmica. A eficiência operacional não é apenas um desejo corporativo, mas uma necessidade de Estado para garantir que os produtos brasileiros cheguem ao mercado internacional com custos competitivos.

A continuidade deste ciclo virtuoso em 2026 dependerá da manutenção da segurança jurídica e da agilidade dos órgãos reguladores. O recorde de investimentos em 2025 estabelece um novo patamar de exigência para o setor público, que deve agora atuar como um fiscal rigoroso dos contratos assinados. O Brasil das PPPs é um país que planeja o futuro sobre bases sólidas, garantindo que o crescimento econômico seja sustentado por uma infraestrutura de classe mundial.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA - O ANO DA CULTURA BRASIL-CHINA E A CENTRALIDADE DA SEGURANÇA (JURÍDICA) PARA OS CHINESES NO BRASIL



BEATRIZ GALLOTTI

Advogada sócia do escritório Gallotti e Advogados
Associados e especialista em Direito Portuário e Marítimo

opinioao@portalbenews.com.br

No turismo, a aposta é que o intercâmbio cultural contribua para reduzir barreiras de percepção, especialmente relacionadas à segurança (...). No campo econômico, o desafio é análogo, porém mais sofisticado.

O Brasil encerrou 2025 com um indicador relevante de reposicionamento internacional: o crescimento de 34% no número de turistas chineses entre janeiro e novembro, totalizando 94,4 mil visitantes. O dado, divulgado pela Embratur, supera todo o volume registrado em 2024 e evidencia mais do que um bom desempenho estatístico. Revela uma estratégia pública consistente de aproximação com a China, estruturada, contínua e orientada à redução de riscos percebidos pelos viajantes internacionais.

O Brasil realizou ações coordenadas como o retorno à ITB China, uma feira internacional de turismo voltada exclusivamente para o mercado chinês, o lançamento de uma plataforma de capacitação em mandarim voltada a agentes chineses e a instalação de uma base local de relacionamento institucional e comunicação. Trata-se de uma lógica clara: presença no território oriental, compreensão cultural, linguagem adequada e sinalização inequívoca de compromisso de longo prazo. No turismo, essa combinação foi suficiente para converter interesse potencial em fluxo real de visitantes.

Esse mesmo raciocínio é diretamente aplicável ao potencial investimento estrangeiro chinês no Brasil, especialmente em setores intensivos em capital e com horizonte de maturação prolongado, como infraestrutura, logística, energia e portos. O capital chinês, em regra, não se move por impulsos conjunturais. Ele responde a planejamento estratégico, avaliação rigorosa de riscos institucionais e previsibilidade regulatória. O paralelo com o turismo é evidente: oportunidades existem em abundância, mas somente se concretizam quando acompanhadas de confiança.

Nesse contexto, a designação de 2026 como Ano da Cultura Brasil-China, iniciativa coordenada pela Casa Civil, pelo Ministério da Cultura e pelo Itamaraty, assume relevância que transcende o campo simbólico. No turismo, a aposta é que o intercâmbio cultural contribua para reduzir barreiras de percepção, especialmente relacionadas à segurança, hoje apontada como o principal fator limitante para a expansão do turismo de lazer chinês no Brasil. No campo econômico, o desafio é análogo, porém mais sofisticado: mitigar a percepção de insegurança jurídica que ainda afasta parte relevante do investimento produtivo.

A experiência recente demonstra que o investidor chinês distingue claramente potencial econômico de viabilidade institucional. Atração de capital não se sustenta apenas em ativos estratégicos ou demanda reprimida. Depende de marcos legais estáveis, contratos bem estruturados, atuação técnica e previsível das agências reguladoras, coerência decisória e respeito aos compromissos assumidos pelo Estado. Mudanças interpretativas abruptas, sobreposição de competências, judicialização excessiva e instabilidade normativa operam como custos invisíveis que comprometem decisões de longo prazo.

Assim como a política de promoção turística avançou ao adotar comunicação clara, parcerias estratégicas e presença institucional no mercado de origem, a agenda de investimentos exige uma abordagem igualmente profissionalizada. Segurança jurídica não é retórica, mas prática administrativa consistente, previsibilidade regulatória e governança decisória. É esse conjunto que transforma interesse em decisão e intenção em aporte concreto de capital.

O crescimento do turismo chinês, portanto, deve ser lido como um sinal. Demonstra que, quando o Brasil atua de forma estruturada, com planejamento e redução de incertezas, os resultados se materializam. O Ano da Cultura Brasil–China oferece uma oportunidade estratégica para aprofundar essa lógica e estendê-la ao campo econômico. Cultura e turismo abrem portas, constroem narrativas e aproximam sociedades. A permanência do capital, contudo, depende de um alicerce mais profundo: segurança jurídica, estabilidade institucional e confiança regulatória. É nesse ponto que o Brasil será efetivamente testado como destino preferencial do investimento chinês no longo prazo.

Essa leitura ganha ainda mais consistência quando observada à luz da presença concreta do capital chinês já instalada no Brasil. O investidor chinês tende a adotar postura prática, técnica e profundamente envolvida com o ativo. É comum a realização de múltiplas visitas ao Brasil, inspeções in loco, reuniões presenciais com reguladores, operadores, autoridades locais e parceiros estratégicos. As decisões raramente são tomadas à distância ou exclusivamente com base em relatórios. Há interesse direto na operação, nos riscos jurídicos específicos, na dinâmica regulatória setorial e na capacidade do País de sustentar compromissos ao longo do tempo.

Esse perfil também se caracteriza por alto grau de questionamento técnico. O investidor chinês busca compreender não apenas o marco legal vigente, mas sua aplicação concreta, o histórico decisório das autoridades, o comportamento das agências reguladoras e a previsibilidade das instituições envolvidas. A diligência é extensa, detalhada e orientada à execução, não à especulação. Mas, uma vez convencido, o investimento tende a ser consistente, incremental e acompanhado de reinvestimentos.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

POLÍTICA - MOTTA PROMETE ACELERAR PEC DA SEGURANÇA E FIM DA ESCALA 6X1

Na abertura do ano legislativo, presidente da Câmara dos Deputados diz que vai avançar com os dois assuntos após o Carnaval, mas listou outros

Por Estadão Conteúdo



Os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre, e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, falaram sobre pacificação e diálogo entre os Poderes

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), afirmou que deseja fazer de 2026 um ano de “serenidade, firmeza institucional e entregas concretas” e enumerou prioridades, como a PEC da Segurança, o fim da escala 6x1, o acordo entre o

Mercosul e a União Europeia (UE), os projetos sobre a inteligência artificial, a regulamentação dos data centers e a proposta de formalização do trabalho por aplicativo.

As declarações ocorreram na tarde desta segunda-feira, 2, durante solenidade do Congresso Nacional de inauguração dos trabalhos legislativos de 2026. Na ocasião, também estavam presentes o presidente do Congresso, senador Davi Alcolumbre (União-AP), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.



“Início este novo ciclo com confiança e convicção de que seguiremos trabalhando com responsabilidade, espírito público e compromisso com a democracia”, disse Motta, em discurso. “Que 2026 continue sendo um ano de entregas ao País, atendendo sempre as expectativas da população, em sintonia com as ruas.”

Ao longo do discurso, Motta elencou prioridades. “Logo após o carnaval avançaremos com a PEC da segurança pública, um assunto de extrema preocupação por parte da maioria dos brasileiros. Esta Casa tem um compromisso com essa PEC”, disse. O presidente prosseguiu: “Devemos acelerar também o debate sobre a PEC 6x1, com equilíbrio e responsabilidade, ouvindo trabalhadores e empregadores”.

Sobre o acordo Mercosul-UE, Motta afirmou: “No plano internacional, merece destaque a assinatura, em janeiro, do tão esperado acordo entre a União Europeia e o Mercosul, um marco histórico que inaugura uma etapa relevante de integração e de oportunidades para o Brasil. Caberá ao Congresso Nacional analisar o texto em sua íntegra”.

Em seguida, o deputado mencionou os temas relacionados a novas tecnologias. “Queremos ainda apreciar o tema da Inteligência Artificial e nos debruçar sobre a matéria de incentivos aos Serviços de Datacenter, iniciativa que abre janela relevante de investimentos no País”, afirmou. “Da mesma forma, vamos aprofundar as discussões sobre a relação entre trabalhadores de aplicativos e plataformas digitais, buscando conciliar produtividade, direitos e desenvolvimento”, acrescentou.

Paz

Junto com o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), Motta falou sobre pacificação e diálogo entre os Poderes. Ambos defenderam as emendas parlamentares. Motta disse que cabe ao plenário “fazer valer a prerrogativa constitucional do Congresso de destinar as emendas parlamentares aos rincões Brasil afora”. Neste ano, o valor total de emendas aprovadas pelo Congresso chegou a R\$ 62 bilhões.

“Cabe a este plenário, soberano e independente, perseguir esse caminho dia e noite, com votações de propostas de interesse do País. E fazer valer a prerrogativa constitucional do Congresso de destinar as emendas parlamentares aos rincões Brasil afora, que, na maioria das vezes, não estão aos olhos do Poder Público” afirmou.

Já Alcolumbre focou o discurso especialmente no assunto de pacificação. “Faço um apelo ao País: precisamos, mais do que nunca, de diálogo, de bom senso e de paz. Paz entre os grupos que defendem ideologias diferentes. Paz entre as instituições nacionais. Paz entre os Poderes da República”, afirmou o presidente do Congresso.

“Precisamos afirmar com responsabilidade: o dissenso não pode se transformar em ódio. Este Congresso Nacional sabe exatamente o seu papel nesse processo. Quando o Brasil tensiona, é aqui que ele se recompõe.”

Respeito

Ele prosseguiu o discurso pedindo “respeito recíproco”. “Que este ano legislativo seja marcado pelo respeito recíproco e pela busca permanente de soluções para os desafios do nosso povo”, afirmou.

O presidente do Senado também saudou o discurso do presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, que pediu “autocontenção” dos ministros da Corte durante a reabertura dos trabalhos do STF nesta segunda-feira.

Os trabalhos do Congresso também foram reabertos nesta segunda-feira. Neste ano, a Casa celebrará seu bicentenário - algo também destacado por Alcolumbre e Motta em seus discursos.

“Do Império à República, da redemocratização aos desafios do presente, o Legislativo permanece um Poder a serviço do Brasil”, afirmou Alcolumbre. “É do respeito mútuo entre eles que nasce a estabilidade de que o Brasil precisa.”

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/02/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

NOVO CENÁRIO

Essa segunda-feira foi o dia da abertura dos trabalhos do Legislativo em 2026, e a composição partidária do Senado mudou. O PL tornou-se o maior partido na casa, com 15 parlamentares, superando o PSD. Dessa forma, o Partido Liberal reforça o protagonismo político, amplia a capacidade de articulação e fortalece sua atuação nas pautas estratégicas do Congresso Nacional. A condição de maior partido confere ao PL mais espaço nas comissões permanentes, maior peso nas negociações políticas, influência na definição da pauta legislativa e protagonismo nas discussões centrais que impactam a economia, a segurança pública e as políticas sociais do País.

POSIÇÃO ESTRATÉGICA

As eleições para o Senado despontam, para dirigentes de diferentes partidos, como uma das disputas mais decisivas para o pleito de outubro, bem como para a corrida pelo Palácio do Planalto. Tanto aliados do presidente Lula quanto do ex-presidente Jair Bolsonaro intensificaram esforços para ampliar suas bancadas na casa legislativa, visando influenciar diretamente os rumos da política nacional. Nas próximas eleições, a população de 26 estados e do Distrito Federal escolherão 54 senadores — dois por unidade federativa. Como estarão em jogo dois terços das cadeiras do Senado, o peso estratégico da eleição aumenta. O Senado é responsável por pautas complexas, como a análise de pedidos de impeachment de ministros do Supremo Tribunal Federal, além da sabatina e aprovação de indicações feitas pelo presidente da República.

PACTO CONTRA O FEMINICÍDIO

Governo Federal, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal vão assinar amanhã, quarta-feira, dia 4, um pacto nacional com medidas para combater a violência contra as mulheres. A iniciativa foi batizada de “Pacto Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio”. Trata-se de uma carta de intenções que será lançada em cerimônia para 700 convidados, no Salão Nobre do Palácio do Planalto. Levantamento do Ministério da Justiça e Segurança Pública apontou que o Brasil bateu recorde de feminicídios no ano passado. Mesmo com os dados de dezembro incompletos, foram registrados 1.470 casos, o equivalente a quatro vítimas por dia. Desde 2015, quando houve a tipificação do feminicídio, o País contou 13.448 crimes contra mulheres

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/02/2026

POLÍTICA - CPI DO INSS APELA A TOFFOLI POR COMPARECIMENTO DE VORCARO

O senador Carlos Viana, presidente da Comissão, pediu ao ministro do STF que determine a presença do dono do Banco Master em reunião nesta semana

Do Estadão Conteúdo



Segundo Carlos Viana (foto), Vorcaro foi convocado na condição de testemunha para prestar esclarecimentos sobre empréstimos consignados

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), senador Carlos Viana (Podemos-MG), pediu ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Dias Toffoli que determine o comparecimento do dono do Banco Master, Daniel

Vorcaro, à reunião da comissão marcada para a próxima quinta-feira, 5.

Vorcaro foi convocado na condição de testemunha para prestar esclarecimentos sobre empréstimos consignados concedidos pela instituição financeira, alvo das investigações da CPI. O requerimento é de 29 de janeiro.

No ofício encaminhado ao Supremo, Viana afirma que Vorcaro cumpre prisão domiciliar e que, por isso, o deslocamento até Brasília depende de autorização judicial. O senador solicita ainda que o ministro determine a obrigatoriedade do comparecimento, com garantia dos direitos constitucionais do depoente, como o direito ao silêncio, acompanhamento por advogado e tratamento digno.

Procurada, a defesa de Vorcaro não respondeu se apresentou pedido ao Supremo para ser dispensado do depoimento.

O presidente da CPMI sustenta que o depoimento é “de grande relevo” para os trabalhos da comissão, uma vez que Vorcaro preside uma das instituições financeiras investigadas e poderia esclarecer pontos como a contratação dos empréstimos, os valores envolvidos e os procedimentos adotados para a verificação dos contratantes. Segundo ele, a convocação foi aprovada em consenso por parlamentares de diferentes correntes políticas.

No documento, Viana também faz uma defesa das prerrogativas das comissões parlamentares de inquérito e critica interpretações do STF que, segundo ele, ampliam indevidamente os efeitos de decisões da Corte que vedaram a condução coercitiva de investigados. Para o senador, essas decisões não se aplicariam automaticamente às CPIs, que têm regras próprias previstas na Constituição.

“Nesse sentido, com a devida vênia, compreendo que tem havido, por parte de alguns ministros da Corte, um equívoco importante quanto às extensões do que foi decidido nas ADPFs 395 e 444, ligadas à impossibilidade de condução coercitiva de investigados”, diz trecho do documento.

Papel do Congresso

O presidente da CPMI argumenta que as investigações parlamentares se baseiam essencialmente na oitiva de depoentes e que, sem a presença física dos convocados, há esvaziamento do papel fiscalizador do Congresso. Ele cita decisões recentes de ministros do STF que mantiveram a obrigatoriedade de comparecimento de depoentes em CPIs, mesmo quando investigados.

Ao final, o senador pede que, durante o período em que estiver no Congresso, a custódia de Vorcaro seja transferida à Polícia do Senado Federal.

Em publicação no X na sexta-feira, 30, Viana afirmou que solicitou formalmente uma audiência com o ministro Dias Toffoli para tratar da devolução de material retirado da CPI. Segundo ele, também está prevista uma reunião com o presidente do Senado Davi Alcolumbre (União-AP), na próxima segunda-feira, para discutir a prorrogação dos trabalhos da comissão.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

POLÍTICA - DEPUTADO PROTOCOLA PEDIDO DE CPI DO BANCO MASTER

Rodrigo Rollemberg conseguiu mais de 200 assinaturas a favor da instalação. Caso seja aprovada, a comissão terá de realizar as apurações em até 120 dias

Do Estadão Conteúdo

O deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) informou que protocolou nesta segunda-feira, 2, o pedido de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as fraudes financeiras ocorridas na relação entre o Banco Master e o Banco Regional de Brasília (BRB).

O parlamentar chegou a dizer que o pedido contava com 199 assinaturas, mas, de acordo com informações da assessoria de imprensa de Rollemberg divulgadas às 12h17, a solicitação já alcançou com 201 assinaturas. Na justificativa do requerimento, o parlamentar diz que a instauração da CPI “se faz urgente e necessária para apurar as responsabilidades e os desdobramentos de um dos maiores e mais sofisticados esquemas de fraude financeira da história recente do País”.

O parlamentar diz querer investigar “a fabricação de fundos fraudulentos, a falsificação de contratos, a montagem de ativos inexistentes e um prejuízo que, segundo apurações preliminares da Polícia Federal, supera o montante de R\$ 12,2 bilhões”.

O autor da proposta diz ainda que as investigações preliminares apontam fraude bilionária, risco e dano ao patrimônio público, impacto em fundos previdenciários e servidores, e participação e conexão político-financeira.

Caso instalada, a CPI será composta por 27 deputados titulares e igual número de suplentes, para realizar as apurações em até 120 dias.

Rollemberg também falou sobre a CPI em sua rede social na plataforma X. “Não existe espera. Não existe desculpa. Essa é uma das pautas mais urgentes para o país neste momento. A instalação precisa ser imediata”, escreveu.

O deputado também mencionou o presidente do Banco Master, Daniel Vercaro, como alvo da investigação. “O Brasil tem o direito de saber agora como Vercaro chegou onde chegou, quem abriu as portas, quem fechou os olhos e quem lucrou enquanto o risco recaía sobre a população. Estamos falando de bilhões, de possível dano ao interesse público e de responsabilidade direta de quem tinha o dever de fiscalizar”.

O parlamentar acrescentou: “Transparência não pode ser adiada. CPI do Master já”.

Na semana passada, o líder da bancada do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), disse que a bancada do seu partido discutirá nesta semana a possibilidade de atuar em favor da CPI.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

POLÍTICA - MENSAGEM DE LULA AO CONGRESSO: “BRASIL MAIS FORTE DO QUE NUNCA”

Governo celebra conquistas, como o crescimento do PIB e a queda do dólar em 2025, e espera avanços com o legislativo em 2026

Do Estadão Conteúdo



Carlos Veras (PT-PE), 1º secretário da Mesa Diretora, leu a mensagem presidencial para os parlamentares no retorno aos trabalhos legislativos

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou, em mensagem ao Congresso Nacional, que o Brasil chegou “mais forte do que nunca” ao fim de 2025, com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) e a queda do dólar.

O texto foi lido pelo deputado federal Carlos Veras (PT-PE), 1º secretário da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, em solenidade de abertura dos trabalhos legislativos do ano de 2026, na tarde da segunda-feira, 2.



Na ocasião, também compareceram o presidente do Congresso Nacional, Davi Alcolumbre (União-AP), o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos- -PB), o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, e a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann.

“O ano de 2025 foi marcado por grandes desafios, mas também por inúmeras conquistas. Um ano que começou sob ceticismo e projeções pessimistas, mas que chegou ao fim com avanços e recordes”, diz a mensagem lida por Veras. “Aconteceu justamente o contrário: o Brasil chegou ao fim de 2025 mais forte do que nunca”, continuou.

A mensagem prossegue: “O Produto Interno Bruto cresceu pelo terceiro ano consecutivo. O dólar teve, em 2025, a maior queda dos últimos nove anos. A Bolsa de Valores cresceu 34% em relação a 2024 e ultrapassou pela primeira vez a marca de 160 mil pontos.”

O governo do presidente Lula afirmou ainda, na mensagem presidencial ao Congresso Nacional, ter certeza que o Congresso não demorará para cancelar o acordo Mercosul- -UE. “Tenho certeza de que o Congresso Nacional não medirá esforços para, no menor prazo possível, internalizar esse acordo. O acordo Mercosul-União Europeia abre um novo ciclo de oportunidades para as empresas brasileiras, fortalece a competitividade do Brasil, amplia as exportações e atrai investimentos de forma sustentável”, disse.

O governo do presidente Lula afirmou também, em mensagem presidencial ao Congresso Nacional, que o seu próximo desafio é a redução da jornada de trabalho.

“Este Parlamento demonstrou estar atento aos reais interesses do Brasil e do povo brasileiro. Nosso próximo desafio é o fim da escala seis por um de trabalho, sem redução de salários. O tempo é um dos bens mais preciosos para o ser humano”, diz a mensagem.

O governo acrescenta: “Não é justo que uma pessoa trabalhe duro toda semana e tenha apenas um dia para descansar o corpo e a mente e curtir com a família.”

Aplicativo

O governo do presidente Lula ainda afirmou, em mensagem presidencial ao Congresso Nacional, esperar que a Casa priorize a aprovação de leis que envolvam a sociedade em 2026. Disse também que a regulação do trabalho por aplicativos é “urgente desafio” para o ano.

“Dentre os desafios nacionais inerentes ao Executivo e ao Legislativo para 2026, destaco ainda a urgente necessidade de regulação do trabalho por aplicativos, uma demanda importante das novas categorias profissionais, que não podem ter sua mão de obra precarizada e dependem de defesa institucional do Estado brasileiro para mediar melhores condições de trabalho”, disse.

A mensagem também diz que é importante haver uma parceria entre o Executivo e o Legislativo por mais medidas para o Brasil. Essa união poderia materializar medidas estruturantes para o país. “Esperamos que essa união possa materializar não apenas ações de repressão à violência, mas também iniciativas estruturantes, de acesso a políticas públicas, educação para a proteção às meninas e mulheres, entre outras frentes de trabalho”, completou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

POLÍTICA - SENADO DEVE RECEBER INDICAÇÃO DE MESSIAS AO STF SÓ DEPOIS DO CARNAVAL

Lula anunciou a indicação de Messias em novembro, mas seguiu o envio da documentação com o temor da falta de votos

Do Estadão Conteúdo

O líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (PT-AP), afirmou nesta segunda-feira, 2, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), devem ajustar o melhor momento para o envio ao Senado da mensagem de indicação de Jorge Messias para o Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo ele, o protocolo deve ser realizado só depois do Carnaval.

“Eles haverão de julgar o melhor momento para que a mensagem seja encaminhada. Certamente não é nada para antes do Carnaval”, disse Randolfe a jornalistas, após a sessão de abertura dos trabalhos do Congresso.

Lula anunciou a indicação de Messias em 20 de novembro, mas o Planalto segurou o envio da documentação de Messias com o temor da falta de votos. A mensagem é um passo necessário para que a tramitação passe a andar formalmente.

Randolfe Rodrigues disse que ainda não há definição sobre a data de sessão do Congresso para a análise de vetos presidenciais. Defendeu, porém, que seja marcada para março. Parlamentares pressionam pela votação de vetos ao projeto de dosimetria, que deve reduzir penas aos condenados dos atos de 8 de Janeiro de 2023, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Segundo Randolfe, o governo trabalhará para manter os vetos de Lula.

O senador disse também acreditar que a Medida Provisória (MP) do Gás do Povo deve ter votação concluída ainda nesta semana no Congresso. Segundo ele, se a MP for votada até amanhã, 3, pela Câmara, o Senado conseguiria finalizar a análise ainda nos próximos dias.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

POLÍTICA - TCU PODE BARRAR R\$ 1 MI À ESCOLA DE SAMBA QUE VAI HOMENAGEAR LULA

Contrato de patrocínio firmado pela Embratur prevê o mesmo valor para todas as agremiações do Grupo Especial do Rio

Do Estadão Conteúdo



O presidente será tema do enredo “Do alto do mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil”, da Acadêmicos de Niterói, estreante no Grupo Especial do Riodurante agenda técnica de dois dias

O quadro técnico do Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a suspensão de um repasse federal de R\$ 1 milhão destinado à escola de samba Acadêmicos de Niterói, que levará ao Sambódromo um enredo em homenagem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Carnaval de 2026. A sugestão de medida cautelar ainda precisa ser chancelada pelo relator do caso, ministro Aroldo Cedraz.

O valor faz parte de um patrocínio de R\$ 12 milhões firmado pela Embratur com a Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro (Liesa), que previa R\$ 1 milhão para cada integrante do Grupo Especial.

Na avaliação da área técnica, há indícios de que o repasse pode configurar desvio de finalidade e violar os princípios da impessoalidade, moralidade administrativa e indisponibilidade do interesse público, sobretudo por envolver homenagem a um presidente que deverá disputar a reeleição em 2026.



Procurados, Ministério da Cultura, Embratur, Acadêmicos de Niterói e Liesa ainda não se manifestaram. O espaço segue aberto.

A recomendação foi emitida após representação de parlamentares do Partido Novo, que questionaram o acordo.

Os auditores afirmam que há risco de uso de recursos públicos para promoção pessoal de autoridade pública em ano eleitoral.

Os congressistas chegaram a pedir que o TCU impedisse a escola de desfilar com o enredo ou, alternativamente, determinasse a devolução dos recursos. A unidade técnica rejeitou interferência no conteúdo artístico por entender que isso violaria a liberdade de expressão, mas considerou cabível bloquear o dinheiro enquanto o mérito é analisado.

“O que está em jogo é o uso de dinheiro público para fins que podem caracterizar promoção política e desvio de finalidade, o que a Constituição e a lei vedam de forma expressa. Não se trata de censura ou interferência no conteúdo cultural Carnaval”, disse o deputado Luiz Lima (Novo-RJ), um dos autores da representação.

A instrução do TCU também apontou falhas formais no termo de colaboração entre Embratur e Liesa. No anexo que lista as escolas beneficiárias, aparece a Unidos de Padre Miguel, que foi rebaixada em 2025 e hoje está fora do Grupo Especial, enquanto a Acadêmicos de Niterói não consta na relação, embora seja integrante da primeira divisão em 2026. Para os técnicos, isso pode contrariar o próprio objeto do acordo e gerar questionamentos sobre isonomia.

Próximo passo

O processo agora segue para o gabinete de Aroldo Cedraz, que decidirá se concede a cautelar e se determinará oitivas da Embratur, do Ministério da Cultura (MinC), da Liesa e das escolas envolvidas antes do julgamento de mérito.

Segundo o documento do TCU, o Termo de Colaboração foi assinado formalmente apenas entre Embratur e Liesa; o Ministério da Cultura aparece como interveniente em nota pública, mas essa condição não consta do instrumento contratual.

Caso a cautelar seja acolhida pelo relator, Embratur e MinC terão 15 dias para explicar as supostas irregularidades, esclarecer se o repasse à Liesa já foi efetuado e detalhar o papel do ministério no acordo. No mesmo prazo, a Liesa deverá informar se recebeu ou utilizou valores do termo e apresentar extratos da conta específica aberta para o convênio, enquanto a Acadêmicos de Niterói e a Unidos de Padre Miguel terão 15 dias para dizer se receberam ou se lhes foi prometido algum recurso federal vinculado ao Carnaval de 2026.

Homenagem a Lula

Estreante no Grupo Especial, a Acadêmicos de Niterói levará à Avenida o enredo “Do alto do mulungu surge a esperança: Lula, o operário do Brasil”, que pretende retratar a infância do presidente em Pernambuco e sua trajetória até o Planalto. A escola foi fundada há quatro anos.

Como mostrou a Coluna do Estadão, Lula confirmou a aliados que irá ao Rio no domingo de carnaval, 15 de fevereiro, para assistir ao desfile da escola.

O prefeito Eduardo Paes ofereceu dois camarotes da prefeitura do Rio para Lula, a primeira-dama Rosângela da Silva, a Janja, e convidados, na Marquês de Sapucaí. O presidente também estará acompanhado de ministros e parlamentares. O carnaval deve selar a aliança Lula-Paes no Rio.

POLÍTICA- PABLO MARÇAL É CONDENADO A PAGAR R\$ 100 MIL A BOULOS

O empresário terá de indenizar o ministro por acusações falsas que fez quando ambos disputaram a prefeitura de São Paulo, em 2024

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O empresário Pablo Marçal (PRTB) foi condenado pela Justiça de São Paulo a pagar R\$100 mil em indenização por danos morais ao atual ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Guilherme Boulos (PSOL), por espalhar notícias falsas que associavam o adversário ao uso de drogas quando ambos disputavam a Prefeitura de São Paulo nas eleições de 2024.

Procurado por meio de sua assessoria, Marçal não se manifestou.

Na época, Marçal e Boulos concorreram ao comando da capital paulista e protagonizaram uma campanha marcada por ataques pessoais do ex-coach ao adversário. Em debates eleitorais, Marçal fez gestos insinuando o uso de drogas, além de se referir a Boulos como “cheirador” e “aspirador de pó”, acusações que também foram reproduzidas em publicações nas redes sociais.

A sentença foi proferida pelo juiz Danilo Fadel de Castro, que julgou parcialmente procedente a ação movida por Boulos e entendeu que as declarações feitas por Marçal extrapolaram os limites da crítica política, configurando ofensa à honra do então candidato do PSOL.

O magistrado também condenou Marçal ao pagamento das custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor atualizado da condenação.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

TRANSPORTES - PORTOS - TARCÍSIO ACOMPANHA OBRAS DO NOVO ACESSO AO PORTO DE SÃO SEBASTIÃO

Intervenção cria ligação direta com os contornos rodoviários e separa tráfego portuário da malha urbana

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



“Vai ficar mais fácil para os caminhoneiros, que vão gastar menos tempo e vai ser mais fácil o acesso direto para carregar e descarregar”, disse o governador Tarcísio de Freitas

Uma comitiva liderada pelo governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, fez na segunda-feira (2) uma visita técnica às obras de implantação do novo acesso viário de entrada ao Porto de São Sebastião.

“A gente está falando do acesso que liga direto o Porto de São Sebastião ao contorno de São Sebastião e Caraguatatuba, ou seja, uma obra muito importante para a mobilidade urbana. Vai ficar mais fácil para os caminhoneiros, que vão gastar menos tempo e vai ser mais fácil o acesso direto para carregar e descarregar. E vai ficar mais fácil para o cidadão porque a gente tira o tráfego pesado de caminhões de dentro da cidade”, afirmou o governador.

A intervenção vai permitir que veículos pesados entrem e saiam diretamente do porto, sem a necessidade de circulação pelo centro da cidade, trazendo mais segurança, fluidez no tráfego e qualidade de vida para a população.

Com investimento de R\$ 51,1 milhões, a obra já atingiu 92% de conclusão e tem previsão de entrega até o fim de março de 2026. A fase de obras está gerando mais de 170 empregos diretos, impulsionando a economia local.

O projeto contempla a implantação dos acessos viários 10 e 11 ao Porto de São Sebastião, além da construção de um viaduto de saída que conectará as vias projetadas dos Contornos de Caraguatatuba e São Sebastião aos pátios e às vias internas do porto.

Além das novas vias de acesso e do viaduto, o projeto inclui sistemas de sinalização e segurança viária, drenagem profunda e superficial, iluminação e câmeras de monitoramento. As melhorias garantem um padrão elevado de segurança operacional e ambiental, alinhado às melhores práticas de engenharia e gestão de infraestrutura.

Com a conclusão das obras, o Porto de São Sebastião passará a contar com acessos mais eficientes e seguros, contribuindo para a redução de congestionamentos urbanos, a expansão da logística regional e o desenvolvimento econômico sustentável do Litoral Norte.

“Essa obra é fundamental para reorganizar o tráfego urbano de São Sebastião. Ao criar acessos exclusivos para veículos pesados, o Governo de São Paulo garante mais segurança, fluidez e qualidade de vida para a população, além de tornar a operação do porto mais eficiente”, afirmou o secretário de Parcerias em Investimentos de São Paulo, Rafael Benini.

SP Pra Toda Obra

O novo acesso viário ao Porto de São Sebastião integra o SP Pra Toda Obra, programa do Governo de São Paulo que prevê melhorias em 21,2 mil km de rodovias administradas pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem) e pelas concessionárias, com supervisão da Artesp (Agência de Transporte do Estado de São Paulo). O investimento de R\$ 30,5 bilhões é o maior da história do estado nesse segmento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

REGIÃO SUDESTE - APS COBRA CONTRATO PARA REPASSE DE RECURSOS DO TÚNEL SANTOS-GUARUJÁ

APS argumenta que o anexo não incorporou um pleito específico apresentado pela instituição, o que fragiliza os mecanismos de controle

Por PATRÍCIA FAHLBUSCH redacao.jornal@redebeneews.com.br



Apesar de o Governo de São Paulo figurar como poder concedente da obra do túnel, a APS sustenta que permanece responsável perante o Tribunal de Contas pelos recursos federais

O embate jurídico envolvendo o projeto do túnel Santos-Guarujá ganhou novos desdobramentos após a Autoridade Portuária de Santos (APS) formalizar ao Governo do Estado de São Paulo a necessidade de um contrato específico que discipline o aporte de recursos federais na obra. As informações foram enviadas ao BE News pela assessoria da APS. A controvérsia teve início na semana passada, e gira em torno das responsabilidades

legais, financeiras e de controle sobre o empreendimento, orçado em mais de R\$ 6 bilhões.

A APS deverá aportar cerca de R\$ 3 bilhões — o equivalente a 50% do custo total do túnel — em um projeto que será executado em área de competência da União. Por isso, a autoridade portuária destacou que precisa atender às exigências de prestação de contas aos órgãos de controle internos e externos, especialmente ao Tribunal de Contas da União, ao qual responde diretamente pela lisura da aplicação dos recursos federais sob sua gestão.



Embora o Termo Aditivo ao Convênio de Delegação de Competência já esteja regularmente assinado, fazendo com que a APS passe a figurar como interveniente da União na concessão patrocinada, a estatal ressalta que o aditamento, por si só, não altera automaticamente o fluxo procedimental dos desembolsos previstos para a obra.

A principal preocupação da APS é sobre o Anexo 22 do edital de concessão, que estabelece a sistemática de liberação dos recursos federais operacionalizados por meio da autoridade portuária. A APS argumenta que o anexo não incorporou um pleito específico apresentado pela instituição, o que fragiliza os mecanismos de controle, acompanhamento e fiscalização dos repasses financeiros.

A Autoridade Portuária de Santos propôs a celebração de um instrumento específico de gestão e governança, com o objetivo de criar mecanismos formais que garantam transparência e segurança jurídica na aplicação dos recursos. A proposta prevê a pactuação do instrumento com a Agência Reguladora de Transportes do Estado de São Paulo (ARTESP), responsável pela concessão, e a minuta já foi encaminhada à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para conhecimento e alinhamento institucional.

Apesar de o Governo de São Paulo figurar como poder concedente da obra, a APS sustenta que permanece responsável perante o TCU pelos recursos federais, o que torna indispensável a adoção de controles mais robustos. A autoridade portuária vem mantendo tratativas com a ARTESP para estruturar mecanismos de governança, fiscalização e controle atrelados às medições da obra, assegurando conformidade técnica, financeira e jurídico-contábil no fluxo dos desembolsos.

Se não for possível realizar ajustes na sistemática atualmente prevista no Anexo 22 do edital, a APS avalia como solução adequada a formalização de um instrumento apartado de governança. Esse mecanismo permitiria compatibilizar o arranjo federativo da modelagem do projeto com as exigências legais de controle sobre o patrocínio federal.

A estruturação dessa governança pressupõe atuação coordenada entre APS, ARTESP e ANTAQ. Segundo a autoridade portuária, o desenho do instrumento já se encontra em fase avançada, com validação técnica da ANTAQ, reforçando a necessidade — ainda não plenamente contemplada — de garantir a correta prestação de contas do dinheiro público que será repassado ao Governo do Estado de São Paulo para a execução do túnel Santos-Guarujá.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

TRANSPORTES - PORTOS - TCU VISITA PORTO DE PARANAGUÁ E ACOMPANHA OBRAS DO MOEGÃO

Audidores do tribunal conheceram de perto a operação portuária e a infraestrutura do complexo, em agenda voltada à capacitação técnica e ao aprimoramento das análises

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br

O diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia, recebeu um grupo de auditores do Tribunal de Contas da União (TCU) na segunda-feira (2), no Palácio Taguaré. Diretores da Autoridade Portuária também participaram da reunião. O TCU é o órgão responsável por assegurar a legalidade, a eficiência e a transparência da administração pública.

Após o encontro, os servidores federais visitaram o canteiro de obras do Moegão, para uma vivência prática sobre a operação portuária.

“A área portuária costuma ser caótica, porque geralmente vai crescendo e a cidade também acaba ocupando esse espaço. No entanto, achei a região bem setorizada e o Porto de Paranaguá muito organizado. Estou impressionada”, destacou a secretária de Controle Externo de Infraestrutura, Keyla Araújo Boaventura.

A vinda do grupo também contribuiu para o aprimoramento e a capacitação dos técnicos, que puderam conhecer de perto a dinâmica de funcionamento do porto e toda a sua infraestrutura. A experiência facilita a instrução dos processos que tramitam no Tribunal, conferindo ainda mais qualidade às análises.

“Achei o Porto de Paranaguá bastante competitivo em comparação a outros portos. Os números de movimentação, especialmente em relação ao tamanho da estrutura, chamam bastante a atenção”, declarou o auditor do TCU, Diego Carvalho Sousa.

Também participaram da reunião o auditor-chefe da AuPortoFerrovia, Carlos Rafael Menin, e o auditor do TCU, Mateu Mundel Sales.

A visita segue até esta terça-feira (3), quando o grupo terá mais contato com o Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) e o cais do Porto de Paranaguá.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

TRANSPORTES – NAVEGAÇÃO - CABOTAGEM AMPLIA INTEGRAÇÃO LOGÍSTICA DA REGIÃO NORTE

Transporte entre portos brasileiros movimentou 10,8 milhões de toneladas até novembro de 2025, sob influência das medidas do BR do Mar

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Os principais polos de origem da cabotagem na região Norte concentram-se no Pará, com destaque para os terminais de Trombetas, Juruti e Vila do Conde, além de Manaus (AM)

O fortalecimento da cabotagem tem ampliado o abastecimento, reduzido custos logísticos e integrado a produção regional aos principais mercados do país. Entre janeiro e novembro de 2025, o transporte por cabotagem, entre portos brasileiros, movimentou 10,8 milhões de toneladas na região Norte, segundo dados da

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), em um contexto de avanço das medidas do Programa BR do Mar.

Na comparação com o mesmo período de 2024, a cabotagem na região Norte transportou, em 2025, cerca de 200 mil toneladas a mais, considerando todos os perfis de carga, com uma alta de 8,25% na movimentação de contêineres. O resultado mantém a trajetória de expansão observada no ano anterior, quando a movimentação já havia aumentado cerca de 8,3% frente a 2023, refletindo maior regularidade e previsibilidade na operação do transporte aquaviário.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, os números confirmam o acerto do marco regulatório em destravar o potencial logístico da região e conectar o país. “Os dados da cabotagem na região Norte deixam clara a importância dessa política pública para a integração logística nacional e para ampliar a eficiência do transporte aquaviário. O programa BR do Mar trouxe mais previsibilidade ao setor, especialmente em regiões estratégicas como o Norte”, disse.

Os principais polos de origem da cabotagem na região Norte concentram-se no Pará, com destaque para os terminais de Trombetas, Juruti e Vila do Conde, além de Manaus (AM). A partir desses pontos, as cargas seguem, em sua maioria, para portos das regiões Nordeste e Sudeste, que funcionam como centros de distribuição e consumo.

O secretário nacional de Hidrovias e Navegação, Otto Luiz Burlier, pontuou que o aumento da eficiência é fruto direto do ambiente de negócios mais competitivo criado pelo programa.



“O crescimento da cabotagem no Norte está associado às diretrizes do BR do Mar, que ampliaram a oferta de serviços, estimularam a concorrência e fortaleceram a segurança jurídica do setor. Esses fatores são especialmente relevantes em regiões com grandes distâncias e elevada dependência do transporte aquaviário”, afirmou.

Esse fluxo consolida a cabotagem como um motor estratégico para o escoamento de cargas em larga escala e para a integração da região Norte aos principais mercados nacionais.

Perfil das cargas

A movimentação por cabotagem na região Norte se concentra no transporte de bauxita, tanto em granel sólido quanto em carga geral, que somaram 3,86 milhões de toneladas no período analisado.

Já as cargas em contêineres totalizaram 3,23 milhões de toneladas e reúnem bens industriais e tecnológicos, além de alimentos, bebidas e insumos básicos. Esse tipo de carga desempenha papel relevante no abastecimento regular das cidades e na redução de custos logísticos.

Os graneis líquidos e gasosos, por sua vez, tiveram como principal destaque o petróleo e seus derivados, com 2,81 milhões de toneladas movimentadas entre janeiro e novembro de 2025.

De 2022 a 2025, após a criação do Programa BR do Mar, a cabotagem de contêineres na região cresceu ano após ano. O volume transportado passou de 2,4 milhões de toneladas em 2022 para 2,5 milhões em 2023, 3 milhões em 2024 e chegou a 3,2 milhões de toneladas em 2025, o maior volume já registrado na região.

BR do Mar

O desempenho da cabotagem no Norte está associado às medidas regulatórias do Programa BR do Mar, que trazem mais previsibilidade e segurança jurídica, além de estimular a competitividade no setor e garantir maior disponibilidade de frota para atender às necessidades logísticas nacionais.

Entre os avanços estão a Portaria de Cláusulas Essenciais para Contratos de Longo Prazo, publicada em novembro de 2025, e a Portaria de Embarcação Sustentável, atualmente em fase final de regulamentação. Esses instrumentos legais trazem mais estabilidade ao mercado e aos valores de fretes marítimos, incentivando práticas mais sustentáveis na navegação brasileira.

A coordenadora-geral de Navegação Marítima, Bruna Roncel, reforçou que a atualização normativa eleva o patamar do mercado, garantindo que a expansão logística ocorra em bases sólidas. “As portarias do BR do Mar representam um avanço regulatório ao associar o crescimento da cabotagem a critérios de sustentabilidade e segurança jurídica”, afirmou.

Ao combinar segurança regulatória, estímulo à concorrência e sustentabilidade, o Programa BR do Mar fortalece a cabotagem como instrumento de política pública para a integração logística nacional. Na região Norte, esse conjunto de medidas contribui para ampliar o abastecimento, reduzir custos logísticos e integrar a produção regional aos principais mercados do país.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

SEM CATEGORIA - RODOVIAS LIDERAM INVESTIMENTOS VIA PPPS EM 2025, COM R\$ 73,8 BI

Parcerias Público-Privadas consolidam-se como principal instrumento de financiamento da infraestrutura, puxadas por corredores logísticos estratégicos

Por ALINE SILVA redacao.jornal@redebenews.com.br

O ano de 2025 consolidou as Parcerias Público-Privadas (PPPs) como um dos principais instrumentos de financiamento da infraestrutura no Brasil. Levantamentos do setor mostram que os investimentos

contratados bateram recorde, com forte protagonismo das rodovias, além do avanço consistente de projetos em portos, aeroportos e mobilidade urbana.



Novos contratos e relições reforçaram o interesse da iniciativa privada em projetos de longo prazo, especialmente em corredores utilizados pelo agronegócio e pela indústria

O segmento rodoviário liderou com ampla vantagem o volume de recursos contratados ao longo do ano, refletindo a prioridade dada à ampliação da capacidade logística terrestre, à recuperação de trechos estratégicos e à melhoria da segurança viária. Novos contratos e relições reforçaram o interesse do setor privado em projetos de longo prazo, especialmente em corredores utilizados pelo agronegócio e pela indústria.

Além das estradas, o setor portuário também apareceu entre os destaques de 2025. Embora concentre volumes menores quando comparado às rodovias, os projetos contratados indicam um movimento contínuo de modernização dos portos, com foco em eficiência operacional, ampliação de terminais e melhoria dos acessos aquaviários e terrestres. A agenda de concessões e PPPs reforça o papel dos portos como peça central para a competitividade do comércio exterior brasileiro.

No setor aeroportuário, os contratos firmados ao longo do ano se concentraram principalmente em aeroportos regionais, com o objetivo de ampliar a conectividade, reduzir gargalos e estimular o desenvolvimento econômico fora dos grandes centros. A estratégia tem sido vista como complementar às concessões já existentes, permitindo maior capilaridade da malha aérea e atração de investimentos privados em regiões menos atendidas.

Outros projetos

Projetos de mobilidade urbana e saneamento também integraram a carteira de PPPs em 2025, contribuindo para o volume total de investimentos contratados. No entanto, transporte e logística seguiram no centro da estratégia governamental, especialmente diante da necessidade de reduzir custos, aumentar a eficiência e preparar o país para um novo ciclo de crescimento.

Em termos de valores, os contratos firmados em 2025 por meio de Parcerias Público-Privadas somaram mais de R\$100 bilhões em investimentos, com forte concentração no setor de rodovias, que respondeu por cerca de R\$ 73,8 bilhões do total. Na sequência aparecem os projetos de saneamento, com aproximadamente R\$ 27,2 bilhões, e de mobilidade urbana, que alcançaram R\$14,4 bilhões em contratos. Já o setor de portos registrou cerca de R\$ 3,5 bilhões em investimentos contratados ao longo do ano, enquanto os aeroportos, especialmente regionais, somaram aproximadamente R\$ 730 milhões, reforçando a estratégia de ampliar a infraestrutura logística e de transportes com participação crescente do setor privado.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

TRANSPORTES – RODOVIAS - SÃO PAULO ASSINA CONCESSÃO DO LOTE RODOVIÁRIO PARANAPANEMA

Contrato com a Infra BR prevê R\$ 5,8 bilhões em investimentos, duplicação de mais de 150 km e modernização de um dos principais corredores logísticos do interior

Do Estadão Conteúdo

O Governo de São Paulo assinou o contrato da concessão do Lote Rodoviário Paranapanema com a Infra BR, empresa do Grupo Pátria, formalizando a parceria para a modernização e ampliação de um dos principais corredores rodoviários do interior paulista. O projeto prevê investimento estimado de R\$ 5,8 bilhões ao longo de 30 anos e reforça a Rodovia Raposo Tavares (SP-270) como rota estratégica do agronegócio e da logística regional.



A concessão abrange 285 quilômetros de rodovias, incluindo trechos da SP-270 (Raposo Tavares), SP-189 (Engenheiro Lauri Simões de Barros), SP-278 (Mello Peixoto) e acessos

A concessão abrange 285 quilômetros de rodovias, incluindo trechos da SP-270 (Raposo Tavares), SP-189 (Engenheiro Lauri Simões de Barros), SP-278 (Mello Peixoto) e acessos. O contrato prevê a duplicação de

mais de 150 quilômetros, além da implantação de passarelas, paradas de ônibus, acostamentos, vias marginais e dispositivos de acesso em nível e em desnível.

O projeto também contempla iluminação em LED em áreas urbanas, sistemas de monitoramento por câmeras (CFTV), painéis de mensagens variáveis, conectividade ao longo do trecho, postos de pesagem e atendimento médico com ambulâncias. A operação contará com monitoramento 24 horas, inspeções de tráfego, serviços de guincho e pronto-atendimento, com metas de desempenho atreladas à qualidade dos serviços prestados.

Estruturado com ampla participação social, o projeto recebeu mais de 250 contribuições durante audiências públicas e consulta pública, das quais 53% foram acolhidas total ou parcialmente. O desenho final incorpora intervenções de drenagem e controle de enchentes, passagens de fauna e demais medidas ambientais.

O impacto regional alcança diretamente os municípios de Angatuba, Bernardino de Campos, Buri, Campina do Monte Alegre, Canitar, Chavantes, Ipaussu, Itai, Itapetininga, Ourinhos, Paranapanema, Piraju e Tejuapá. A duplicação integral do trecho da Raposo Tavares transforma a rodovia em alternativa estratégica à Castello Branco (SP-280), conectando o interior paulista e a região Centro-Oeste ao Porto de Santos.

O Lote Paranapanema se soma aos projetos Nova Raposo e Rota Sorocabana, formando um corredor rodoviário duplicado e qualificado, com melhor distribuição do tráfego e redução de gargalos logísticos no Estado.

SP pra Toda Obra

O projeto integra o programa SP pra Toda Obra, programa do Governo de São Paulo que prevê melhorias em 21,2 mil quilômetros de rodovias administradas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo (DER-SP) e pelas concessionárias, com supervisão da Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp). O investimento de R\$ 30,5 bilhões, o maior da história do estado de São Paulo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

OPINIÃO – ARTIGOS – ARTICULISTA – SUPERANDO O IMOBILISMO: INFRAESTRUTURA COMO PAUTA ELEITORAL



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Doutor em Engenharia de Transportes, professor associado da Universidade Federal do Amazonas e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
opinio@portalbenews.com.br

A questão que me inquieta é para quem interessa não investir? Por qual razão só encontrar espaços onde há interesse de exploração por grupos econômicos estrangeiros? Esta estratégia é ótima para ser dominado

Até que ponto faz sentido o Estado não ser investidor? Encontramos um consenso que soa meio certo, meio estranho, dependendo de quem debate: precisamos ter uma austeridade no governo que se assemelhe à de uma pessoa física. Mas pensar em empresas como pessoas não é uma boa

prática. Assim como não deveria ser uma boa prática comparar as finanças de uma pessoa com as de um país.

Empresas e países precisam investir fortemente para conseguirem crescer, mudar, desenvolver. A condição de ficar “parado” em “equilíbrio” só é vantajosa para poucos. O que se verifica no mundo desenvolvido é uma aspiração por mais e mais, em uma ânsia sem fim por mais poder. E quem ficar no imobilismo terminará conquistado ou dominado. Basta ver o que acontece nos mercados de alta tecnologia. Há um combate global e parece que estamos longe destas pautas.

Por aqui, parece que estamos condicionados por uma dinâmica de não investimento. A questão que me inquieta é para quem interessa não investir? Por qual razão só encontrar espaços onde há interesse de exploração por grupos econômicos estrangeiros? Esta estratégia é ótima para ser dominado e não me parece a melhor estrutura para uma soberania nacional. Precisaremos criar um modelo brasileiro de sobrevivência ao contexto global, para que não sejamos engolidos nos próximos anos por alguma potência estrangeira.

Será que conseguiremos desenvolver uma linha de construção de novas infraestruturas para o País ou seguiremos a pensar num Brasil sem um Estado investidor para a redução das desigualdades. Este modelo de não investimento não leva a mais prosperidade. Os momentos quando o País cresceu sempre foram derivados de forte investimento público ou privado. A questão é: como criar este ambiente? Qual será o espaço da infraestrutura no debate eleitoral nacional e estadual em 2026?

Gostaria muito que essa pauta seja capturada por modelos de país onde a ciência se reencontra com as necessidades da população e das empresas. Hoje estamos atolados em ideias vagas e todas consolidadas no não fazer – como se fosse possível crescer sem investimento, como se fosse possível a transformação sem a mudança das práticas.

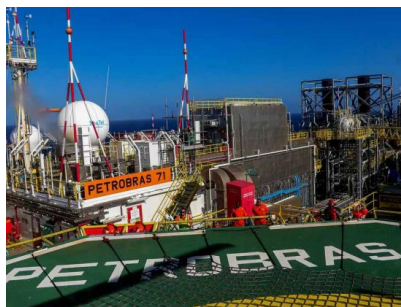
Há tempo para colocar a pauta da infraestrutura no debate público, seja na construção de grandes projetos interestaduais, seja na grande oportunidade para repensar a mobilidade urbana. Muito pode ser feito com desafios e missões para transformar a realidade do País. Para isso, teremos que sonhar e fazer projetos de um Brasil mais desenvolvido. Precisamos sair das armadilhas do imobilismo estrutural.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 03/02/2026

PETRÓLEO E GÁS - BRASIL FECHA 2025 COM MAIOR PRODUÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS DA HISTÓRIA

Volume médio diário cresce mais de 13% em relação ao ano anterior, com o pré-sal respondendo por cerca de 80% do total nacional

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Em dezembro, o campo de Tupi, localizado no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor, registrando 838,98 mil bbl/d de petróleo e 41,79 milhões de m³/d de gás natural

Em 2025, a produção média anual de petróleo e gás natural atingiu a marca histórica de 4,897 milhões de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), cerca de 12,7% a mais do recorde anterior, alcançado em 2023, que foi de 4,344 milhões de barris de óleo equivalente/ dia. Na comparação com 2024, que totalizou 4,322 milhões de boe/d, houve crescimento de 13,3%.

Esses e outros dados anuais se encontram no Boletim Mensal da Produção de Petróleo e Gás Natural de dezembro de 2025, divulgado na segunda-feira (2) e que, além dos dados desse mês, traz encarte com dados anuais consolidados de 2025.



No caso do petróleo, foram produzidos 3,770 milhões de barris por dia (bbl/d) em 2025, recorde histórico e 12,3% acima do observado em 2024 (quando atingiu 3,358 milhões de bbl/d).

Já a produção de gás natural no ano de 2025 chegou à média anual de 179 milhões de metros cúbicos por dia (m³/d), também alcançando recorde histórico. A média foi 17% maior do que a do ano anterior, quando registrou 153 milhões de m³/d.

Em 2025 a maior parte da produção de petróleo e gás foi proveniente de reservatórios do pré-sal, que representa, em média, 79,63% da produção nacional. Já as produções do pós-sal e terrestre representam, em média, 15,45% e 4,92%, respectivamente, do total produzido no país.

Em dezembro de 2025, a produção nacional de petróleo e gás natural foi de 5,237 milhões de boe/d.

No caso do petróleo, foram produzidos 4,015 milhões de bbl/d, um aumento de 6,4% na comparação com novembro e de 17,4% em relação a dezembro de 2024.

Para o gás natural, a produção foi de 194,33 milhões de m³/d, tendo crescido 6,4% frente ao mês anterior e 20,6% comparada ao mesmo mês de 2024.

Pré-sal

A produção total (petróleo + gás natural) no pré-sal, em dezembro, foi de 4,164 milhões de boe/d e correspondeu a 79,5% da produção brasileira. Esse número representa um crescimento de 6,4% em relação ao mês anterior e de 19,7% na comparação com o mesmo mês de 2024.

Foram produzidos 3,211 milhões de bbl/d de petróleo e 151,56 milhões de m³/d de gás natural, por meio de 175 poços.

Em dezembro, o aproveitamento de gás natural foi de 97,5%. Foram disponibilizados ao mercado 64,53 milhões de m³/d e a queima foi de 4,86 milhões de m³/d. Houve redução de 14,8% na queima, em relação ao mês anterior, e de 14% na comparação com dezembro de 2024.

No mês, os campos marítimos produziram 97,9% do petróleo e 86,5% do gás natural. Os campos operados pela Petrobras, sozinha ou em consórcio com outras empresas, foram responsáveis por 90,03% do total produzido. A produção teve origem em 6.048 poços, sendo 547 marítimos e 5.501 terrestres.

Em dezembro, o campo de Tupi, no pré-sal da Bacia de Santos, foi o maior produtor, registrando 838,98 mil bbl/d de petróleo e 41,79 milhões de m³/d de gás natural.

Já a instalação com maior produção de petróleo foi a FPSO Almirante Tamandaré, no campo de Búzios, com 238.960 bbl/d de petróleo. A instalação com a maior produção de gás natural foi FPSO Guanabara, no campo de Mero, com total de produção de 12,10 milhões de m³/d.

O boletim

Além da publicação tradicional em formato pdf, é possível consultar os dados do boletim de forma interativa utilizando a tecnologia de Business Intelligence (BI). A ferramenta permite que o usuário altere o mês de referência para o qual deseja a informação, além de diferentes seleções de períodos para consulta e filtros específicos para campos, estados e bacias.

Variações na produção são esperadas e podem ocorrer devido a fatores como paradas programadas de unidades de produção em função de manutenção, entrada em operação de poços, parada de poços para manutenção ou limpeza, início de comissionamento de novas unidades de produção, dentre outros. Tais ações são típicas da produção de petróleo e gás natural e buscam a operação estável e contínua, bem como o aumento da produção ao longo do tempo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

PETRÓLEO E GÁS - ETANOL SOBE EM 14 ESTADOS E PERDE COMPETITIVIDADE FRENTE À GASOLINA

Levantamento da ANP mostra avanço médio de 0,43% no preço do etanol hidratado no país, enquanto o biocombustível só se manteve competitivo em MS

Do Estadão Conteúdo

Os preços médios do etanol hidratado subiram em 14 estados, caíram em outros cinco e no Distrito Federal e ficaram estáveis em seis na semana encerrada no sábado (31). No Amapá não houve medição. Os dados são da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), compilados pelo AE-Taxas.

Nos postos pesquisados pela ANP em todo o país, o preço médio do etanol subiu 0,43% na comparação com a semana anterior, a R\$ 4,63 o litro. Em São Paulo, principal estado produtor, consumidor e com mais postos avaliados, o preço subiu 0,90%, para R\$ 4,46 o litro.

A maior alta percentual na semana, de 3,08%, foi registrada no Ceará, a R\$ 5,02 o litro. A maior queda, de 2,28%, ocorreu no Distrito Federal, para R\$ 4,71 o litro.

O preço mínimo registrado na semana para o etanol em um posto foi de R\$ 3,83 o litro, em São Paulo. O maior preço, de R\$ 6,49, foi observado em Pernambuco. Já o menor preço médio estadual, de R\$ 4,25, foi registrado em Mato Grosso do Sul, enquanto o maior preço médio foi verificado no Amazonas, de R\$ 5,49 o litro.

Competitividade

O etanol manteve-se mais competitivo em relação à gasolina em apenas um estado na semana passada: Mato Grosso do Sul. Na média dos postos pesquisados no país, o etanol tinha paridade de 73,14% ante a gasolina no período, portanto desfavorável em comparação com o derivado do petróleo, conforme levantamento da ANP compilado pelo AE-Taxas.

Executivos do setor observam que o etanol pode ser competitivo mesmo com paridade maior do que 70%, a depender do veículo em que o biocombustível é utilizado.

Em Mato Grosso do Sul, onde o litro vale R\$ 4,25 e a paridade é de 69,67%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

MINERAÇÃO - CME AUMENTA MARGENS DE OURO, PRATA, PLATINA E PALÁDIO

Revisão de risco anunciada pela CME Clearing amplia exigências de colateral para diferentes contratos de metais, incluindo versões padrão, mini, micro e operações TAS

Do Estadão Conteúdo



No caso do ouro, os contratos futuros passam a exigir margem inicial de 8%, contra os 6% registrados anteriormente, enquanto a margem de manutenção sobe para 6%

A CME Clearing anunciou um aumento das exigências de margem para uma ampla gama de contratos de metais, citando uma "revisão normal da volatilidade de mercado para assegurar cobertura adequada de colateral". As novas exigências entram em vigor após o fechamento dos negócios de segunda-feira, 2, diz um aviso no site da CME.

O comunicado informa que a equipe de Gestão de Risco da CME aprovou os requisitos para ouro, prata, platina e paládio negociados na Comex e na Nymex, incluindo versões padrão, micro, e-mini e



operações de negociação na liquidação (TAS, na sigla em inglês) – ordens que permitem comprar ou vender um contrato ao preço de liquidação antes do fechamento dos mercados.

No caso do ouro, os contratos futuros passam a exigir margem inicial de 8%, ante 6% anteriormente, enquanto a margem de manutenção sobe para 6%. Para posições classificadas como HRP, a exigência inicial aumenta para 8,8%, segundo a tabela divulgada pela CME.

A prata registra um dos ajustes mais elevados. Os contratos futuros passam a ter margem inicial de 15%, contra 11% antes da mudança, com o aviso indicando “aumento” para todos os vencimentos listados, incluindo contratos mini, micro e TAS.

O ajuste ocorre em meio a uma forte correção nos preços dos metais. Analistas da Yardeni Research observaram que a CME anunciou o aumento das margens antes do fechamento de sexta-feira, o que “efetivamente alertou os traders de que posições carregadas para o fim de semana estariam sujeitas a exigências de colateral significativamente maiores na segunda-feira”. Segundo eles, isso “forçou muitos investidores a liquidar posições nas horas finais do pregão”, contribuindo para a aceleração da queda dos preços.

Também houve elevação nas margens de platina, cuja exigência inicial passa a 15%, e de paládio, com margem inicial de 16%. A CME orientou participantes a procurar o Departamento de Risco para esclarecimentos adicionais.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

INDÚSTRIA – ENERGIA - SP PROPÕE ZPE PARA REVERTER CRISE DO POLO INDUSTRIAL DE CUBATÃO

Empresas dos setores químico, petroquímico e de fertilizantes que operam na área chegaram a paralisar operações recentemente

Por MARIANA NEROME redacao.jornal@redebeneews.com.br

O modelo proposto permite que empresas instaladas na região da Baixada Santista produzam exclusivamente para o mercado externo com benefícios fiscais diferenciados

O secretário estadual de Desenvolvimento Econômico de São Paulo, Jorge Lima, apresentou duas propostas do governo estadual para enfrentar a crise que atinge o polo industrial de Cubatão. O encontro aconteceu no gabinete do prefeito César Nascimento e contou com a presença de integrantes da equipe do secretário e representantes da deputada federal Rosana Valle, na semana passada.

A principal alternativa consiste na criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) na área do polo. O modelo permite que empresas instaladas na região da Baixada Santista produzam exclusivamente para o mercado externo com benefícios fiscais diferenciados. A proposta partiu do governador Tarcísio de Freitas como estratégia para atrair novos investimentos e reverter o processo de esvaziamento industrial do município.

A ZPE funciona como área de livre comércio destinada à instalação de empresas voltadas para a produção de bens a serem exportados. O regime oferece suspensão ou isenção de tributos sobre importação de equipamentos, matérias-primas e insumos utilizados no processo produtivo. A medida busca aumentar a competitividade das indústrias frente à concorrência internacional e aos produtos importados que chegam ao mercado brasileiro.

Projeto 50 Km

A segunda iniciativa apresentada por Jorge Lima é o Projeto 50 Km, desenvolvido pela Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (InvestSP) em parceria com a secretaria



estadual. O programa tem como objetivo estimular a concentração de fornecedores em um raio de até 50 quilômetros de grandes empresas instaladas na região.

A ideia busca criar uma cadeia produtiva regional integrada. A proximidade entre fornecedores e indústrias âncora reduz custos logísticos, diminui prazos de entrega e facilita a comunicação entre as empresas. O modelo também favorece a geração de empregos locais e fortalece a economia regional.

O secretário Jorge Lima afirmou que o governador de terminou a visita após receber informações sobre a situação do município. Segundo ele, a ordem foi clara: ouvir as demandas locais e encontrar medidas efetivas para ajudar a cidade. O secretário disse que as informações colhidas na reunião serão levadas diretamente a Tarcísio de Freitas.

Crise

Durante o encontro, o prefeito de Cubatão, César Nascimento, apresentou dados sobre a crise que atinge o polo industrial da cidade. Empresas dos setores químico, petroquímico e de fertilizantes fecharam ou paralisaram operações recentemente. O cenário provocou demissões e redução estimada em R\$ 200 milhões na arrecadação municipal. Em menos de um ano, unidades importantes encerraram atividades na cidade.

César Nascimento classificou a situação como reflexo de problemas que afetam toda a indústria brasileira. Segundo ele, a perda de competitividade, a carga tributária elevada e a concorrência de produtos importados contribuem para o quadro atual. O prefeito ainda defendeu a necessidade de ação conjunta entre os três níveis de governo e solicitou revisão da política tributária e estímulos à produção nacional.

Segundo o órgão municipal, novos encontros entre estado, prefeitura e representantes da indústria local acontecerão para dar andamento às propostas da ZPE e do Projeto 50 Km. O prefeito César Nascimento encerrou a reunião reforçando que a administração municipal segue mobilizada em diálogo com os governos estadual e federal, além de entidades representativas do setor produtivo e dos trabalhadores.

A reportagem entrou em contato com a assessoria da secretaria estadual de Desenvolvimento Econômico para mais detalhes sobre os projetos apresentados, mas não obteve retorno até o momento.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

ENERGIA - CERQUEIRA VALÉRIO DEIXA SECRETARIA-EXECUTIVA DO MME

Exoneração foi solicitada pelo próprio secretário, que ocupava o cargo desde janeiro de 2024 e atuou na coordenação administrativa e regulatória da pasta de Minas e Energia

Do Estadão Conteúdo

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Arthur Cerqueira Valério, deixará o cargo nesta semana, após solicitar sua exoneração. O pedido foi formalizado em carta enviada ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, na qual o secretário agradece a confiança, o diálogo mantido ao longo da gestão e a oportunidade de atuar nas agendas dos setores energético e mineral.

Nomeado em janeiro de 2024, Arthur Cerqueira ocupou a Secretaria-Executiva do MME em um período marcado por mudanças regulatórias e pela condução de programas voltados à transição energética. Na função, foi um dos principais responsáveis pela articulação interna do ministério e pela coordenação administrativa, institucional e técnica das ações conduzidas pela pasta.

Durante sua passagem pelo cargo, Arthur Cerqueira participou do processo de modernização do marco legal do setor elétrico, com discussões relacionadas à abertura do mercado de energia, ao reequilíbrio setorial e ao aumento da competitividade. Também esteve envolvido na implementação de programas considerados prioritários pela atual gestão, como Combustível do Futuro, Luz do Povo e

Gás para Empregar, além da estruturação dos marcos legais do hidrogênio de baixo carbono e das eólicas offshore.

O secretário-executivo teve ainda atuação na coordenação de leilões de energia, potência e transmissão. No caso dos certames de transmissão, os projetos contratados somam cerca de R\$ 60 bilhões em investimentos, voltados à expansão da infraestrutura energética, à segurança do suprimento e à geração de empregos. Arthur Cerqueira também participou de iniciativas relacionadas à inclusão energética e ao desenvolvimento regional, como o Programa Energias da Amazônia e o Leilão dos Sistemas Isolados (Sisol).

Segundo o ministério, Arthur Cerqueira já havia manifestado ao ministro Alexandre Silveira, em maio de 2025, a intenção de deixar o cargo. A permanência até o início deste ano teve como objetivo garantir a continuidade administrativa e a conclusão de agendas previamente definidas.

Após cumprir o período de quarentena previsto em lei, Arthur Cerqueira Valério deverá iniciar atuação na advocacia privada, dando sequência à sua trajetória profissional fora da administração pública.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

MEIO AMBIENTE - TRATADO DO ALTO-MAR MUDA A GOVERNANÇA GLOBAL SOBRE OS OCEANOS

Acordo assinado pelo Brasil estabelece critérios para áreas marinhas protegidas, avaliação ambiental e repartição de benefícios em regiões fora da jurisdição dos países

Da Agência Brasil



Os oceanos são os principais responsáveis pelo equilíbrio da temperatura do planeta, produzem mais da metade do oxigênio necessário à vida e abrigam vasta biodiversidade

O Acordo sobre a Conservação e o Uso Sustentável da Diversidade Biológica Marinha em Áreas Além da Jurisdição Nacional (BBNJ, na sigla em inglês) entrou em vigor neste mês de janeiro, após duas décadas de negociação internacional. Imediatamente depois da finalização do texto no mês de março de 2023, 145 países assinaram o documento, que passou a ser chamado de Tratado do Alto-Mar, entre eles o Brasil.

Para entrar em vigor, esse acordo sobre os oceanos além das faixas marítimas nacionais precisava da ratificação de pelo menos 60 países para começar a valer 120 depois. No Brasil, o Congresso Nacional ratificou o acordo em 16 de dezembro de 2025, mas antes mesmo disso, em setembro, outros 60 países já haviam confirmado a participação.

Até a publicação desta reportagem, 84 países já ratificaram o acordo, segundo a rede global de organizações sociais High Seas Alliance. Mas, porque esse tratado internacional sobre um bem comum fora dos territórios dos países desperta tanto interesse?

Segundo a diretora do Departamento de Oceano e Gestão Costeira do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), Ana Paula Prates, apesar de outros tratados internacionais estabelecerem regras de conservação da biodiversidade marinha, eles alcançam principalmente os territórios nacionais, enquanto este é o primeiro a tratar integralmente dessa região internacional, que representa dois terços dos oceanos do planeta.

Seres vivos

Com mais de 360 milhões de quilômetros de extensão e locais que ultrapassam 10 quilômetros de profundidade, os oceanos são os principais responsáveis pelo equilíbrio da temperatura do planeta,

produzem mais da metade do oxigênio necessário à vida e abrigam uma vasta biodiversidade. Cerca de 64% de toda essa imensidão representa a área de alto-mar, além das jurisdições nacionais.

O texto do Tratado do Alto-Mar trata basicamente das diretrizes e governança global para conservação e uso sustentável da biodiversidade em alto-mar, a partir de quatro pilares: criação de áreas marinhas protegidas em águas internacionais (equivalem às Unidades de Conservação previstas no território brasileiro); avaliação de atividades econômicas em relação ao impacto ambiental; repartição dos benefícios dos recursos genéticos; transferência de tecnologia e desenvolvimento de capacidades.

Na prática, qualquer atividade que venha a ser desenvolvida em alto-mar estará sujeita às regras do acordo, já que o tratado é vinculante, portanto, passa a ser uma obrigação legal imposta aos países participantes.

Para atuar nessas regiões, os países também precisarão compreender melhor a biodiversidade presente, a partir de investimentos em ciência e tecnologia capazes de chegar até as espécies, como submersíveis de águas profundas, e do mapeamento genético da fauna e flora existente em alto-mar.

Benefícios

“A gente tem uma possibilidade maravilhosa de recursos novos para medicamentos, cosméticos e outras soluções. Mas que terá que ser avaliada em conjunto e também repartido os benefícios para todos os países que ratificaram. Do mesmo jeito, uma outra questão que vai ser super polêmica, mas vai ter que ser negociada, será o estabelecimento de áreas marítimas protegidas”, afirma a representante do MMA.

A ideia é que quando houver dúvida sobre a capacidade de conservação e manutenção do equilíbrio de um determinado ecossistema e das espécies existentes nele, a região seja protegida, com medidas que vão desde a avaliação dos impactos das atividades humanas a serem desenvolvidas no local, até a criação das áreas marinhas protegidas.

COP do Alto-Mar

Com o tratado já vigorando, somente os países que ratificaram poderão participar da construção das instituições, regras operacionais e processos para que o acordo possa ser operacionalizado. As primeiras negociações para a construção desses instrumentos devem ocorrer a partir da realização de Conferências das Partes (COP) do Tratado do Alto-Mar.

Antes mesmo dessa etapa, quando o acordo recebeu as assinaturas dos países interessados em participar, a Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) constituiu uma comissão preparatória, responsável pela escolha de um país para abrigar o secretariado e outras instituições como o corpo científico e técnico, além de estabelecer a estrutura financeira e as regras para a tomada de decisões.

Duas reuniões já foram realizadas nos meses de abril e agosto de 2025 e uma terceira deve ocorrer em março de 2026, na sede das Nações Unidas, em Nova York.

Vantagens

Na avaliação de Andrei Polejack, o Brasil tem muito a contribuir com todo o conhecimento diplomático e científico desenvolvido na atuação em outros tratados internacionais, como o os que foram criados na Eco92, no Rio de Janeiro, que tratam do clima, biodiversidade e desertificação. Ele também considera importante que sejam realizados debates sobre os interesses sociais e coletivos da população.

“Esse trabalho tem que ser baseado em evidência científica, tem que considerar o equilíbrio entre os usos dessa biodiversidade nas áreas além da jurisdição nacional, no alto mar, mas também tem que distribuir os benefícios gerados nos comerciais. Então, há muitos detalhes. É um acordo complexo e ele realmente precisa de todas as vozes juntas”, conclui.

Se quiser, posso indicar exatamente quais parágrafos foram cortados ou fazer uma nova rodada de cortes, preservando ainda mais o caráter explicativo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

FINANÇAS - MELLO JÁ CRITICOU USO EXCLUSIVO DE POLÍTICA MONETÁRIA PARA CRESCIMENTO

Indicado à diretoria do BC, o secretário de Política Econômica criticou em 2019 o uso único de recursos como os juros negativos e a compra de títulos de dívida

Do Estadão Conteúdo



Em um artigo assinado com outros economistas, Guilherme Mello (foto) escreve sobre as taxas de juros muito baixas ou negativas adotadas no pós-crise de 2008

O secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, indicado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, para a diretoria do Banco Central, escreveu um artigo em 2019 em que criticou o uso exclusivo de ferramentas de política monetária heterodoxas - como juros negativos e compra de títulos de dívida - para estimular o crescimento.

O artigo, assinado também por Felipe Da Roz, Fernanda Oliveira Ultremare e Olívia Maria Bullio Mattos, tenta explicar por que as taxas de juros muito baixas ou negativas adotadas no pós-crise de 2008 não provocaram a morte dos rentistas nem levaram ao pleno emprego nas economias desenvolvidas.

Durante a crise, os principais bancos centrais do mundo baixaram os juros para zero ou perto disso para estimular a economia, mas não obtiveram os resultados esperados. Passaram então a recorrer a ferramentas consideradas heterodoxas para alcançar o objetivo. É sobre esse laboratório de experiências - e, em particular, sobre a cobrança de juros negativos - que se debruça o artigo.

O texto cita entre as medidas adotadas o “quantitative easing”, que consiste na compra de títulos públicos ou privados pelo banco central para aumentar o preço e reduzir os juros destes papéis no mercado secundário, e o “forward guidance” - a adoção de compromissos explícitos dos bancos centrais com movimentos nos juros, para influenciar diretamente as expectativas dos investidores.

Outras medidas mencionadas no artigo foram a política do Banco do Japão de travar a taxa dos títulos de dez anos em zero, e a do Banco Central Europeu (BCE) de adotar juros negativos, cobrando dos bancos um pequeno “pedágio” para manter dinheiro parado em reservas - baseada na premissa de que isso levaria as instituições financeiras a emprestar ou a comprar ativos, aquecendo a economia.

Para Mello e os demais autores do artigo, as medidas levaram a um afrouxamento das condições de crédito, a taxas menores nos títulos de dívida e diminuíram temores deflacionários, mas com o tempo os efeitos positivos foram minguando, enquanto os efeitos colaterais, como valorização excessiva de ativos, pressão sobre lucros bancários e aumento da desigualdade patrimonial, cresceram.

A leitura keynesiana proposta pelos autores foi a de que políticas não convencionais ganham batalhas táticas, porém não vencem a guerra contra o desemprego sozinhas. Elas precisam se combinar a políticas fiscais expansionistas - investimentos públicos, estímulos ao consumo -, algo que muitas vezes esbarra em regras de austeridade e em disputas políticas.

“Embora a política monetária seja indispensável para superar a armadilha de liquidez para Keynes e os pós-keynesianos, a política fiscal é crucial para gerar demanda autônoma e, consequentemente, para diminuir a incerteza. Afinal de contas, se a política de taxas de juros nominais negativos mira no excedente de reservas bancárias, os mecanismos pelos quais a liquidez é induzida a fluir para os



ativos reais não são claros. Em contraste, Keynes é claro sobre os esforços do governo com políticas proativas”, diz o artigo.

“O gasto fiscal é um elemento-chave da política macroeconômica que um governo deve usar para restaurar margens de lucro, deprimidas no momento de baixa do ciclo de negócios. O alto grau de incerteza (tanto político e econômico, em meio à possibilidade de aumento de juros após muitos anos de juros muito baixos/zero/negativos), o alto risco de empréstimo e o grau elevado de endividamento são três dos aspectos centrais da ‘armadilha’ em que as economias desenvolvidas estão presas”, diz o artigo, sobre o contexto econômico de 2019.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

FINANÇAS - DESEMPENHO E FINANÇAS DA PEQUENA INDÚSTRIA PIORARAM EM 2025, DIZ CNI

Pesquisa revela que o índice de desempenho registrou média de 45,5 pontos no quarto trimestre, com recuo em relação a 2024

Do Estadão Conteúdo

O desempenho e as finanças das indústrias de pequeno porte - que representam 94,2% das empresas industriais do País - caíram em 2025 em relação a 2024, segundo o Panorama da Pequena Indústria (PPI), divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) nesta segunda-feira, 2.

A pesquisa mostra que o índice de desempenho das indústrias de pequeno porte registrou média de 45,5 pontos no quarto trimestre do ano passado, ante média de 46,8 pontos no mesmo recorte do ano anterior.

Embora o índice que mede a situação financeira das pequenas indústrias tenha subido 0,5 ponto na passagem do terceiro para o quarto trimestre de 2025, o indicador fechou o ano abaixo do patamar registrado no fim de 2024, apontando piora das finanças dessas empresas.

“No ano passado, a indústria experimentou um cenário muito mais negativo e preocupante do que em 2024”, avaliou o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Os empresários das pequenas indústrias apontaram três principais problemas enfrentados pelo setor: a alta carga tributária, a falta ou alto custo de trabalhador qualificado e as taxas de juros elevadas.

A carga tributária foi apontada como o principal problema, assinalada por 42,7% dos empresários da indústria de transformação e por 44,7% dos industriais da construção. Em segundo lugar, aparece a falta ou alto custo de trabalhador qualificado, com 29,2%; no caso da pequena indústria da construção, é a falta ou alto custo de mão de obra não qualificada que ocupa a segunda posição do ranking, com 30,9%.

As taxas de juros elevadas aparecem em terceiro lugar na lista das preocupações para ambos os segmentos, com 27,6% e 30,9% das assinalações.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

FINANÇAS - DÓLAR TEM LEVE ALTA COM DINÂMICA GLOBAL E RECUO DO PETRÓLEO

Moeda americana terminou a primeira sessão de fevereiro em alta de 0,22%, a R\$ 5,2593, após recuo de 4,40% em janeiro

Do Estadão Conteúdo



Tirando uma queda pontual na primeira hora, o dólar trabalhou em terreno positivo durante o restante do dia

O dólar apresentou leve alta nesta segunda-feira, 2, alinhado ao avanço da moeda americana no exterior, embora algumas divisas latino-americanas tenham se apreciado. Operadores atribuíram o escorregão do real a um movimento de realização de lucros após o rali de janeiro, em ambiente marcado por queda de mais de 4% do petróleo com a diminuição das tensões entre Estados Unidos e Irã.

Apesar de relatarem certo desconforto nas mesas de operação com a provável indicação do secretário de Política Econômica, Guilherme Mello, para a diretoria do Banco Central pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, gestores de recursos ouvidos pela Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado não viram impacto relevante na formação da taxa de câmbio.

Tirando uma queda pontual e bem limitada na primeira hora de negócios, quando registrou mínima de R\$ 5,2370, a moeda americana trabalhou em terreno positivo no restante do dia. Com máxima de R\$ 5,2815, o dólar à vista terminou o dia em alta de 0,22%, a R\$ 5,2593, após recuo de 4,40% em janeiro.

“Temos uma ligeira alta do dólar aqui, enquanto outras moedas emergentes se apreciam. Parece mais algo técnico, já que o real vem de uma valorização bem forte”, afirma a economista-chefe do Ouribank, Cristiane Quartaroli, para quem não há mudança na tendência positiva para a moeda brasileira. “Embora o BC tenha deixado claro que vai iniciar o ciclo de corte da Selic em março o diferencial de juros vai continuar bastante atrativo para o carry trade”.

Lá fora, o índice DXY - que mede o comportamento do dólar em relação a uma cesta de seis moedas fortes - emendou o segundo pregão de alta firme e subiu cerca de 0,70% no fim da tarde, ao redor dos 97,600 pontos, perto da máxima da sessão, aos 97,733 pontos. O Dollar Index ainda recua cerca de 0,65% no ano.

As taxas dos Treasuries avançaram em meio a sinais de vigor da economia americana. Principal indicador do dia, o índice de atividade industrial dos EUA elaborado pelo Instituto para Gestão da Oferta (ISM, na sigla em inglês) subiu de 47,9 em dezembro para 52,6 em janeiro, bem acima do previsto pelos analistas.

Para o head de banking da EQI Investimentos, Alexandre Viotto, investidores ainda digerem a indicação do ex-diretor do Fed Kevin Warsh para a presidência da instituição no lugar de Jerome Powell, cujo mandato termina em maio. Viotto pondera que o nome de Warsh diminuiu os temores de ingerência política no Fed, embora o ex-diretor tenha recentemente se mostrado a favor de um alívio monetário como defendido por Donald Trump.

“Warsh tem um histórico de ser mais duro com a inflação e também é crítico do aumento do balanço do Fed. Se ele assumir com essa postura apesar de ser indicado por Trump, pode reduzir a tendência de queda global do dólar”, afirma Viotto, para quem há espaço para nova rodada de apreciação do real neste primeiro trimestre, caso não haja surtos de aversão ao risco no exterior. “O dólar pode cair para R\$ 5,00 neste primeiro trimestre, com a Selic ainda bem elevada e com a eleição presidencial ainda distante”.

Em segundo plano nos últimos dias, o noticiário doméstico voltou a movimentar as mesas de operação com a indicação do economista Guilherme Mello por Haddad para uma vaga na diretoria do BC.

FINANÇAS - COM NY, IBOVESPA GANHA FORÇA E SOBE 0,79%, AOS 182,7 MIL PONTOS

A abertura de fevereiro foi majoritariamente positiva para as blue chips, à exceção de Petrobras (ON - 1,98%, PN -1,38%)

Do Estadão Conteúdo

O Ibovespa encerrou a primeira sessão de fevereiro acima dos 182 mil pontos, ganhando força perto do fechamento, com Nova York, após duas sessões de moderada correção ante os níveis recordes vistos desde meados de janeiro

Oscilou entre mínima de 181.347,63 e máxima de 182.889,95 pontos, tendo saído de abertura aos 181.369,00 pontos. Ao fim, marcava 182.793,40 pontos, em alta de 0,79%, com giro a R\$ 28,6 bilhões, em nível ainda sólido, mas já um pouco mais acomodado em relação ao que se observou em janeiro quando superou a linha de R\$ 30 bilhões em diversas sessões. No ano, o Ibovespa progride 13,45%.

A abertura de fevereiro foi majoritariamente positiva para as blue chips, à exceção de Petrobras (ON - 1,98%, PN -1,38%), que não conseguiu se descolar da queda dos contratos futuros da commodity em Londres e Nova York, em baixa na casa de 5% na sessão. A correção decorre da redução de tensões entre EUA e Irã além de avanço nas negociações entre Rússia e Ucrânia para alcançar cessar-fogo. Estiveram ainda no radar o dólar forte e a manutenção dos níveis de produção da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep+), no fim de semana.

Por outro lado, as ações de bancos e do setor metálico subiram em bloco nesta segunda-feira, 02, mostrando um pouco mais de força do meio para o fim da tarde, o que contribuiu para firmar o Ibovespa na casa dos 182 mil pontos.

Em Nova York, os principais índices de ações subiram até 1,05% (Dow Jones) na sessão. O dólar à vista teve alta de 0,22%, perto da casa de R\$5,26 no fechamento. Na B3, Vale ON subiu 0,59% e os ganhos entre os principais bancos chegaram a 1,38% (Santander Unit) e a 1,95% (BTG Unit) no encerramento. Na ponta ganhadora do Ibovespa, Direcional (+6,59%), Cury (+5,44%) e C&A (+4,36%). No lado oposto, Raizen (-8,74%), PetroReconcavo (-3,19%) e Brava (-2,59%).

“Mercado voltou a mostrar robustez, na medida em que havia receio quanto a uma correção maior neste começo de semana, que não veio”, diz Matheus Spiess, analista da Empiricus Research.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

COMUNICAÇÃO & MARKETING - OPINIÃO – PLANEJAMENTO SUCESSÓRIO: QUANDO A IMAGEM SE TORNA PARTE DA ESTRATÉGIA DE LIDERANÇA



CLARA LAFACE
Consultora de imagem corporativa e escritora

opinioao@portalbenews.com.br

Qual o futuro da sua empresa? Ou, de forma ainda mais direta, quem irá cuidar da sua empresa no futuro?

A continuidade de um negócio não depende apenas de números, produtos ou estratégias de mercado. Ela passa, sobretudo, pelas pessoas que estão preparadas — ou não — para assumir posições de maior responsabilidade. Ignorar essa reflexão costuma gerar efeitos no curto prazo, que se tornam altamente onerosos no médio e longo: decisões estratégicas postergadas, perda de talentos-chave, conflitos internos e riscos de imagem para a própria organização.

Planejar a sucessão de cargos é, antes de tudo, uma medida de proteção institucional. Trata-se de garantir que a empresa não fique refém de indivíduos específicos, nem vulnerável a saídas



inesperadas. Ao mesmo tempo, é uma alavanca de crescimento. Quando a organização identifica, desenvolve e prepara colaboradores internos para posições de liderança, ela preserva sua cultura, retém conhecimento acumulado e ganha velocidade de resposta diante de mudanças inevitáveis no mercado.

Pensar em sucessão é pensar continuidade com maturidade. É substituir improviso por método. É reconhecer que liderança não se constrói apenas quando a vaga surge, mas muito antes disso, por meio de processos consistentes de avaliação, desenvolvimento e acompanhamento.

Apesar da clareza da necessidade, a execução do planejamento sucessório raramente é simples. Especialmente quando o foco está em colaboradores internos — e não em sucessão familiar — surgem desafios que exigem visão sistêmica e decisões bem sustentadas. O processo demanda critérios claros, comunicação cuidadosa e uma leitura aprofundada de fatores que vão além da performance técnica.

Principais desafios nesse planejamento

Mapear cargos críticos – Nem todas as posições têm o mesmo impacto sobre a continuidade do negócio. Identificar quais funções são estratégicas, quais concentram decisões relevantes e quais exigem sucessores preparados é o primeiro passo para um plano eficaz.

Equilibrar desempenho e potencial – Resultados consistentes no presente não garantem capacidade de liderança no futuro. Avaliar potencial envolve observar maturidade emocional, capacidade de leitura de contexto, tomada de decisão sob pressão e habilidade de mobilizar pessoas.

Retenção de talentos – Profissionais identificados como potenciais sucessores precisam enxergar perspectiva de crescimento. A ausência de diálogo, desenvolvimento ou clareza pode gerar frustração e levar à perda justamente daqueles que a empresa pretende preparar.

Transparência nos critérios – Processos pouco claros alimentam percepções de favoritismo, minam a confiança e desorganizam o clima interno. Critérios bem comunicados reduzem ruídos e fortalecem a credibilidade da gestão.

Preparar líderes para novas exigências – A mudança de cargo altera o papel do profissional. Liderar exige mais do que domínio técnico: envolve comunicação clara, presença em ambientes decisórios, capacidade de influência e coerência entre discurso e comportamento.

Gestão de resistências internas – Líderes atuais podem enxergar o planejamento sucessório como ameaça. Conduzir o processo com respeito, diálogo e alinhamento é essencial para evitar sabotagens ou disputas internas.

Dados e processos estruturados – Sem avaliações consistentes, feedbacks regulares e acompanhamento contínuo, o plano de sucessão fica vulnerável a decisões subjetivas, baseadas em percepções isoladas ou preferências pessoais.

O papel do fortalecimento da imagem nesse processo

O plano de sucessão não se resume a escolher nomes. Ele envolve preparar pessoas para serem reconhecidas como sucessoras legítimas. E reconhecimento passa, inevitavelmente, pela percepção que essas pessoas despertam dentro e fora da organização.

A imagem profissional diz respeito à forma como comportamento, comunicação verbal e não verbal e postura são ativos na construção de credibilidade. Um colaborador pode ter competência técnica, mas se não transmite segurança, clareza ou coerência, encontrará resistência ao assumir posições de liderança.

Entre os processos que podem ser conduzidos nesse contexto, destacam-se:

- Mapeamento de imagem e comportamento dos colaboradores em potencial, considerando como são percebidos por pares, lideranças, equipes e interlocutores externos.
- Desenvolvimento de presença alinhada às novas responsabilidades, integrando postura, comunicação verbal e não verbal e aparência profissional.
- Mentoria individual, com foco em pontos sensíveis como autoconfiança, clareza de discurso, posicionamento em reuniões estratégicas e condução de conversas difíceis.
- Workshops internos, voltados ao fortalecimento de competências de influência, relacionamento, leitura de ambiente e construção de autoridade funcional.
- Gestão de percepção digital, garantindo que a presença online esteja coerente com o papel de liderança que se pretende ocupar e com os valores da organização.
- Integração com o RH, alinhando aspectos comportamentais aos instrumentos formais do plano de sucessão, como avaliações de desempenho e programas de desenvolvimento.

O futuro da empresa se constrói a partir das pessoas que terão preparo, maturidade e responsabilidade para conduzir nos próximos anos. Um processo sucessório bem planejado é um compromisso com a longevidade do negócio. E investir na preparação da imagem e da presença dos futuros líderes é assegurar que, quando a oportunidade chegar, eles não apenas estejam prontos, mas sejam reconhecidos como prontos.

Clara Laface escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às terças-feiras.

PENSAR EM SUCESSÃO É PENSAR CONTINUIDADE COM MATURIDADE. É SUBSTITUIR IMPROVISO POR MÉTODO. É RECONHECER QUE LIDERANÇA NÃO SE CONSTRÓI APENAS QUANDO A VAGA SURGE, MAS MUITO ANTES DISSO, POR MEIO DE PROCESSOS CONSISTENTES DE AVALIAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E ACOMPANHAMENTO

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

JUSTIÇA - “MOMENTOS DE ADVERSIDADE EXIGEM MAIS DO QUE DISCURSOS”, DIZ FACHIN

Em meio ao desgaste interno do STF, presidente da Corte agradece aos colegas pela disposição ao diálogo na abertura do ano judiciário

Do Estadão Conteúdo



Em sessão solene no STF, Fachin disse que o momento pede responsabilidade institucional, clareza de limites e fidelidade absoluta à Constituição

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, ressaltou, em seu discurso na cerimônia de abertura do ano judiciário, a “disposição ao diálogo e convivência fraterna” da Corte. O gesto acontece em um momento de desgaste da imagem do Supremo e

de cobranças internas e externas sobre os trabalhos de ministros.

“O protagonismo tem seus ônus e efeitos para legitimidade institucional. Os ministros respondem pelas escolhas que fazem, as decisões que nós todos tomamos, os casos que priorizamos, a forma como nos comunicamos. Tudo isso importa”, disse o presidente do Supremo.

Fachin destacou que 4.463 processos foram analisados durante o recesso do Judiciário. Agradeceu ao vice- -presidente do STF, Alexandre de Moraes, por ter dividido o plantão no Supremo com ele.

“O apoio, disposição ao diálogo e convivência fraterna que são a marca distintiva dos trabalhos deste colegiado (STF)”, disse Fachin. Segundo ele, as “instituições devem colher aprendizados para demonstrar que se cultivaram com sua própria história”.

“Momentos de adversidade exigem mais do que discursos, pedem responsabilidade institucional, clareza de limites e fidelidade absoluta à Constituição”, afirmou. “Liberdade de expressão e imprensa não são concessões, uma vez que estruturam o debate público e oxigenam a democracia. A crítica republicana não é mesmo ameaça à democracia”, completou.

O ministro disse que “ao tribunal a sociedade confiou a guarda da Constituição e a garantia do Estado de direito e da democracia” e que o “pacto constitucional elevou o Tribunal a um patamar exigente de atuação constitucional”.

O principal foco das críticas é o ministro Dias Toffoli, relator da investigação envolvendo o Banco Central e o Banco Master no STF. A relação de Toffoli com pessoas ligadas ao Master, sua viagem ao Peru no fim do ano passado junto do advogado de um dos envolvidos com o caso e a ligação de fundo ligado ao Master a um resort no Paraná que estava no nome de seus irmãos até o ano passado são alguns dos pontos que fizeram do ministro alvo pela sua atuação no caso.

Volta

Fachin chegou a antecipar sua volta a Brasília em janeiro para tentar conter o desgaste à imagem da Corte. Ele tem conversado com todos os ministros em uma tentativa de reduzir as resistências internas ao código de ética. O ministro afirmou em entrevista ao que, embora a Corte tenha uma maioria favorável ao código, há ressalvas em relação à aprovação das regras em ano eleitoral.

A pressão pela aprovação de um código de ética ganhou força nos últimos meses, após uma série de revelações que levantaram suspeitas sobre a atuação do ministro Dias Toffoli no caso Master. Ele é relator da investigação que apura irregularidades na tentativa de venda do banco de Daniel Vercaro para o Banco de Brasília (BRB). A divulgação de um contrato de R\$ 129 milhões firmado pela esposa do ministro Alexandre de Moraes, Viviane Barci de Moraes, para defender o Master também ampliou o desgaste.

As declarações foram feitas na cerimônia de abertura do ano judiciário nesta segunda-feira, 2. A solenidade reúnem os chefes dos Três Poderes em meio à crise de imagem envolvendo a atuação da Corte na investigação do Banco Master e às discussões sobre a criação de um código de conduta para os magistrados. Fachin tem atuado para convencer os colegas a aprovar o código, que enfrenta resistência interna.

Também compareceram na solenidade o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e os presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), e da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB). Todos os ministros do Supremo participaram, com exceção de Luiz Fux, que está com pneumonia causada por influenza, segundo a assessoria da Corte.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

JUSTIÇA - CONFIANÇA NO STF DEVERÁ SER RECOMPENSADA, AFIRMA GONET

Procurador-geral da República disse que o reconhecimento do mérito da Corte pode ser imediato, mas também pode vir com o tempo

Do Estadão Conteúdo

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, disse que a confiança no Supremo Tribunal Federal (STF) deve ser retomada apesar dos “inevitáveis percalços por mal-entendidos”. Ele discursou na cerimônia de abertura do ano judiciário nesta segunda-feira, 2.

“A História da Corte no Brasil democrático, a altivez e a dedicação deste Plenário asseguram que, malgrado os inevitáveis percalços por mal-entendidos, a confiança no Tribunal há de, mais uma vez, resultar recompensada”, disse o PGR.

A solenidade reuniu os chefes dos Três Poderes em meio à crise de imagem envolvendo a atuação da Corte na investigação do Banco Master e às discussões sobre a criação de um código de conduta para os magistrados. O presidente da Corte, Edson Fachin, tem atuado para convencer os colegas a aprovar o código, que enfrenta resistência interna.

Gonet disse ainda que o reconhecimento dos “méritos da atuação da Corte” às vezes é imediato e, em outras, “decorre de mais alongada depuração do tempo - do esvanecimento dos ressaibos gerados na política cotidiana”.

“Há momentos, então, de zanga impetuosa, de alarido acerbado, de indisposição difusa nas praças públicas, físicas e virtuais. Isso não surpreende, dado o essencial papel contramajoritário do Supremo Tribunal - bem assim da Procuradoria-Geral da República” destacou.

O PGR ressaltou que cabe aos órgãos compostos por técnicos não eleitos, como é o caso do Supremo e do Ministério Público, “se contrapor às vontades momentâneas que venham a exasperar os limites impostos pela Constituição”.

“À crítica, nesses casos, cabe se reconhecer circunstancial e provisória - e assim ser tomada pelo público comprometido com valores permanentes”, ponderou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

JUSTIÇA - CÁRMEN LÚCIA SERÁ RELATORA DA PROPOSTA DO CÓDIGO DE ÉTICA

A ministra foi nomeada nesta segunda-feira pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Edson Fachin

Do Estadão Conteúdo



A ministra Cármen Lúcia comandará a principal proposta da gestão de Edson Fachin, apesar de pressões externas e internas contra o código de ética

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, anunciou na primeira sessão do ano que Cármen Lúcia será a relatora da proposta de um código de ética para a Corte.

Ao anunciar que Cármen Lúcia comandará a principal proposta da gestão de Fachin, o presidente mostra que, apesar de pressões externas e internas, seguirá com a ideia. No STF, a maioria dos ministros é a favor do código, mas há resistências especialmente de Alexandre de Moraes, Dias Toffoli e Gilmar Mendes, ministros com grande interlocução com a política.

Em discurso em plenário, Fachin lembrou que, durante a ditadura militar, o tribunal foi atacado. A referência foi feita em meio a ataques externos ao STF a partir das investigações do caso Banco Master, que colocou na berlinda os ministros Dias Toffoli e Alexandre de Moraes.

“Em 1965, o regime militar impôs o aumento de 11 para 16 ministros como meio de interferir no Tribunal. As ruas sabiam ao silêncio tenso da censura, enquanto a aposentadoria compulsória de ministros deixava no ar o sabor amargo da submissão do direito à força do AI-5, de 1968. Ministros foram afastados por não transigirem com o autoritarismo”, afirmou.

O presidente do Supremo ressaltou que, na redemocratização do país, a Corte ganhou um “perfil constitucional” com a meta de “não errar por omissão e não ceder por conveniência, e com isso preservar a própria legitimidade”.



TSE

Presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a ministra Cármen Lúcia, afirmou nesta segunda-feira, 2, que irá enviar recomendações de conduta a magistrados dos tribunais regionais eleitorais (TREs) no dia 10 de fevereiro.

Em seu discurso na abertura do ano judiciário no TSE, Cármen disse que vai recomendar que os TREs passem a divulgar agendas e que os membros sejam comedidos em manifestações públicas.

“Somente com a publicidade ampla do que se passa no processo eleitoral, na atuação dos magistrados e das magistradas, das servidoras e servidores da Justiça Eleitoral, se tem assegurado o direito da eleitora e do eleitor à informação segura baseada em fatos e então, a escolha de cada eleitora e de cada eleitor no pleito eleitoral será livre e a democracia terá sido protegida”, disse Cármen.

Transparência

A ministra declarou ainda que espera que os partidos políticos também atuem com transparência no decorrer do ano eleitoral.

“Espera-se também que os partidos políticos, postos na Constituição do Brasil como instituições essenciais à prática democrática, igualmente atuem em um ambiente da legalidade, da moralidade e da clareza pública de seus comportamentos e na busca dos fins sociais para que se destinam”, disse a presidente do TSE.

Ao falar sobre o uso de inteligência artificial, Carmén disse que as novidades tecnológicas que forem usadas para infringir a lei eleitoral terão “resposta jurídica e repressiva”.

A declaração de Cármen é semelhante aos sinais dados pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, durante a abertura do ano judiciário na Corte. Fachin insistiu na edição de um código de ética para orientar a conduta dos ministros. Para ele, é uma das formas de garantir que o tribunal recupere sua credibilidade.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

JUSTIÇA - LULA ELOGIA ATUAÇÃO DO STF NA DEFESA DA DEMOCRACIA

Segundo o presidente, a Corte não buscou protagonismo, muito menos tomou para si atribuições de outros poderes

Do Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse nesta segunda-feira 2, que os avanços econômicos do governo foram possíveis porque o Executivo e o Judiciário se uniram para “derrotar” os envolvidos na tentativa de golpe após as eleições de 2022.

Durante a abertura do ano judiciário, no Supremo Tribunal Federal (STF), Lula afirmou que a condenação dos golpistas foi necessária e deixou uma mensagem clara de punição a tentativas de ruptura democrática.

“Todos esses avanços só foram possíveis porque nos unimos e derrotamos aqueles que tentaram destruir a democracia. Porque temos instituições fortes, independentes e comprometidas com a manutenção do Estado Democrático de Direito”, disse Lula.

Lula também lembrou que ministros do Supremo sofreram pressões e ameaças de morte, sem detalhar os casos. Durante a investigação da tentativa de golpe, foi descoberto um plano de sequestro e execução do ministro do STF Alexandre de Moraes, que foi o relator da investigação e julgamento da trama golpista.

Lula também afirmou que o STF não buscou protagonismo e invadiu as competências de outros Poderes. Segundo Lula, a população brasileira não deseja um conflito entre as instituições, e sim uma estabilidade política unida de justiça social e a distribuição de oportunidades.

“O Supremo Tribunal Federal não buscou protagonismo, muito menos tomou para si atribuições de outros Poderes. Agiu no estrito cumprimento de sua responsabilidade institucional. Defendeu a Constituição, garantiu a integridade do processo eleitoral e protegeu a liberdade do voto”, declarou o presidente.

Lula disse ainda que é preciso haver um diálogo permanente entre os Três Poderes, como é exigido na Constituição. O presidente também disse esperar que o Executivo, o Legislativo e o Judiciário estejam “à altura do povo brasileiro”.

O presidente também fez afagos à Corte, afirmando que ela exerce o papel constitucional com “serenidade, firmeza e compromisso democrático”. Lula elogiou ainda o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que, segundo ele, é um “ pilar fundamental da proteção à soberania do voto e do processo eleitoral”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

JUSTIÇA - MORAES NEGA TRABALHO A CORONEL CONDENADO NO 8/1

O Exército havia proposto que Marcelo Costa Câmara, preso por ter coordenado planos de execução de autoridades, realizasse trabalho de natureza intelectual

Do Estadão Conteúdo



Moraes considerou que as atividades sugeridas eram “juridicamente inadequadas” diante dos crimes pelos quais o coronel foi condenado

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes negou um modelo de trabalho proposto pela defesa do coronel da reserva Marcelo Costa Câmara, ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro.

O militar foi condenado a 21 anos de prisão pelos atos golpistas de 8 de janeiro e pela coordenação do Plano Punhal Verde e Amarelo. A decisão foi assinada pelo ministro na sexta-feira, 30, e publicada nesta segunda-feira, 2.

Em despachos no mesmo processo, que julga as denúncias contra integrantes do núcleo de gerência da trama golpista, Moraes encaminhou à Procuradoria-Geral da República (PGR) dois pedidos apresentados por outros réus: a continuidade de um doutorado pelo ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques e a autorização de visita íntima para o general da reserva Mário Fernandes.

Na decisão, Moraes rejeitou o modelo de trabalho interno sugerido pelo Batalhão de Polícia do Exército para Marcelo Costa Câmara. O Exército havia proposto que o réu realizasse trabalho de natureza intelectual, com análise de obras militares e produção de relatórios técnicos para o Comando Militar do Planalto.

Embora tenha reconhecido que o trabalho é um direito do preso e pode gerar remição de pena, Moraes considerou que as atividades sugeridas eram “juridicamente impossíveis, desarrazoadas e inadequadas” diante da natureza dos crimes pelos quais o coronel foi condenado. Para o ministro, permitir que Câmara desempenhasse tarefas diretamente ligadas ao aperfeiçoamento das Forças Armadas seria incompatível com sua condenação por tentativa de ruptura democrática, justamente contra valores que as Forças Armadas têm o dever constitucional de proteger.



O relator determinou que o Batalhão do Exército indique novas possibilidades de trabalho interno, principalmente administrativas.

No mesmo processo, Moraes pediu manifestação da PGR sobre o pedido de Silvinei Vasques para dar continuidade a um curso de doutorado na modalidade EAD enquanto permanece preso preventivamente na Papudinha. Após a defesa apresentar documentação complementar sobre o programa de pós-graduação, o ministro determinou o envio dos autos à PGR para parecer, no prazo de cinco dias, sobre a adequação e a viabilidade do pedido.

Enquanto aguarda o posicionamento da PGR, Moraes autorizou visitas a Silvinei, seguindo as regras do sistema prisional do Distrito Federal. Foram liberadas visitas de um irmão e de um amigo, em horários distintos.

Em outro despacho, Moraes também encaminhou à PGR o pedido de Mário Fernandes para realizar visita íntima com sua mulher, já cadastrada no sistema prisional, fixando igualmente prazo de cinco dias para manifestação.

Punhal Verde e Amarelo Marcelo Costa Câmara recebeu pena definitiva de 21 anos, em regime inicial fechado. Após o trânsito em julgado, o STF determinou que o Ministério Público Militar e o Superior Tribunal Militar analisem eventual perda de posto e patente por indignidade do oficialato. O coronel foi acusado de coordenar ações de monitoramento e planos de execução de autoridades, em conjunto com Mário Fernandes, no âmbito do Plano Punhal Verde e Amarelo, além de fazer interlocução com lideranças ligadas aos atos de 8 de janeiro de 2023.

Já Mário Fernandes foi condenado a 26 anos e seis meses de prisão pelos crimes de organização criminosa armada, tentativa de golpe de Estado e dano qualificado ao patrimônio da União. Segundo a denúncia, ele teria assumido a autoria do Plano Punhal Verde e Amarelo, que previa matar Alexandre de Moraes, o presidente Lula (PT) e o vice Geraldo Alckmin (PSB).

Silvinei Vasques foi condenado pela Primeira Turma do STF a 24 anos e 6 meses de prisão, além de multa e indenização mínima de R\$ 30 milhões por danos morais coletivos. O tribunal também decretou a perda de seu cargo público e comunicou o TSE para fins de inelegibilidade.

De acordo com a acusação, Silvinei teria usado a estrutura da PRF e do Ministério da Justiça para beneficiar Jair Bolsonaro nas eleições de 2022, requisitando relatórios de inteligência para montar operações que dificultassem o voto de eleitores do Nordeste, reduto de Lula.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

JUSTIÇA - MINISTRO AUTORIZA ROBERTO JEFFERSON A CUMPRIR PENA EM PRISÃO DOMICILIAR

O ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, não acolheu os recursos da defesa do ex-deputado Roberto Jefferson e determinou, nesta segunda-feira, 2, o início do cumprimento da pena definitiva imposta ao político. Apesar de a condenação prever regime fechado, Moraes autorizou que Jefferson cumpra a pena em prisão domiciliar, em razão de seu estado de saúde, mantendo as medidas cautelares já em vigor.

Jefferson foi denunciado pela Procuradoria-Geral da República por incentivar a população a invadir o Senado e a “praticar vias de fato” contra senadores, além de defender a explosão do prédio do Tribunal Superior Eleitoral.

Em dezembro de 2024, ele foi condenado a 9 anos, 1 mês e 5 dias de prisão pelos crimes de atentado ao exercício dos Poderes, calúnia, homofobia e incitação ao crime.

Ao longo das investigações, o ex-deputado chegou a ser preso preventivamente. Em uma ocasião em que foi determinada sua recondução à prisão, Jefferson resistiu à ordem do STF e atacou policiais federais com granadas e disparos de fuzil. Ele resistiu por mais de oito horas contra a corporação.

Na decisão desta segunda-feira, 2, Moraes autorizou a permanência do ex-parlamentar em prisão domiciliar e determinou o uso de tornozeleira eletrônica, a suspensão do passaporte, a proibição de deixar o País e a vedação ao uso de redes sociais, inclusive por meio de terceiros. Jefferson também está proibido de conceder entrevistas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

INTERNACIONAL - TRUMP NÃO DESISTIU DA GROENLÂNDIA, DIZ PRIMEIRO-MINISTRO

Segundo Jens-Frederik Nielsen, os EUA ainda buscam caminhos políticos e econômicos para exercer controle sobre o território

Do Estadão Conteúdo



O primeiro-ministro disse que o governo tem intensificado esforços diplomáticos para proteger a soberania da Groenlândia

O primeiro-ministro da Groenlândia, Jens-Frederik Nielsen, afirmou que os Estados Unidos continuam defendendo que o território seja ligado a Washington e governado a partir de lá, apesar de recuos recentes no discurso sobre o uso da força.

Em declaração oficial sobre a situação do país dada ao Parlamento, o chefe do governo groenlandês disse que a posição americana “permanece inalterada” e que o objetivo segue sendo o mesmo desde 2019. “De forma resumida, a mensagem e o objetivo são: a Groenlândia será possuída pelos Estados Unidos e passará a ser governada por eles”, afirmou.

Segundo o premiê, embora tenha havido um afastamento explícito da hipótese de uma tomada militar, “a visão sobre a Groenlândia e sobre seu povo não mudou”. Ele afirmou que Washington continua buscando caminhos políticos e econômicos para exercer controle sobre o território, tratado como ativo estratégico.

O primeiro-ministro classificou essa postura como “inaceitável” e disse que o governo tem intensificado esforços diplomáticos para proteger a soberania da Groenlândia. “A Groenlândia que conhecemos não pode ser comprada, vendida ou negociada”, afirmou, acrescentando que o futuro do território “só pode ser decidido por seu próprio povo”.

O líder groenlandês disse ainda que declarações reiteradas de autoridades e assessores próximos ao presidente dos EUA, Donald Trump, têm alimentado a insegurança na população. “Isso gerou grande preocupação entre crianças, adultos e idosos, que passaram a viver sem saber o que pode acontecer no dia seguinte”, afirmou.

Segundo ele, o governo seguirá atuando em coordenação com a Dinamarca, a União Europeia (UE) e aliados da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) para assegurar que “as fronteiras, a autodeterminação e o direito internacional sejam plenamente respeitados”.

Exército europeu

A despeito da preocupação da Groenlândia, a chefe de política externa da União Europeia (UE), Kaja Kallas, rejeitou os apelos por um exército europeu e alertou que isso pode ser “extremamente perigoso”, enquanto o bloco considera maneiras de garantir sua própria segurança após os EUA alertarem que suas prioridades estão em outro lugar, em comentários nesta segunda-feira.



A discussão sobre um exército europeu único ressurgiu em meio a tensões dentro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) devido às ameaças do presidente dos EUA, Donald Trump, de anexar a Groenlândia, o território semiautônomo da Dinamarca, aliada da Otan.

“Aqueles que dizem que precisamos de um exército europeu, talvez essas pessoas não tenham realmente pensado nisso de forma prática. Se você já faz parte da Otan, então não pode criar um exército separado”, defendeu. Na ocasião, ela mencionou que, se há um exército europeu e o da Otan, então, “a bola simplesmente cai entre as cadeiras”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026

INTERNACIONAL - AGENTES DO ICE SÃO IDENTIFICADOS COMO RESPONSÁVEIS PELA MORTE DE ALEX PRET

A morte do enfermeiro reforçou os pedidos por investigações sobre a atuação do ICE e fez o governo Trump diminuir o tom

Do Estadão Conteúdo

Dois agentes do Serviço de Imigração e Alfândega dos Estados Unidos (ICE, na sigla em inglês) foram identificados como os responsáveis pela morte do enfermeiro Alex Pretti em Minneapolis no dia 24 de janeiro, segundo informações da agência americana ProPublica.

De acordo com documentos governamentais, Jesus Ochoa, um agente da Patrulha de Fronteira, e Raymundo Gutierrez, agente do Serviço de Alfândega e Proteção de Fronteiras (CBP, na sigla em inglês) atiraram em Pretti durante uma operação na capital do Estado americano de Minnesota.

A morte de Pretti renovou os pedidos por investigações criminais sobre a atuação do ICE e fez o governo Trump diminuir o tom sobre as operações, apesar da divulgação de informações falsas sobre o incidente.

Além do enfermeiro, agentes do ICE também mataram Renee Good, uma mãe de 37 anos, em Minneapolis no dia 7 de janeiro.

A morte de Pretti e o segredo em torno das identidades dos agentes aumentaram a oposição dos americanos em relação às políticas de imigração do governo Trump e elevaram o número de protestos. Apesar do republicano ter sido eleito com uma plataforma de deportações e fechamento de fronteira para imigrantes ilegais, a maioria dos americanos não aprova a atuação do ICE, segundo pesquisas.

De acordo com um levantamento da Reuters/Ipsos de 26 de janeiro mostra que apenas 39% dos americanos aprovam o trabalho de Trump em relação à imigração, contra 50% há um ano.

O escrutínio aumentou depois que um memorando do ICE na semana passada apontou que os agentes poderiam prender pessoas sem mandado judicial.

A mudança amplia a capacidade de agentes de níveis mais baixos do ICE de realizarem operações de varredura, detendo pessoas que encontram e que suspeitam estar em situação migratória irregular em vez de ações direcionadas, nas quais os agentes saem com um mandado em mãos para prender um indivíduo específico.

As operações do ICE têm sido alvo de críticas de políticos democratas e também republicanos, que pedem uma investigação completa e transparente sobre o assassinato de Pretti, que tinha 37 anos e trabalhava como enfermeiro na unidade de terapia intensiva de um hospital.

O Departamento de Segurança Interna dos EUA apontou que os dois agentes que atiraram no enfermeiro foram colocados de licença.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/02/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

PAES SE REÚNE COM LULA E GOVERNO REVOGA DESPACHO QUE ABRIU ESPAÇO PARA EXPANSÃO DO SANTOS DUMONT

Prefeito começou mobilização no fim do ano passado para não prejudicar recuperação do Galeão

Por Sérgio Roxo — Brasília



O prefeito Eduardo Paes com o presidente Lula e o ministro Silvio Costa Filho no Palácio do Planalto — Foto: Reprodução

O prefeito do Rio, Eduardo Paes, se reuniu hoje com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva para tratar da limitação de voos do Aeroporto Santos Dumont, no Centro da cidade.

Ao deixar o encontro, Paes disse que ficou acertado que um despacho do Ministério de Portos e Aeroportos publicado no fim do ano passado será revogado para não prejudicar a recuperação do fluxo de passageiros do Aeroporto Internacional do Galeão, na Zona Norte da cidade.

— Ficou acertado que o despacho do fim do ano passado vai ser revogado — disse Paes ao GLOBO, na saída do Palácio do Planalto.

O despacho assinado em 16 de dezembro pelo ministro da pasta, Silvio Costa Filho, que também participou da reunião desta terça-feira, estabelecia que o limite de passageiros do Santos Dumont seria de 8 milhões de passageiros por ano em 2025, 9 milhões em 2026, 10 milhões em 2027 e deixaria de ter limite operacional em 2028. Hoje, o limite vigente é de 6,5 milhões por ano.

"O Ministério de Portos e Aeroportos informa que, após reunião do presidente Lula com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e com o ministro Silvio Costa Filho, o governo federal decidiu revogar a decisão que flexibilizava as restrições operacionais do Aeroporto Santos Dumont. A medida foi motivada pelo expressivo crescimento da aviação e do turismo no estado do Rio de Janeiro, que levou a uma discussão conjunta acerca da construção de uma agenda estratégica para o estado", afirma nota divulgada pela pasta.

Mais tarde, no X, Eduardo Paes disse que a decisão era uma "vitória para o Galeão". "Contra fatos não há argumentos e os números não mentem: as medidas tomadas pelo presidente Lula no início de seu mandato permitiram a recuperação do aeroporto do Galeão, aumentando o número de turistas e negócios para o Estado do Rio. Mais uma vez meu muito obrigado ao presidente Lula pela defesa permanente dos interesses do Rio de Janeiro", postou.

Paes vinha se mobilizando desde o fim do ano passado para impedir as mudanças nos limites operacionais do Santos Dumont. Em dezembro, o prefeito se manifestou nas redes sociais depois de a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) ter feito uma reunião com as três grandes empresas aéreas brasileiras — Azul, Gol e Latam — para discutir uma expansão de movimento no aeroporto. Na

sequência, a Prefeitura do Rio decidiu recorrer ao Tribunal de Contas da União (TCU) contra a agência.

Na virada do ano, Paes afirmou que ligou “imediatamente” para Lula ao saber da reunião realizada entre a Anac e as empresas aéreas às vésperas do Natal para aumentar a capacidade do Santos Dumont e que Lula garantiu que não haveria mudanças.

Desde o início de 2024, os dois aeroportos cariocas são operados de forma coordenada, o que segundo autoridades do Rio de Janeiro e especialistas, foi fundamental para permitir a retomada do Galeão. No Santos Dumont, o volume de passageiros ficou limitado a 6,5 milhões por ano.

Em comparação a 2023, o fluxo de viajantes no aeroporto internacional decolou. De janeiro a outubro de 2025, o Galeão somou 14,6 milhões de passageiros. No mesmo período de 2023, foram 6 milhões de passageiros, segundo dados da concessionária RIOgaleão.

O Galeão será relicitado em março em leilão na Bolsa de São Paulo, a B3, com lance mínimo de R\$ 932 milhões. “Nos termos do acórdão 1260/2025 do TCU, o procedimento de venda assistida do Aeroporto do Galeão segue seu rito normal com leilão agendado para o dia 30 de março. Conforme solução acordada com a concessionária e aprovada pelo TCU, eventuais restrições operacionais no Aeroporto Santos Dumont implicam em reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão do Aeroporto do Galeão. Com as medidas apresentadas, ficam garantidas a segurança jurídica e a previsibilidade regulatória para os investidores interessados em participar do procedimento de venda assistida do Galeão”, afirma a nota divulgada nesta terça-feira pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/02/2026

CASO MASTER: RENAN DIZ QUE COMISSÃO DO SENADO VAI PEDIR ACESSO A DOCUMENTOS SIGILOSOS

Colegiado vai requisitar dados para PF, BC, CVM e TCU e discutir mudanças na fiscalização dos bancos

Por Bruna Lessa — Brasília



Sessão plenária no Senado Federal - Reforma no Imposto de Renda. Senador Renan Calheiros — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal, Renan Calheiros (MDB-AL), afirmou nesta terça-feira que o Senado vai pedir acesso a documentos sigilosos sobre as fraudes ligadas ao Banco Master. A ideia é entender como o esquema funcionava e quem pode ter sido beneficiado.

Caso Master: Investigado, BRB diz que entregou à PF e ao BC auditoria com 'achados relevantes'
Fictor: Justiça aceita pedido de recuperação judicial, mas pede laudo sobre situação das empresas
A comissão vai solicitar informações que hoje estão nas mãos de órgãos como a Polícia Federal, o Banco Central, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Esses documentos incluem investigações, relatórios internos e processos administrativos que ainda não são públicos.

— Vamos requisitar todos os documentos sobre o escândalo, inclusive os sigilosos. Isso inclui inquéritos da Polícia Federal, processos de sindicância no Banco Central, CVM, Tribunal de Contas e todos os outros necessários. No que depender de mim eu vou a fundo no esclarecimento e na elucidação dessa trapaça bilionária — disse Calheiros.

O pedido faz parte do trabalho de uma subcomissão criada dentro do Senado para acompanhar o caso. Esse grupo deve começar a funcionar oficialmente nesta quarta-feira. Renan disse que o Senado não precisa esperar a criação de uma CPI para ter acesso aos dados e que a própria comissão tem poder para pedir essas informações.

— Temos um plano de trabalho detalhado que será apresentado amanhã. É evidente que esta comissão não depende do aval de ninguém para destrinchar a fraude, de ninguém — afirmou.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/02/2026

BRB DIZ QUE AUDITORIA INTERNA ENCONTROU 'ACHADOS RELEVANTES' ENCAMINHADOS À PF E AFIRMA QUE PERMANECE SÓLIDO

Por Míriam Leitão e Luciana Casemiro



Fachada do BRB, em Brasília — Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

O BRB que - como eu disse mais cedo, tem algumas operações investigadas pela Polícia Federal em que inquérito que acabou de ser aberto - soltou uma nota à imprensa na qual informa que de fato encontrou informações importantes através de uma auditoria interna.

Na nota - que foi dada primeiramente pelo blog de Camila Bonfim - o banco afirma que "prezando pela transparência e dever de colaboração com as autoridades competentes, a fim de confirmar eventuais atos ilícitos, o Banco BRB informa que entregou o relatório à Polícia Federal (PF), na última quinta-feira, 29/01/2026". A instituição informou ainda que o mesmo relatório foi entregue nesta segunda-feira ao Banco Central.

Como dissemos aqui, o banco reafirma a sua solidez: "o BRB ressalta que segue sólido e reafirma seu compromisso com a preservação de seu patrimônio, de seus clientes e do desenvolvimento econômico e social de Brasília e região."

O BRB destaca ainda em sua nota que a investigação independente tem o "intuito de resguardar seus interesses, recuperar seus créditos e ativos e ver ressarcidos os prejuízos causados pelos agentes relacionados à Operação Compliance Zero". No texto o banco reforça que vem adotando medidas institucionais, administrativas, extrajudiciais e judiciais, parte delas em sigilo, relacionadas a fundos de investimentos, garantias e carteiras de crédito que foram adquiridas. E acrescenta que tais medidas serão reforçadas por novas, "com a maior brevidade possível, para garantir a efetividade da preservação dos interesses do banco".

Em março do ano passado, o BRB fez uma proposta de compra do Banco Master, o negócio foi vetado pelo Banco Central. Foi justamente a análise dessa operação que levantou a venda de carteira fraudada do Master para o banco estatal, avaliada em R\$ 12 bilhões, que puxou o fio da meada das operações fraudulentas feitas pelo grupo de Daniel Vorcaro.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/02/2026

INDÚSTRIA PATINA E CRESCE 0,6% EM 2025, COM FÔLEGO DA EXTRAÇÃO DE PETRÓLEO

Segmento extrativo ajudou a segurar setor no campo positivo. Em dezembro, produção geral caiu 1,2%, a mais intensa para o mês desde 2019

Por Carolina Nalin — Rio de Janeiro



Navio-plataforma P-71 da Petrobras, instalado no campo de Itaipu, no pré-sal da Bacia de Santos, a 200 km da costa do Rio de Janeiro — Foto: Márcia Foletto

Depois de avançar 3,1% em 2024, a indústria voltou a andar de lado e fechou o ano passado com alta de 0,6%. O setor se manteve no campo positivo graças ao avanço da extrativa, dado o aumento da produção de petróleo, menos sensível ao ciclo econômico. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), divulgada nesta terça-feira pelo IBGE.

Em dezembro, a produção industrial caiu 1,2%, reforçando o comportamento já arrastado que o setor vinha desde setembro. Foi a queda mais intensa desde julho de 2024, quando recuou 1,5%, e a maior para meses de dezembro desde 2019 - quando retraiu 1,4%, segundo os números do instituto.

O que esperar da indústria em 2026?

Para analistas, o resultado de dezembro acende um sinal de alerta para o desempenho da indústria em 2026. A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) projeta que o setor repita o crescimento de 0,6% neste ano “em função da continuidade da política monetária restritiva sinalizada pelo BC, apesar da indicação de início do processo de flexibilização em março”, diz.

A entidade avalia que algumas medidas do governo podem reduzir o ritmo da desaceleração já observada até agora. Entre elas estão a isenção do imposto de renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a ampliação do Minha Casa Minha Vida, o programa Reforma Brasil, além das mudanças nas regras do crédito imobiliário e da aceleração das concessões de crédito consignado para trabalhadores do setor privado.

“Somadas, tais medidas devem movimentar cerca de R\$ 212 bilhões, o que pode aumentar a demanda por produtos industriais”, afirma a Fiesp.

A XP tem projeção ligeiramente superior, de 1% em 2026, mas com leitura parecida. A visão é de que os juros devem afetar o desempenho da indústria de transformação, enquanto o mercado de trabalho aquecido e as injeções fiscais feitas pelo governo devem impedir um ciclo de recessão no setor.

— A indústria brasileira deve continuar praticamente estável no curto prazo — disse Rodolfo Margato, economista da XP.

Juros altos e tarifaço seguram atividade

Para André Macedo, gerente da pesquisa do IBGE, os números anuais indicam uma clara perda de ritmo do setor industrial. Na primeira metade, chegou a expandir 1,2%. Já no segundo semestre, a atividade estagnou.

Macedo avalia que o resultado fraco é um efeito claro do custo elevado do crédito - a taxa básica de juros, Selic, está em 15% ao ano, maior patamar desde 2006 -, o que desestimula o consumo e faz as empresas segurarem a produção e os planos de expansão.

— Esse menor dinamismo guarda uma relação importante com a política monetária mais restritiva, especialmente marcada pelo aumento na taxa de juros, o que impacta diretamente das decisões de investimento por parte das empresas e de consumo por parte das famílias.

Além da política monetária contracionista, o tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, também afetou o desempenho da indústria, segundo a Fiesp.

A entidade aponta que as exportações da indústria de transformação brasileira para os EUA caíram 8,6% no segundo semestre do ano passado (período de maior impacto das medidas tarifárias) em relação ao mesmo período do ano anterior.

Petróleo cresce, mas indústria de transformação fica no vermelho

Dos quatro grandes grupos investigados pelo IBGE, dois tiveram resultado positivo no ano. Bens de consumo duráveis, como carros e eletrodomésticos, avançou 2,5%, enquanto bens intermediários, que reúne insumos usados pelo restante da indústria, como aço, papel e produtos químicos, fecharam com alta de 1,5%.

Já os segmentos ligados ao dia a dia das famílias e aos investimentos das empresas tiveram retração. A produção de bens de consumo semi e não duráveis - como alimentos, bebidas, roupas e produtos de higiene - caiu 1,7%, enquanto a de bens de capital, que inclui máquinas e equipamentos, recuou 1,5%.

Entre os 25 ramos acompanhados pelo IBGE, 15 cresceram no ano. As principais altas vieram da indústria extrativa, puxada pela maior produção de petróleo e minério, que subiu 4,9%, e do setor de alimentos, com avanço de 1,5%.

Na outra ponta, dez atividades caíram. O que mais puxou para baixo foi o segmento que refina o petróleo e produz combustíveis e biocombustíveis, cuja produção encolheu 5,3%. O resultado mostra certo descompasso da cadeia do petróleo. A extração cresceu, mas a atividade de refino e transformação em combustíveis perdeu força ao longo do ano passado.

— O setor extrativo, especialmente impulsionado pelo petróleo, é o principal destaque positivo. É o que garante o avanço do total do setor industrial, ao passo que a indústria de transformação teve uma perda de 0,2% no ano de 2025 — avalia Macedo.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/02/2026

GOVERNO ENVIARÁ NOVO PROJETO SOBRE FIM DA ESCALA 6X1 APÓS O CARNAVAL, DIZ LÍDER DO PT NA CÂMARA

Presidente da Casa sinalizou ao Planalto que levará tema à votação

Por Luísa Marzullo — Brasília



O líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

O líder do PT na Câmara dos Deputados, Lindbergh Farias, afirmou nesta terça-feira que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enviará ao Congresso, logo após o carnaval, um novo projeto de lei para tratar do fim da escala de trabalho 6x1. Segundo ele, a proposta será uma das prioridades do Planalto na agenda legislativa do início do ano.

De acordo com o deputado que deixará a liderança nesta terça-feira, o texto será “completamente novo” e não será apensado a iniciativas já em tramitação sobre o tema, como projetos apresentados por parlamentares. A estratégia, disse, é inaugurar formalmente o debate a partir de uma proposta do próprio Executivo.

— O governo deve enviar um projeto de lei depois do carnaval. Esse é um debate central e uma prioridade do presidente Lula — declarou.

Lindbergh ressaltou ainda que, ao chegar ao Congresso, a matéria deverá tramitar sob regime que impõe prazo para deliberação, o que, na avaliação dele, ajuda a organizar o calendário da discussão. A expectativa no entorno do governo é que o tema ganhe tração já no primeiro semestre, em meio às pautas de impacto direto sobre o mercado de trabalho.

Sinalizações da Câmara

O deputado também fez um aceno ao presidente da Câmara, Hugo Motta, ao avaliar que o ano legislativo começa em um ambiente mais favorável ao diálogo entre a Casa e o Planalto.

— Estamos começando o ano com a pauta tranquila. Ontem, Motta colocou para votar o gás do povo e agora sinalizou que quer votar a 6x1. Também conversou com o (ministro) Guilherme Boulos sobre a regulamentação do trabalho por aplicativo. Estamos confiantes de que estaremos mais afinados — disse.

Apesar do otimismo, o avanço dessas matérias pode esbarrar na pauta travada por outras propostas. A partir do dia 9, a Câmara corre o risco de ter a agenda sobrestada pelo projeto PL antifacção, que tramita com urgência constitucional.

Está prevista uma reunião entre o ministro da Justiça e a Secretaria de Relações Institucionais para discutir se a urgência será mantida ou retirada. A decisão é vista como decisiva para liberar espaço no plenário e permitir que temas como a 6x1 e a agenda trabalhista avancem no ritmo desejado pelo Planalto.

Nos bastidores, líderes lembram que a ideia inicial era deixar essa votação depois do carnaval, em sequência à discussão da PEC da Segurança. A eventual manutenção da urgência do projeto da área de segurança pública, porém, pode alterar essa programação e reordenar as prioridades do início do ano legislativo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/02/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

LATAM PLANEJA RECEBER 41 AVIÕES EM 2026, PREPARA ESTREIA DE JATOS EMBRAER E NOVAS ROTAS NO BRASIL

Com a chegada das novas aeronaves, a empresa está em negociação com aeroportos e Estados para definir a viabilidade de novas rotas

Por Elisa Calmon (Broadcast)

O Grupo Latam projeta receber 41 aeronaves em 2026, acima das 26 do ano passado, segundo o CFO do grupo, Roberto Bottas. “É um plano bastante robusto”, avaliou o executivo durante coletiva sobre os resultados do quarto trimestre de 2025.

Dos 41 aviões previstos para este ano, 12 devem ser do modelo E195-E2 da Embraer. A expectativa é que as aeronaves, as primeiras da fabricante brasileira a serem operadas pela Latam, sejam entregues no quarto trimestre de 2026 e entrem em operação logo na sequência.



CEO da Latam, Jerome Cadier, diz que novas rotas ainda estão sendo negociadas Foto: Felipe Rau/Estadão

Em setembro, a Latam assinou um acordo para aquisição de até 74 aeronaves E195-E2. O pedido inclui 24 entregas firmes, avaliadas em US\$ 2,1 bilhões, e 50 opções de compra.

“Continuamos a trabalhar com este prazo de entrega para as primeiras aeronaves”, reforçou o CEO da Latam Brasil, Jerome Cadier. Apesar de prever a adição de novos destinos domésticos com a chegada dessas aeronaves, o executivo informou que as rotas ainda não estão definidas.

“Estamos em processo de conversa com os aeroportos e Estados para entender a viabilidade para as novas rotas domésticas”, afirmou.

No mercado internacional, Cadier disse que, por enquanto, não há previsão para novas rotas, após as estreias recentes. Mas informou que os destinos inaugurados recentemente, como Bruxelas e Amsterdã, têm mostrado uma curva de demanda positiva. Para o meio do ano, está prevista ainda o início da operação para a Cidade do Cabo.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/02/2026

PREVISÃO É VOTAR ACORDO MERCOSUL-UE NO PLENÁRIO DA CÂMARA NA ÚLTIMA SEMANA DO MÊS, DIZ ALCKMIN

Vice-presidente se reuniu com deputados nesta terça-feira para tratar da tramitação do acordo; comissão deve se reunir daqui uma semana

Por Flávia Said (Broadcast)

BRASÍLIA - O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, disse que a previsão é que a votação da proposta de acordo entre o Mercosul e a União Europeia (UE) ocorra na última semana de fevereiro no plenário da Câmara dos Deputados, logo após o carnaval.

Alckmin se reuniu nesta terça-feira, 3, com o deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP), presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul), e deputados de diversos partidos (veja a lista abaixo) para tratar da tramitação do acordo.

Também estava presente o senador Nelsinho Trad (PSD-MS), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado. Alckmin definiu a reunião como “muito proveitosa” e disse que os presentes saíram “muito animados”.



Alckmin se reúne com deputados para tratar do acordo Mercosul-União Europeia Foto: Júlio César Silva/MDIC

“Foi muito positiva a reunião, fizemos uma explanação para eles, mostrando a importância do acordo com a União Europeia, o maior acordo entre blocos do mundo. Colocamos as oportunidades para o Brasil em termos de comércio, de investimentos”, afirmou Alckmin ao Estadão/Broadcast. “Nós estamos muito otimistas com uma solução rápida”, completou.

O vice-presidente lembrou que, recentemente, o Parlamento Europeu fez uma consulta ao Tribunal Superior da Europa para decidir se ele está em conformidade com os tratados do bloco, o que freou a implementação do acordo.

Mas Alckmin ponderou que, se os países do Mercosul fizerem a internalização, será reforçada a tese defendida pela presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, pelo chanceler alemão, Friedrich Merz, e por outras autoridades, de uma vigência provisória.

“Quer dizer, enquanto vocês (europeus) estiverem discutindo a questão jurídica, que pode levar 10 meses, 12 meses, pode-se fazer uma vigência provisória, reforça essa tese. Por isso que os países do Mercosul estão encaminhando para os seus parlamentos o pedido de internalização”, argumentou Alckmin.

A vigência provisória depende da Corte europeia, mas o fato de os países do Mercosul já promoverem a internalização ajuda na tese da possibilidade de ter uma vigência provisória. “Não é nada



automático”, explicou. O vice-presidente disse não ter informação ainda a sobre uma resposta a respeito da consulta feita pelo Parlamento Europeu.

Segundo Alckmin, o senador Nelson Trad igualmente assegurou que o Senado dará “total prioridade e total urgência” para a tramitação. “Então, nós estamos otimistas.” Na visão do vice-presidente, o acordo entre os blocos é um tema é apartidário e não será contaminado por conflitos políticos. “Não é de disputa partidária. É um tema de interesse coletivo. Faz 25 anos que há essa expectativa e finalmente o acordo foi assinado.”

A respeito das resistências externalizadas pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), Alckmin defendeu que o agro é um dos setores mais importantes e mais beneficiados pelo acordo.

“Tanto é que a resistência é muito europeia. É uma resistência especialmente dos agricultores da França. Mas o acordo é muito equilibrado. Porque você tem vigência imediata e você tem setores que haverá uma desgravação que vai desonerar em 15 anos, 18 anos. Tem salvaguardas. Ele está bem equilibrado”, considerou.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou ao Congresso Nacional o texto do Acordo Provisório de Comércio entre o Mercosul e a União Europeia nesta terça-feira, 3. O acordo, assinado em 17 de janeiro, no Paraguai, precisa ser aprovado pelos parlamentos de cada país do Mercosul e pelo Parlamento Europeu para entrar em vigor.

Tramitação

A mensagem começa a tramitar na Representação Brasileira no Parlasul em regime de prioridade. A comissão é presidida pelo deputado Chinaglia e tem a participação de 37 parlamentares. A Representação deve produzir um parecer sobre a mensagem presidencial, aprová-lo por maioria simples e apresentar o correspondente Projeto de Decreto Legislativo (PDL) à Mesa Diretora.

Depois, a proposta poderia ser submetida pela Mesa Diretora a comissões temáticas, mas há expectativas na Câmara de que esse caminho seja encurtado para ir direto ao plenário por meio de consenso entre os líderes partidários.

Ao Estadão/Broadcast, o deputado Arlindo Chinaglia informou que o texto deverá ir direto para o plenário da Câmara dos Deputados após passar pela análise da Representação Brasileira no Parlasul, sem ser distribuído às comissões - que ainda não foram instaladas.

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), elencou o acordo como uma das prioridades da Casa, mas ainda não divulgou oficialmente como será a tramitação do texto.

Estavam presentes na reunião desta terça na sede do MDIC o chefe da Assessoria Diplomática da Vice-Presidência, embaixador Celso de Tarso; a secretária de Comércio Exterior, Tatiana Prazeres; e o chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos da VPR/MDIC, Luís Gustavo Guimarães, além dos seguintes parlamentares:

- Deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP)
- Deputado Áureo Ribeiro (SD-RJ)
- Deputado Bohn Gass (PT-RS)
- Deputado Beto Richa (PSDB-PR)
- Deputado Dilceu Sperafico (PP-PR)
- Deputado Giovani Cherini (PL-RS)
- Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
- Deputado Afonso Motta (PDT-RS)
- Deputado Rodrigo Gambale (Podemos-SP)
- Deputado Bebeto (PP-RJ)
- Deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ)
- Deputada Renata Abreu (Podemos-SP)



- Deputado Danrlei de Deus Hinterholz (PSD-RS)
- Deputado Odair Cunha (PT-MG)
- Deputada Ana Paula Leão (PP-MG)
- Deputado Zeca Dirceu (PT-PR)

Comissão terá reunião na próxima terça-feira

Chinaglia quer convocar para a próxima terça-feira, 10, às 11h, uma reunião da comissão para analisar o relatório à proposta de acordo entre o Mercosul e a União Europeia. Chinaglia vai relatar o texto e disse ao Estadão/Broadcast já estar trabalhando no parecer.

Uma vez aprovado o relatório na comissão, ele vira um Projeto de Decreto Legislativo (PDL). Segundo Chinaglia, o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), deverá declarar a urgência para levar o texto a votação em plenário, dispensando a análise pelas comissões temáticas.

Isso porque a distribuição às comissões atrasaria a tramitação, até porque os colegiados serão instalados a partir da semana que vem, quando haverá eleição para suas presidências, que são eleitas a cada ano. Já o mandato dos representantes brasileiros no Parlasul é de quatro anos, sendo 37 parlamentares titulares - 10 senadores e 27 deputados federais - e igual número de suplentes.

“Eu e o Hugo [Motta] conversamos ontem [segunda], porque a questão é, há uma avaliação política que quanto mais rápido a gente aprovar nos parlamentos nacionais, isso influencia desde, eu diria, o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia, o Conselho Europeu e também o Tribunal de Justiça, para o qual foi enviado uma consulta que pode demorar para ser respondida até dois anos”, explicou o deputado à reportagem.

Chinaglia afirmou que o senador Nelsinho Trad está trabalhando na mesma determinação. A ideia é agilizar a votação no Congresso, mas a implementação, de fato, do acordo vai depender dos europeus. “Caso a resposta venha nesse primeiro semestre do Tribunal de Justiça da União Europeia, aí com certeza daria para colocar sim [em vigência] no segundo semestre.”

De acordo com o deputado, não há hipótese nessa altura de alterar os termos do acordo. “Para acordo internacional, você só tem duas alternativas, ou você aprova ou você não aprova. Às vezes, você coloca ali uma cláusula de interpretação, isso não vai acontecer aqui de jeito nenhum”, adiantou. A respeito de ponderações de deputados do agronegócio brasileiro, Chinaglia pontuou: “Há um capítulo de salvaguardas, e depois, ainda na vigência do acordo, vai ter uma câmara de negociação, que é uma câmara permanente”.

Hoje mais cedo, o presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), deputado federal Pedro Lupion (Republicanos-PR), avaliou que o Congresso não está maduro para votar o acordo Mercosul-UE após o feriado de Carnaval.

“Ainda tem uma discussão que precisamos fazer. Não acho que estamos maduros para votar isso agora, logo após o carnaval, como estão falando. A mensagem foi enviada ontem à noite para a Câmara dos Deputados, portanto, precisa ter uma discussão mais contundente em relação a isso e é isso que vamos fazer”, afirmou Lupion em coletiva de imprensa, após a reunião semanal da bancada.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

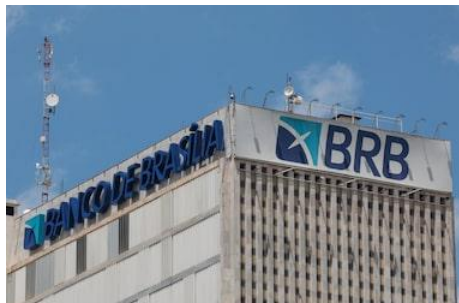
Data: 03/02/2026

BRB APONTA ‘ACHADOS RELEVANTES’ E PF ABRE INQUÉRITO PARA INVESTIGAR GESTÃO FRAUDULENTA

Auditoria contratada pelo banco encontrou indícios de irregularidades; investigadores miram o descumprimento de normas de transparência e titularidade das ações

Por Gustavo Côrtes

BRASÍLIA — A Polícia Federal abriu na última sexta-feira, 30, inquérito para apurar se houve gestão temerária no Banco de Brasília (BRB), autor de proposta de compra do Banco Master. Uma auditoria da própria instituição encontrou indícios de irregularidades da gestão anterior e as informou às autoridades.



Auditoria do BRB encontrou indícios de irregularidades da gestão anterior e as informou às autoridades Foto: Joédson Alves/Agência Brasil

Investigadores miram o descumprimento de normas de transparência e titularidade das ações. Também suspeitam que o dono do Master, Daniel Vorcaro, esteja envolvido. A abertura do inquérito, que tramita em sigilo, já foi comunicada ao ministro Dias Toffoli, relator da Operação Compliance Zero no Supremo Tribunal Federal (STF). A informação foi publicada pelo jornal O Globo e confirmada pelo Estadão.

A investigação não deve analisar o nível de solidez do BRB, que é estável. Ao contrário do Master, o banco público não apresenta sinais de falta de liquidez para honrar compromissos com credores.

Neste inquérito, a PF vai se debruçar sobre o possível descumprimento de normas de governança. O BRB publicou nota nesta terça-feira, 3, em que afirma ter encontrado “achados relevantes que constam da primeira etapa do relatório preliminar entregue pela auditoria forense contratada pelo banco”.

Também confirma que entregou um relatório à PF na última quinta-feira, 29, e ao Banco Central, nesta segunda-feira, 2.

“Dando resposta ao quanto constatado na investigação independente, e com o intuito de resguardar seus interesses, recuperar seus créditos e ativos e ver ressarcidos os prejuízos causados pelos agentes relacionados à Operação Compliance Zero, o BRB informa que vem adotando inúmeras medidas institucionais, administrativas, extrajudiciais e judiciais relacionadas a fundos de investimentos, garantias e carteiras de crédito, adquiridas pelo BRB, medidas estas que correm, parte em sigilo, e que serão reforçadas por novas medidas, com a maior brevidade possível, para garantir a efetividade da preservação dos interesses do Banco”, diz o Banco em nota.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/02/2026

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI 1,2% EM DEZEMBRO E REGISTRA 2º TRIMESTRE SEGUIDO DE QUEDA

No acumulado em 12 meses, houve alta de 0,6%, ante aumento de 0,7% até novembro, segundo o IBGE

Por Daniela Amorim (Broadcast)

RIO - Em meio ao cenário de política monetária restritiva, a indústria brasileira voltou a reduzir o ritmo em dezembro. A produção encolheu 1,2% em relação a novembro, na série com ajuste sazonal, informou nesta terça-feira, 3, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No ano de 2025, a indústria cresceu apenas 0,6%, ante uma expansão de 3,1% em 2024.

“Desde setembro, há comportamento predominantemente negativo”, afirmou André Macedo, gerente da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. “Isso tem como pano de fundo a política monetária de caráter mais restritivo, com taxa de juros em patamar mais elevado, que explica muito desse movimento de menor intensidade na produção industrial”, completou.

A indústria já vinha de uma redução de 0,2% em novembro. No período de setembro a dezembro de 2025, a produção acumulou queda de 1,9%. O setor deve permanecer praticamente estável no curto prazo, previu o economista Rodolfo Margato, da XP.



Pesquisa registrou queda em 17 dos 25 ramos industriais analisados em dezembro ante novembro, segundo IBGE
Foto: Daniel Teixeira/Estadão

“Condições monetárias contracionistas e restrições de oferta continuarão limitando o desempenho da indústria de transformação. Por outro lado, o mercado de trabalho apertado e impulsos fiscais/parafiscais devem impedir um ciclo recessivo na indústria. Projetamos que a indústria total crescerá cerca de 1,0% em 2026, após o ganho de 0,6% registrado em 2025”, estimou Margato, em nota.

No quarto trimestre de 2025, a produção industrial caiu 0,7% ante o terceiro trimestre de 2025.

“É o segundo trimestre seguido no campo negativo”, lembrou André Macedo, do IBGE.

Na comparação com o trimestre imediatamente anterior, na série com ajuste sazonal, a produção industrial tinha recuado 0,1% no terceiro trimestre, após uma estabilidade (0,0%) no segundo trimestre e alta de 0,4% no primeiro trimestre.

“A perda de força da indústria é mais um sinal de que a atividade econômica desacelerou ao longo de 2025, ano em que o PIB (Produto Interno Bruto) deve ter crescido 2,2%. Já para 2026 e 2027, nossa expectativa é de um avanço mais moderado, de 1,7% e 1,5%, com as medidas de estímulo adotadas pelo governo — como o aumento da faixa de isenção do Imposto de Renda — ajudando a evitar um esfriamento mais intenso da economia”, apontou Claudia Moreno, economista do C6 Bank, em comentário.

Em dezembro ante novembro, 17 dos 25 ramos industriais pesquisados mostraram recuo na produção, com destaque para as perdas de veículos automotores (-8,7%), produtos químicos (-6,2%) e metalurgia (-5,4%). Essa disseminação de resultados negativos por atividades foi a mais acentuada desde setembro de 2022.

“Claro que há sinal de alerta importante para o setor industrial”, lembrou Macedo, do IBGE.

No ano, a alta de 4,9% nas indústrias extrativas, puxada pelos óleos brutos de petróleo e gás natural, sustentou a média global da indústria no positivo, uma vez que a indústria de transformação encolheu 0,2%. Embora a alta de 0,6% na produção industrial nacional em 2025 tenha representado o terceiro ano positivo seguido, houve notável perda de fôlego.

“Desde maio, esse indicador da taxa acumulada em 12 meses vem se tornando menos intenso mês a mês. Embora permaneça em campo positivo, tem essa leitura de perda de intensidade na magnitude de crescimento”, frisou André Macedo.

O principal motivo para a perda de dinamismo é a taxa básica de juros, a Selic, em patamar elevado, atualmente em 15% ao ano, reforçou.

“A gente coloca já há algum tempo esse caráter da política monetária como fato importante a ser considerado quando a gente entende essa produção industrial”, disse Macedo.

O pesquisador explica que o juro elevado provoca tanto o adiamento em decisões de investimentos de empresas, quanto postergação de decisões de consumo das famílias.

“Há adiamento nas decisões das empresas de fazer investimentos. Isso fica muito claro na categoria de bens de capital em campo negativo”, disse ele.

Num cenário de crédito caro, endividamento significativo e inadimplência em patamar alto, a produção de bens de consumo duráveis teve “desaceleração importante” nos últimos meses de 2025, notou.

A produção da indústria de bens de capital recuou 1,5% em 2025, e a dos bens intermediários cresceu 1,5%. Na categoria de bens de consumo duráveis, a produção aumentou 2,5% no ano, enquanto os semiduráveis e os não duráveis tiveram queda de 1,7%. Colaborou Gustavo Nicoletta

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/02/2026



VALOR ECONÔMICO (SP)

FITCH CORTA NOTAS DE CRÉDITO DA CSN DE ‘BB’ PARA ‘BB-’ E COLOCA EMPRESA EM OBSERVAÇÃO NEGATIVA

Segundo a agência de riscos, revisão reflete a persistência de índices de alavancagem elevados da CSN somada à dificuldade da empresa em reverter o cenário de queima de caixa

Por Felipe Laurence, Valor — São Paulo

A Fitch Ratings cortou as notas de crédito da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em moedas estrangeira e local de “BB” para “BB-” e a nota nacional de “AAA(bra)” para “AA-(bra)”, as colocando em observação negativa. Os analistas Hector Collantes, Debora Jalles e Saverio Minervini apontam que a revisão reflete a persistência de índices de alavancagem elevados da CSN somada à dificuldade da empresa em reverter o cenário de queima de caixa.



Mina de Casa de Pedra, da CSN Mineração, em Congonhas (MG) — Foto: Divulgação

A projeção é que o fluxo de caixa livre permaneça negativo nos próximos três anos, uma vez que a redução de investimentos e dividendos não será suficiente para compensar o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) mais fraco e o pagamento de juros.

A observação negativa reflete o risco de execução e o ceticismo com relação ao plano de desalavancagem anunciado em janeiro, que pretende arrecadar entre R\$ 15 bilhões e R\$ 18 bilhões com a venda de ativos considerados não essenciais.

A agência alerta que, sem essas vendas, a estrutura de capital da empresa continuará pressionada. Em um cenário hipotético, a venda de 60% do negócio de cimento e 49% de infraestrutura poderia reduzir a dívida bruta para cerca de R\$ 40 bilhões.

Caso os desinvestimentos se concretizem, a CSN perderá diversificação, alertam os analistas, tornando-se ainda mais dependente da mineração, que atualmente responde por 53% do Ebitda da companhia.

Na comparação com os pares, a Fitch avalia que a CSN possui uma posição financeira mais frágil que a Gerdau – que detém um balanço mais robusto e diversificação internacional – e apresenta riscos semelhantes aos da Usiminas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/02/2026

O CUSTO AMBIENTAL DAS RODOVIAS NO BRASIL

Quando se descontam os custos sociais do carbono, os ganhos econômicos dos investimentos em rodovias caem, em média, para 17%

Por Victor Medeiros, Rafael Ribeiro e Pedro Amaral



Foto: Eduardo Saraiva/A2IMG

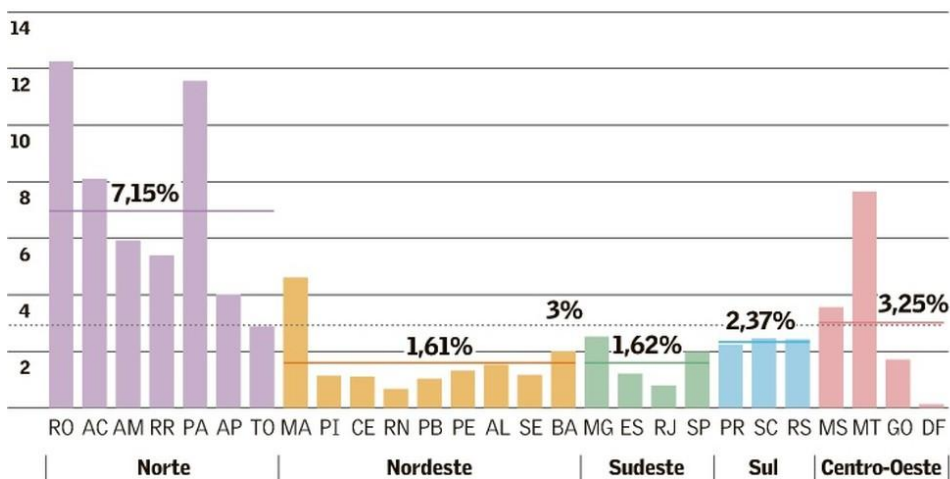
Rodovias continuam sendo um dos pilares da política de infraestrutura no Brasil. Em um país marcado por grandes distâncias, gargalos logísticos e profundas desigualdades regionais, investir em estradas costuma ser visto como sinônimo de crescimento econômico e de integração territorial. Mas qual é o impacto ambiental dos investimentos em rodovias? Além disso, é possível mensurar o custo econômico da deterioração ambiental decorrente desses investimentos? Em um estudo recente, “Highways and greenhouse gas emissions” (Rodovias e emissões de gases de efeito estufa), publicado na revista *Transportation Research Part D*, avaliamos os custos ambientais associados à expansão rodoviária no Brasil.

O estudo estima o impacto dos investimentos rodoviários nas emissões de gases de efeito estufa nos municípios brasileiros. Os resultados sugerem que um aumento de 10% nos investimentos em rodovias eleva as emissões de CO₂, em média, em 0,25%. Esse efeito não se restringe ao setor de transportes. As estimativas indicam impactos relevantes também dos investimentos em rodovias nas emissões de CO₂ provenientes especificamente dos setores de energia e, sobretudo, de mudança do uso da terra; um resultado particularmente relevante em um país onde o desmatamento segue como um dos principais vetores das emissões.

O estudo também busca traduzir esse impacto ambiental em uma métrica comparável às taxas de retorno tradicionalmente utilizadas no planejamento de infraestrutura. Ao calcular uma Taxa de Desconto das Emissões (TDE), mostramos que as emissões induzidas pelas rodovias funcionam como um desconto ambiental sobre a taxa de retorno econômica. Em média, esse desconto é da ordem de 3%. A distribuição regional da TDE pode ser vista no gráfico abaixo.

Taxa de desconto das emissões (TDE)

Média Brasil: 3%



Fonte: elaboração dos autores

Em termos simples, parte do ganho econômico gerado pelos investimentos rodoviários é neutralizada pelo custo social das emissões de carbono que esses investimentos provocam. Os ganhos

econômicos puros para o Brasil, sem considerar os custos ambientais, são estimados em torno de 21%, em média. Grosso modo, os benefícios econômicos descritos aqui podem ser entendidos como o aumento da renda local causado por investimentos em infraestrutura rodoviária. Logo, quando se descontam os custos sociais do carbono, os ganhos econômicos dos investimentos em rodovias caem, em média, para 17%.

Essa forma de mensurar os custos ambientais altera o enquadramento do debate. O estudo não sugere que rodovias sejam, em geral, investimentos indesejáveis. Mesmo após incorporar o desconto ambiental, a “Taxa de Retorno Econômico Líquido” (TREL), ou seja, a taxa que desconta os custos ambientais dos investimentos rodoviários, permanece positiva e elevada em grande parte do território brasileiro, refletindo décadas de subinvestimento em infraestrutura. O ponto central é que quanto maior o desconto ambiental, isto é, quanto maiores os custos das emissões internalizados na análise, menor é o retorno econômico líquido do investimento. Ignorar esse desconto leva à superestimação dos benefícios e a decisões potencialmente ineficientes do ponto de vista social.

A distribuição espacial da TDE revela que os custos ambientais não são homogêneos no espaço: eles se concentram justamente em regiões menos populosas, mais pobres e ambientalmente sensíveis. Nos casos mais extremos, o elevado desconto ambiental pode levar o retorno econômico líquido a valores próximos de zero ou até negativos, especialmente em localidades com alta poluição e forte propensão ao desmatamento. Esse resultado sugere que avaliações baseadas exclusivamente em retornos econômicos médios podem mascarar perdas socioambientais relevantes em determinadas áreas do país.

Os resultados também reforçam a necessidade de uma abordagem mais integrada do planejamento de transportes, que vá além da avaliação isolada de projetos rodoviários. Em determinadas regiões do país, especialmente aquelas com elevada sensibilidade ambiental ou vocação logística específica, a priorização de modos alternativos, como o transporte ferroviário e aquaviário, pode reduzir significativamente os custos ambientais associados à expansão da infraestrutura, ao mesmo tempo em que preserva, ou até amplia, os ganhos econômicos. A comparação entre projetos e modos, à luz de métricas que internalizam os custos das emissões, permite uma alocação mais eficiente dos recursos públicos, evitando investimentos rodoviários com baixo retorno socioambiental líquido e favorecendo soluções de transporte mais compatíveis com as características territoriais e produtivas de cada região.

Além disso, quando os investimentos rodoviários se mostram economicamente justificáveis, os resultados reforçam a importância de incorporar boas práticas ambientais ao longo de todo o ciclo de vida dos projetos, do planejamento à operação. Isso envolve o uso de materiais de baixo carbono e maior incorporação de insumos reciclados, reduzindo as emissões associadas à construção e à manutenção. Soma-se a isso a necessidade de fortalecer a resiliência climática e a adaptação da infraestrutura, com soluções de engenharia capazes de responder ao aumento da frequência e da intensidade de eventos climáticos extremos, como chuvas intensas e ondas de calor, por meio de materiais mais duráveis, sistemas adequados de drenagem e estratégias de manutenção preventiva. Em conjunto, essas práticas podem contribuir para reduzir o desconto ambiental associado às rodovias, elevar o retorno econômico líquido dos investimentos e alinhar a política de infraestrutura a uma estratégia de desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Fonte: *Valor Econômico* - SP

Data: 03/02/2026

MINAS AJUSTA MODELO DE PRIVATIZAÇÃO DA COPASA

Oferta poderá destinar 30% a sócio estratégico, mas com preço descolado dos demais 15%

Por Fernanda Guimarães e Taís Hirata — De São Paulo

A Copasa (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) começou a fechar o desenho da oferta de ações que vai culminar em sua privatização, processo esperado para ocorrer já em março. No modelo que está na mesa, o governo de Minas Gerais deve vender 30% de sua participação na empresa de

saneamento para um investidor de referência e outros 15% em operação que irá a mercado, com as ações, assim, podendo ser adquiridas por outros investidores.



Governo de MG, hoje com 50,03% das ações, planeja permanecer com 5% se houver sócio de referência ou vender todos os papéis em caso de 'corporation' — Foto: Alex de Jesus/O Tempo/Folhapress

A depender do preço, no entanto, não está descartada a possibilidade de a companhia de saneamento se tornar uma "corporation" (sem controle definido).

Na segunda-feira (2), as ações da Copasa fecharam a R\$ 52,38 o pregão, com valor de mercado total da companhia em torno de R\$ 20 bilhões. A esse preço, a oferta ficaria entre R\$ 9 bilhões e R\$ 10 bilhões, a depender do formato final.

Para se desviar de eventuais críticas que foram feitas na transação de venda da Sabesp, a operação da Copasa está sendo definida de forma que o governo "não deixe dinheiro na mesa", segundo fontes.

Assim, pelo que está sendo discutido, a partir dos interessados em se tornar o investidor de referência da Copasa, será definido um valor pelas ações, após a coleta das intenções de compra. No entanto, se na venda dos 15% ao mercado o preço ficar abaixo do valor fechado junto aos sócios estratégicos, este investidor de referência terá que pagar ao Estado o restante do valor, para completar o "preço cheio" acordado previamente.

Modelo em debate busca evitar que Estado "deixe dinheiro na mesa" e prevê pagamento "cheio" por acionista de referência

Na operação da Sabesp, o valor pago pelas ações foi a principal crítica à privatização - o preço desembolsado foi o mesmo para a Equatorial, que se tornou sócia de referência da empresa paulista, e para o restante do mercado. O valor fechado na venda, de R\$ 67 por ação, embutiu um amplo desconto em relação às ações negociadas na B3, na época, na faixa dos R\$ 80.

Isso aconteceu porque, na oferta pública, o preço do papel foi travado no valor firmado com a Equatorial, independentemente da demanda obtida na segunda fase da oferta, em que foram vendidos papéis para o mercado como um todo. Na primeira fase, houve apenas um interessado em se tornar sócio de referência, o que levou o preço a ficar relativamente baixo, mesmo com a forte procura de investidores na etapa seguinte. Ou seja, nessa operação não houve uma precificação da ação levando-se em conta a demanda de mercado.

Já na Copasa haverá essa formação de preço. Pessoas a par da operação dizem que o objetivo é fazer uma privatização semelhante à da Sabesp, mas corrigindo erros. A oferta também traz um mecanismo para que a companhia se torne uma "corporation" caso o preço oferecido pelos interessados em ser sócio estratégico fique baixo. Na hipótese desse preço fechado a mercado ser superior àquele proposto pelo investidor de referência, o mercado poderá "expulsar" o estratégico da operação. Nesse caminho, a Copasa deixaria de ter investidor de referência e passaria a ter capital pulverizado.

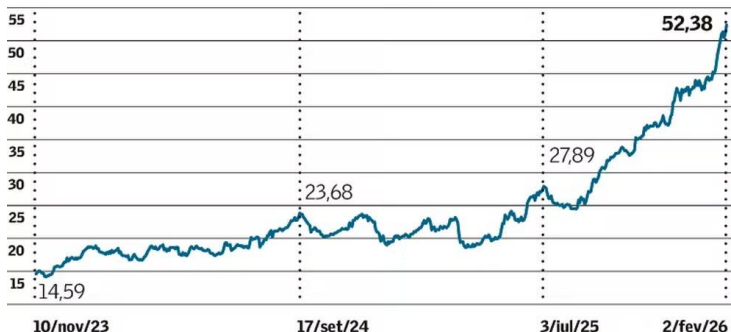
Atualmente, o Estado de Minas Gerais detém 50,03% da Copasa. Com a oferta, o governo deverá seguir com 5% dos papéis (caso haja a entrada de um sócio de referência) ou poderá vender a totalidade das ações (caso a empresa se torne uma "corporation"). O volume da oferta, portanto, poderá ser de 45% a 50,03% dos papéis.

No processo de privatização, o investidor de referência poderá, ainda, participar do processo de compra dos 15% que irão a mercado, o que significa que poderá ter uma fatia superior aos 30% na companhia. No entanto, o limite máximo para exercício de direito de voto será de 45%.

Estatal mineira

Governo de MG avança em privatização da Copasa

Evolução das ações da Copasa - Cotação dia a dia, em R\$/ação



Fontes: Copasa, B3 e Valor PRO. Elaboração: Valor Data

Procurada, a Copasa disse que “recebeu ofícios do Governo do Estado de Minas Gerais estabelecendo as diretrizes para a desestatização” da empresa e que as questões sobre o tema devem ser tratadas pelo governo.

O governo afirmou, também em nota, que a desestatização prevê a oferta de ações sem emissão de novas ações e que “durante o processo, a prestação de serviços, execução de contratos, metas de universalização e compromissos regulatórios da empresa não serão afetados”. A gestão disse que “a modelagem adotada ainda estabelece a possibilidade de haver um investidor estratégico, que deve atestar capacidade financeira, experiência em infraestrutura e compromisso com as metas de universalização previstas em lei”.

Na semana passada, a companhia havia comunicado ao mercado algumas premissas da modelagem, como a possibilidade de destinar 30% a um investidor de referência, a previsão de o Estado seguir com 5% dos papéis ou de vender a totalidade, além da perspectiva de um “lock-up”, impedindo que o sócio estratégico venda suas ações antes de 2033 ou até entregar a universalização dos serviços de água e esgoto. Além disso, a companhia afirmou que vai submeter uma proposta de criação de “golden share” para o Estado, ou seja, uma ação especial com direito a veto em temas centrais.

Com as discussões voltadas a aspectos menos políticos e mais técnicos, três pontos de atenção foram destacados pelos analistas do Itaú BBA Filipe Andrade, Luiza Candiota e Victor Cunha. O primeiro seria a forma final da operação, incluindo as discussões de precificação junto ao Tribunal de Contas do Estado; o segundo são as assinaturas de aditivos com as prefeituras, em especial a de Belo Horizonte; e terceiro são as autorizações necessárias para a transação, como o aval dos credores.

Para o UBS, a oferta deverá ser concluída no primeiro semestre. Os analistas Giuliano Ajeje e Henrique Simões disseram, em relatório, que aguardam as definições sobre “poison pill” e nomeações para o conselho de administração.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/02/2026

MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS CONFIRMA QUE REVOGARÁ FLEXIBILIZAÇÃO DE RESTRIÇÕES NO SANTOS DUMONT

No fim do ano passado, foi publicado despacho que abria espaço para elevar o número de passageiros anuais no terminal aéreo, que estava limitado a 6,5 milhões de passageiros

Por Marlla Sabino, Valor — Brasília

O Ministério de Portos e Aeroportos confirmou que irá revogar a decisão que flexibilizava as restrições operacionais no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro. A decisão já havia sido antecipada pelo

prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, em suas redes sociais após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o ministro Silvano Costa Filho.



Revogação foi motivada pelo expressivo crescimento da aviação e do turismo no Estado do Rio — Foto: Hermes de Paula/Agência O Globo

No fim do ano passado, foi publicado despacho que abria espaço para elevar o número de passageiros anuais no Santos Dumont, que estava limitado a 6,5 milhões de passageiros.

De acordo com a pasta, a medida de revogar a norma foi motivada pelo expressivo crescimento da aviação e do turismo no Estado do Rio de Janeiro, que levou a uma discussão conjunta acerca da construção de uma agenda estratégica para o Estado.

O aumento no fluxo de passageiros no terminal Santos Dumont foi considerado na modelagem do novo contrato do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, o Galeão, em termos negociados com o Tribunal de Contas da União (TCU).

"Conforme solução acordada com a concessionária e aprovada pelo TCU, eventuais restrições operacionais no Aeroporto Santos Dumont implicam em reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão do Aeroporto do Galeão", disse a pasta.

O Ministério afirmou que, nos termos da decisão do TCU, o procedimento de venda assistida do Galeão segue seu rito normal, com leilão agendado para 30 de março. A pasta afirmou ainda que, com as medidas apresentadas, "ficam garantidas a segurança jurídica e a previsibilidade regulatória para os investidores interessados em participar do procedimento de venda assistida do Galeão."

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/02/2026

CHINA ALERTA PANAMÁ SOBRE "PESADOS CUSTOS" A PAGAR APÓS ANULAÇÃO DO CONTRATO DA CK HUTCHISON

Por Reuters — Pequim



— Foto: Enea Lebrun/Reuters

A China alertou o Panamá nesta terça-feira que haverá "pesados custos" a pagar após uma decisão judicial no país anular o contrato da CK Hutchison, sediada em Hong Kong, para operar dois portos no Canal do Panamá.

O Escritório de Assuntos de Hong Kong e Macau da China classificou a decisão da Suprema Corte do Panamá como "absurda", "vergonhosa e patética", e prometeu defender os interesses das empresas chinesas.

Na semana passada, a Justiça panamenha anulou um contrato-chave que a Panama Ports Company, subsidiária da CK Hutchison, mantinha desde a década de 1990 para operar terminais de contêineres nas entradas do canal no Pacífico e no Atlântico.

A decisão judicial, que citou violações constitucionais e preocupações com o interesse público, foi vista como uma vitória para Washington em meio à intensificação da rivalidade entre Estados Unidos e China pelo controle das rotas globais de comércio.

A medida ameaça atrapalhar a proposta de venda, no valor de US\$ 23 bilhões, de 43 portos em 23 países pelo conglomerado de Hong Kong — incluindo os dois no Canal do Panamá — a um consórcio liderado pela BlackRock e pela Mediterranean Shipping Company.

“A decisão ignorou os fatos, rompeu a confiança e prejudicou gravemente os direitos e interesses legítimos das empresas de Hong Kong, China”, afirmou o Escritório de Assuntos de Hong Kong e Macau em sua conta nas redes sociais.

“A China dispõe de meios e instrumentos suficientes, bem como de força e capacidade suficientes para defender uma ordem econômica e comercial internacional justa”, acrescentou o órgão.

Na mensagem, o Escritório de Assuntos de Hong e Macau ainda afirmou que se as autoridades panamenhas “insistirem em seguir seu próprio caminho... pesados custos, tanto políticos quanto econômicos, certamente serão pagos!”

A decisão judicial foi recebida com satisfação por autoridades dos Estados Unidos. John Moolenaar, presidente do Comitê da Câmara dos EUA sobre a China, chamou-a de “uma vitória para a América”.

Sem citar os EUA na declaração, o órgão chinês afirmou que “algum país tem... usado táticas de intimidação para forçar outros países a obedecer à sua vontade”, e que o Panamá “se submeteu voluntariamente” a um poder hegemônico.

O presidente dos EUA, Donald Trump, que inicialmente comemorou a proposta de venda dos portos por US\$ 23 bilhões, passou a defender que os Estados Unidos “retomem” o Canal do Panamá diante da influência chinesa.

A subsidiária da CK Hutchison afirmou na semana passada que a decisão é inconsistente com o arcabouço legal que lhe permitiu operar os portos.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/02/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

MAERSK E A HAPAG-LLOYD FARÃO ROTAS ESCOLTADAS PELO MAR VERMELHO

Da Redação Navegação 03/02/2026 - 19:32



A Maersk e a Hapag-Lloyd anunciaram que vão modificar a rota de um de seus serviços compartilhados no âmbito da Cooperação Gemini, fazendo travessias pelo Mar Vermelho e pelo Canal de Suez com escolta naval. Segundo as empresas, “serão adotadas as medidas de segurança mais rigorosas possíveis, visto que a proteção da tripulação, das embarcações e da carga dos clientes continua sendo a principal prioridade para ambas as companhias de navegação”.

O serviço é o IMX', que conecta a Índia e o Oriente Médio ao Mediterrâneo. A partir de meados de fevereiro, as mudanças serão aplicadas às rotas para oeste operadas pelo navio “Albert Maersk” e às rotas para leste operadas pelo navio “Astrid Maersk”. As companhias preveem alterações também nos serviços 'SE1' e 'SE3' para transitar pelo Mar Vermelho e pelo Canal de Suez em estágio posterior.

Segundo elas, a implementação será de forma gradual para minimizar os transtornos aos clientes. As empresas explicaram que fornecerão mais informações oportunamente e esclareceram que, por enquanto, não são previstas outras modificações na rede Gemini relacionadas ao Mar Vermelho.

As duas companhias de navegação ressaltaram ainda que “continuarão monitorando de perto a situação de segurança no Oriente Médio” e que qualquer modificação nos serviços Gemini dependerá da estabilidade contínua na área do Mar Vermelho. O objetivo é monitorar o risco de novos ataques de

milicianos houthis, que levaram em 2023 empresas de transporte marítimo a suspender suas rotas pela região.

A Maersk e a Hapag-Lloyd lançaram sua colaboração operacional, denominada “Cooperação Gemini”, em 1º de fevereiro de 2025. Essa rede abrange 29 serviços principais compartilhados e 29 serviços alimentadores de transporte compartilhados em rotas leste-oeste.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/02/2026

ARTIGO - QUANDO O RELÓGIO DO NAVIO VIRA CUSTO LOGÍSTICO

Por Dennis Caceta Estudo e pesquisa 03/02/2026 - 18:23



Em um porto, o relógio começa a contar muito antes do primeiro guindaste tocar a carga. Entre a chegada na barra e a efetiva atracação, o navio acumula horas –até mesmo dias – de espera que se transformam em frete extra, demurrage e perda de competitividade.

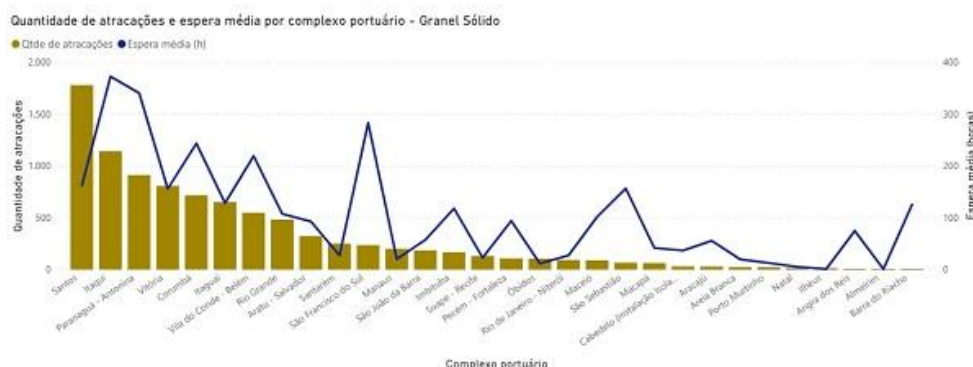
Nos últimos anos, a discussão sobre os custos logísticos no Brasil ganhou espaço em agendas públicas e privadas, mas o tempo de espera para atracação ainda aparece, muitas vezes, como um componente “invisível” na formação dos custos. Ele fica diluído na conta do frete marítimo, mas é diretamente influenciado por decisões de planejamento portuário, uso de infraestrutura e gestão das janelas de atracação.

A própria Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) trata o indicador de tempo médio de espera como uma medida de qualidade do atendimento do porto e da gestão de filas (que é calculado pela diferença entre a data/hora de chegada à área de fundeio e a efetiva atracação).

O Estatístico Aquaviário da ANTAQ disponibiliza uma base de dados (aberta) consolidada a partir do recebimento de informações das autoridades portuárias locais. Ele traz detalhes sobre cada escala: data/hora da chegada, atracação, início de operação, término de operação e desatracação, permitindo o cálculo de tempos médios de espera por porto, terminal, tipo de carga e navegação.

Ao analisar esses dados por complexo portuário e natureza de carga, observa-se um padrão já bem conhecido pelos operadores:

- Granéis sólidos de exportação tendem a apresentar maiores tempos médios de espera, especialmente em períodos de pico de safra.
- A variabilidade é elevada entre complexos: há instalações com tempos médios de poucas horas, enquanto outras registram médias de vários dias em determinados segmentos de carga.



1. Quantidade de atracações (granel sólido) e espera média por complexo portuário brasileiro.

Fonte: Antaq (jan.-nov./25). Elaboração: autor

Alguns estudos anteriores, sobre terminais brasileiros de contêineres e granéis, já mostravam essa heterogeneidade, dependendo do tipo de terminal e do perfil de carga.



2. Quantidade de atracações (container) e espera média por complexo portuário brasileiro.

Fonte: Antaq (jan.-nov./25). Elaboração: autor

Ou seja: não se trata de um problema pontual, mas estrutural, com forte componente do planejamento operacional. Tenha-se que, no período abrangido pelos meses de janeiro à novembro de 2025, o tempo médio geral de espera nos portos brasileiros foi de 122,10 horas na navegação de longo curso e, de 65,58 horas na cabotagem, referente a todas as naturezas de carga.

No maior porto do país, o Porto de Santos, uma reportagem publicada em março de 2025 destaca o crescimento do tempo de espera para atracação, com filas de navios impactando diretamente importadores, exportadores e o setor offshore. A matéria lembra que, em setembro de 2023, a Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) apontou tempo médio de espera superior a 15 dias para algumas operações, prejudicando a fluidez das cadeias de suprimentos. (Naval Porto Estaleiro, 2025)

Situações de espera prolongada não se restringem a Santos nem a contêineres. Em estudos sobre granéis sólidos, já foram registrados casos em que o tempo médio de espera para atracação de determinados fluxos chegava a mais de 20 dias. (Ipea, 2010)

Por outro lado, experiências recentes mostram que boas práticas de gestão reduzem drasticamente o tempo de espera. Em São Francisco do Sul (SC), por exemplo, o tempo médio em espera dos navios de fertilizantes, que em março de 2025 girava em torno de 29 dias, caiu para aproximadamente 12, após a adoção de novas regras operacionais.

Esses casos ilustram dois pontos:

1. Filas e esperas não são completamente inevitáveis, mas resultado de escolhas de política operacional, alocação de berços e coordenação com os acessos terrestres.
2. Medidas de gestão, apoiadas por análise quantitativa, podem gerar reduções de espera relevantes, com impacto direto no custo logístico.

Do ponto de vista analítico, o tempo de espera para atracação é um sintoma de desequilíbrio entre:

- Oferta de serviço de cais (número de berços com vocação adequada, calado, restrições de maré, equipamentos, equipes e janelas acordadas)
- Padrão de chegada dos navios (sazonalidade – safra e serviços, condições climáticas, etc)
- Regras de atendimento (ordem de chegada, prioridades por tipo de carga, contratos de janela, restrições ambientais ou de segurança)

Ou seja, não basta apenas “aumentar a prancha” ou dragar o canal. Sem uma regra clara de priorização dos navios, coordenada com a qualidade dos acessos terrestres e gestão das janelas de

atracação, o ganho de capacidade tende a ser rapidamente consumido por picos de demanda e ineficiências de programação.

Na literatura técnico-científica, o problema de decidir quando e em que posição de cais cada navio deve atracar é conhecido como Problema de Alocação de Berços (PAB). Esse problema busca determinar, dentro de um horizonte de planejamento, a posição de atracação e o horário de início de operação para cada navio, respeitando as características do navio e berços, janelas de maré, prioridades contratuais e capacidade operacional dos terminais.

Na prática, essas técnicas podem ser incorporadas em:

- Ferramentas de planejamento tático de janelas, apoiando a definição de “slots” de atracação por faixa de horário, tipo de navio e contrato.
- Sistemas de apoio à decisão em tempo (quase) real, que geram novos resultados ótimos de programação, conforme a necessidade e sempre que houver atrasos na chegada, mau tempo, imprevistos operacionais, etc.
- Estudos de capacidade, que quantificam o efeito de alterar, adicionar ou remover recursos, regras de prioridade, entre outros.

Em síntese, o PAB deixa de ser apenas um problema acadêmico e passa a ser uma ferramenta concreta para reduzir filas, quando acoplado a dados reais de chegadas, produtividade e restrições físicas.



Gráfico 3. Exemplo de resposta obtida quando da aplicação de modelo de otimização em dados históricos/reais de fila. Elaboração autor

Se a otimização responde à pergunta “qual a melhor programação de atracação dado um conjunto de cenários”, a simulação de eventos discretos permite “colocar o porto em um simulador” e observar a dinâmica do sistema em detalhes, navio a navio.

Os ganhos são claros:

- Avaliar o impacto de novos investimentos em infra e superestrutura, sobre a espera dos navios, antes da aquisição de equipamentos e/ou serviços.
- Testar regras de prioridade (por exemplo, priorização de fertilizantes em meses críticos) e verificar seu impacto sobre outros fluxos de carga.
- Simular choques externos, como o aumento de escalas, mudanças de rota, eventos climáticos extremos ou interrupções nos acessos terrestres.

No contexto brasileiro, estudos utilizando simulação podem avaliar tempos de estadia em portos, explorando a sensibilidade da espera à variação de demanda e produtividade, frequentemente combinando simulação com ferramentas estatísticas.

Se dados forem integrados aos sistemas de gestão dos terminais, essas abordagens permitirão construir gêmeos digitais logísticos para que cenários sejam testados e a aprendizagem ocorra de maneira muito mais “branda”.

Do ponto de vista econômico, o vínculo entre tempo de espera e custo logístico é direto:

- Cada dia adicional de estadia amplia a despesa diária do navio podendo gerar demurrage, custo que é normalmente repassado à cadeia de exportadores ou importadores.
- A incerteza no tempo de atracação aumenta o custo de estoque em trânsito, já que o produto permanece mais tempo a bordo, sem destinação final.
- Para cargas sazonais e perecíveis, a espera pode implicar perda de janelas comerciais ou a consequente necessidade de praticar descontos em preço de venda.

Estudos sobre os portos brasileiros já apontavam, há mais de uma década que, o elevado tempo de espera à atracação, dos navios com graneis sólidos, implicavam forte perda de eficiência e custos relevantes para a economia. (Ipea, 2010)

Ao combinar, dados sobre o tempo de espera, tarifas de frete e demurrage praticadas nas rotas de exportação e importação e, valores FOB médios das principais commodities, é possível estimar, para cada complexo portuário, quanto da receita de exportação/importação é consumida apenas para “pagar o relógio do navio parado”.

Ainda que as quantificações específicas dependam de dados não abordados aqui, o recado é claro: reduzir algumas horas ou dias de espera na atracação pode ter impacto percentual significativo sobre o valor FOB líquido do exportador, especialmente em commodities de baixo valor agregado por tonelada.

Em um cenário de crescente competição global por cargas e rotas, cada hora economizada na fila de atracação é uma hora de competitividade devolvida ao exportador e ao importador brasileiros.

Otimização e simulação não são apenas ferramentas matemáticas sofisticadas. Na prática, são instrumentos para transformar dados em decisões que encurtam filas, reduzem custos e fortalecem a posição do Brasil no comércio internacional.



Dennis Caceta é engenheiro (IMT) especializado em Gerenciamento de Projetos (USP/Leeds), Estatística para Análise de Negócios (FCAV/Rice) emestrando em Pesquisa Operacional (ITA/UNIFESP). Atualmente, é Gerente de Projetos para Melhoria Contínua na GBM TECH & CONTROL (by nstech)

Principais referências

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS. Estatístico Aquaviário. Brasília, 2025. Base de dados. Disponível em: <https://ea.antaq.gov.br>. Acesso em: 2 fev. 2026

AVIZ, Caio. Congestionamento no Porto de Santos: impactos logísticos, desafios e medidas para minimizar atrasos. Naval Porto Estaleiro, 13 mar. 2025. Disponível em: <https://navalportoestaleiro.com/congestionamento-no-porto-de-santos-impactos-logisticos-desafios-e-medidas-para-minimizar-atrasos/>. Acesso em: 2 fev. 2026

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Portos brasileiros: diagnóstico, políticas e perspectivas. Brasília, 2010. (Comunicado do Ipea, 48). Disponível em: https://portalantigo.ipea.gov.br/.../100517_comunicadoipea48.pdf. Acesso em: 2 fev. 2026.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/02/2026

LUIZ SALDANHA, WELLINGTON PEREIRA E VINICIUS ESTRELA - BSCA

Executivos 03/02/2026 - 19:49



Luiz Roberto Saldanha é o novo presidente da Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA) para o biênio 2026/27. Ele terá como vice-presidente **Wellington Carlos Pereira**, da Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde (Cocarive), e como o diretor executivo **Vinicius Estrela**. A eleição, realizada em dezembro, foi homologada na sexta-feira (30).

Formado em Engenharia Agrônoma pela ESALQ/USP e com MBA em Gestão da

Produção pela UTFPR e Especialização em Cafeicultura Empresarial pela Universidade Federal de Lavras, Luiz Roberto Saldanha é proprietário e diretor executivo da Fazenda Califórnia, no Norte Pioneiro do Paraná. Além disso, é fundador e diretor executivo da exportadora Capricornio Coffees e da Synapses Coffee Educatione.

Saldanha é também juiz nacional e internacional do programa Cup of Excellence, é habilitado como AST pela Specialty Coffee Association (SCA), instrutor do programa de Q Grader. Certificado Processing Expert pelo CQI/Texas A&M e instrutor no programa de Pós-Colheita do Coffee Quality Institute. Como professor, ministrou cursos sobre agricultura sustentável, qualidade e melhores práticas de pós-colheita no Brasil, na Costa Rica, na Guatemala, no Panamá, na Colômbia, na Austrália, Coreia do Sul, nos Emirados Árabes Unidos e em Singapura.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/02/2026

MINERAÇÃO ATINGE 55% DE PARTICIPAÇÃO NO SALDO COMERCIAL, COM R\$ 300 BILHÕES DE FATURAMENTO

Da Redação Economia 03/02/2026 - 18:47



O Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) divulgou nesta terça-feira (3) o balanço da indústria da mineração brasileira em 2025, informando que o faturamento do setor chegou a R\$ 298,8 bilhões, com crescimento de 10,3% em relação a 2024. Segundo os dados apresentados pelo vice-presidente da entidade, Fernando Azevedo, e pelo diretor de Assuntos Minerários, Julio Nery, o minério de ferro respondeu por R\$ 157,2 bilhões, equivalentes a 52,6% do total, apesar de queda de 2,2% no acumulado do ano, e Minas Gerais, Pará e Bahia foram os destaques, com participações de 39,9%, 34,5% e 4,5%, respectivamente, no volume faturado.

De acordo com o levantamento do Ibram, o setor exportou cerca de 431 milhões de toneladas de produtos minerais, com alta de 7,1%, que geraram receitas de aproximadamente 46 bilhões de dólares, 6,2% a mais que em 2024, e 62,8% do total exportado foram de minério de ferro. Já as importações de minério ficam em 8,5 bilhões de dólares em 2025, com aumento de 0,1% em valor e queda de 1,3% em toneladas.

Com esses resultados, o saldo comercial do segmento foi de 37,6 bilhões de dólares, equivalentes a 55% do saldo total da balança comercial brasileira, que fechou em 68,3 bilhões de dólares. Em 2024, segundo o Instituto, a participação dos minerais no superávit do país havia sido de 47%.

Ainda de acordo com dados divulgados pela entidade, o setor gerou arrecadação total de tributos e encargos de R\$ 103 bilhões, 10% acima do registrado no ano anterior, de R\$ 93,4 bilhões. A receita relativa à Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) fechou 2025 em R\$ 7,9 bilhões. O Ibram informou ainda que a indústria extrativa mineral, excluídos petróleo e gás, registrou 229.312 empregos diretos em novembro de 2025 e que nos 11 primeiros do ano passado foram criadas 8.330 vagas formais no setor.

O Instituto adiantou que a expectativa para o médio prazo é de expansão do setor, com aumento de investimentos. A estimativa para projetos de exploração mineral no período de 2026 a 2030 é de 76,9 bilhões de dólares, valor 12,5% superior ao previsto no ciclo anterior. Segundo o Ibram, para os minerais críticos e considerados estratégicos, a previsão é de 21,3 bilhões em investimentos até 2030, o que representará aumento de 15,2% em relação à projeção anterior, para o período 2025-2029, que foi de 68,4 bilhões de dólares.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/02/2026

MULTILOG REGISTRA AUMENTO DE 11,6% NA MOVIMENTAÇÃO DE CAMINHÕES EM SEUS PORTOS DE FRONTEIRA EM 2025

Da Redação Portos e Logística 03/02/2026 - 18:39



A Multilog, empresa do setor de logística de transporte, anunciou nesta terça-feira (3) que registrou em 2025 alta de 11,6% no movimento de caminhões que passaram pelos portos secos que administra, com 446.966 veículos. De acordo com a companhia, os maiores números de movimentação foram registrados nos terminais de Foz do Iguaçu, no Paraná, e de Uruguaiana, no Rio Grande do Sul.

Francisco Damilano, gerente geral de Operações das Fronteiras da Multilog, disse que os resultados refletem a consolidação dos portos de fronteira como infraestruturas para a fluidez do comércio entre os países do Mercosul, principalmente com cargas do agronegócio e de insumos industriais. Ele citou ainda a movimentação de bens de consumo e de componentes automotivos, vindos principalmente da Argentina e do Paraguai.

De acordo com dados divulgados pela Multilog, em 2025 o Porto Seco de Uruguaiana registrou crescimento de 17,8% no volume de entrada de veículos, totalizando 158.488 caminhões. Do total, 111.764 veículos tinham cargas destinadas à exportação, o que representou alta de 28,8% na comparação com o ano anterior, enquanto no transporte de produtos importados foram 46.724 caminhões, com queda de 2,1%.

Pelo Porto Seco de Foz do Iguaçu passaram no ano passado 215.070 caminhões, com alta de 9,4% na movimentação e maior número das unidades alfandegadas administradas pela Multilog. Segundo a empresa, cerca de 60% dos veículos carregavam cargas de importação, segmento em que houve crescimento de 9,6% em relação a 2024.

Em Santa Catarina, o Porto Seco de Dionísio Cerqueira registrou aumento de 12,5% no número de caminhões, com 25.882 veículos, dos quais 52,6% com cargas importadas e alta de 6,9%. No movimento de exportação, foram 12.554, com crescimento de 19,3%.

No Porto Seco de Jaguarão, também no Rio Grande do Sul, entraram 35.605 caminhões, número que representou elevação de 5,8%, com destaque para a alta de 12,8% no número de veículos com cargas de exportação, enquanto no fluxo de importação houve queda de 3,5%. Já o Porto Seco de Sant'Ana, outro terminal gaúcho, registrou redução de 7% nas entradas e 11.921 veículos.

A companhia informou ainda que está investindo na ampliação de cerca de 30% da capacidade de movimentação em Foz do Iguaçu com a inauguração, prevista para dezembro de 2026, do novo porto



seco. De acordo com a Multilog, a nova unidade aumentará a eficiência operacional, usando tecnologia de ponta e equipes especializadas para agilizar o processamento de cargas e a circulação de veículos.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/02/2026

SHELL ANUNCIA PARCERIA COM KUFPEC, EMPRESA DO KUWAIT, EM PROJETO NA BACIA DE SANTOS

Da Redação Offshore 03/02/2026 - 18:00



A Shell Brasil anunciou, nesta terça-feira (3), que fechou acordo para vender à a Kuwait Foreign Petroleum Exploration Company (Kufpec) 20% de participação no Projeto Orca, para exploração de óleo e gás em águas profundas na área do pré-sal da Bacia de Santos, mantendo 50% e a condição operadora do projeto. A transação está sujeita à aprovação regulatória, ao exercício de direitos preferenciais e às condições de fechamento, e a previsão é que seja concluída até o fim de 2026.

Segundo a empresa, a parceria com a Kufpec faz parte de seu programa de alocação de capital no portfólio global da Shell, a maior produtora estrangeira de petróleo e gás no país, e fortalece a cooperação entre as duas companhias em mercados de upstream. “Estamos satisfeitos em receber a Kufpec como parceira no Orca, projeto essencial para sustentar a produção de líquidos do nosso portfólio”, afirmou Peter Costello, presidente de Upstream da Shell.

Ele disse que os objetivos são ampliar a colaboração que a empresa já mantém com a Kufpec no Egito e reforçar também a parceria com ela no Kuwait. “Esse movimento aprofunda nosso alinhamento com a forte colaboração que mantemos com a Kuwait Petroleum Corporation”, explicou.

O Projeto Orca abrange o Contrato de Concessão BM-S-54 e o Contrato de Partilha de Produção (CPP) de Sul de Orca. Antes da entrada da Kufpec, eles tinham como participantes a Shell, operadora com 70%, a Ecopetrol, com 30%, e a Pré-Sal Petróleo S.A. (PPSA) como gestora do CPP. Com a conclusão da transação, a Shell ficará com 50%, a Ecopetrol manterá seu percentual de participação e a Kufpec terá 20%.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/02/2026



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 03/02/2026